



---

# TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO

---

*Apontamentos das aulas; Tomo I Menezes Cordeiro; “Teoria geral do direito civil” de Pedro Pais de Vasconcelos ; Junção de vários casos práticos de diversos anos, e outros documentos de vários autores.*



1º SEMESTRE, 2º ANO

LUA MOTA SANTOS | FDUNL  
PROF. DOUTOR VITOR NEVES

## Índice

<b>1. O que é o direito privado?</b>	3
<b>2. Princípios gerais do direito privado</b>	3
Princípio da igualdade	4
Princípio da liberdade ou da autonomia privada	4
Princípio da boa-fé	4
Responsabilidade exclusivamente patrimonial	5
<b>3. Situações jurídicas</b>	6
Situações jurídicas ativas	8
Situações jurídicas passivas	13
<b>4. Abuso de direito</b>	15
• <i>Venire contra factum proprium</i>	17
• <i>Inegabilidade formal</i>	17
• <i>Tu quoque</i>	18
• <i>Surrectio e Supprectio</i>	18
• <i>Desequilíbrio fundamental no exercício</i>	18
<b>6. Perfeição das declarações negociais</b>	24
<b>7. Interpretação e integração das declarações negociais</b>	26
<b>8. Desvalor das declarações negociais: Inexistência, ineficácia e invalidade</b>	30
Redução e conversão	34
<b>9. Processo de formação da declaração: vícios</b>	37
9.1 Fase da tomada da decisão	37
9.1.1 Representação da realidade	40
9.2. Fase da decisão (casos de inexistência de decisão)	49
9.3 Exteriorização da decisão tomada	51
<b>10. Representação</b>	59
Atuar em nome de outrem e atuar por conta de outrem	61
Representação voluntária	64
• Procuração	64
Representação sem poderes	65
Abuso de representação	66
<b>11. Condição e termo</b>	66
<b>12. Efeitos do tempo nas declarações negociais</b>	70
Prescrição	71

<b><i>Caducidade</i></b> .....	72
<b><i>Casos práticos resolvidos em aula</i></b> .....	73
<i>Casos práticos resolvidos de outros anos, e de outros autores</i> .....	85
1).....	112
2).....	112
3).....	113
4).....	113
5).....	113
Glossário de conceitos de “Teoria Geral do Direito Privado” (João Francisco Barreiros).....	118

### 1. O que é o direito privado?

O que distingue o direito privado do direito público é a matéria/objeto. Assim, o direito privado regula a forma pela qual o OJ assegura a tutela/satisfação das nossas necessidades individuais, pelo que o seu objeto é a *vida privada dos indivíduos, regulando as relações intersubjetivas*. Aquilo que o direito privado faz é repartir entre os sujeitos as vantagens que os bens propiciam.

Exemplo: Para as aulas devemos trazer um CC, que beneficia da vantagem de o podermos usar para seguirmos a matéria. No entanto, o direito privado bem esclarecer que o CC é meu e de mais ninguém. Ou seja, na prática, o OJ vem reconhecer a satisfação de necessidades que o CC pode assegurar, atribuindo a sua propriedade a um dado sujeito, e impondo, simultaneamente, o respeito por este direito de propriedade aos outros.

*Mas o que é um bem?* Um bem é tudo aquilo que é escasso, e suscetível de contribuir para a satisfação de uma necessidade individual. Ou seja, caso resulte da sua apropriação a premissa de que mais ninguém se pode apropriar, estamos perante um bem, pelo que concluímos que, para o direito privado, por exemplo, o ar não é um bem uma vez que por eu respirar não implica que mais ninguém respire.

Note-se que o direito civil não é um ramo de direito, mas sim um *conjunto* de ramos de direito. O que distingue o direito civil dos outros ramos de direito privado é a sua individualização. Isto significa que o direito civil *contempla as pessoas na sua caracterização mais elementar, independentemente da ponderação de qualquer característica específica que possam ter*.

Exemplo: Só pelo simples facto de sermos pessoas temos uma família (direito da família como ramo de direito civil), ou detemos a capacidade de possuir coisas (direitos reais como ramo de direito civil)

Por sua vez, os outros ramos do direito privado, distinguem-se do direito civil uma vez que não se aplicam pelo simples facto de sermos pessoas, aplicam-se caso tenhamos alguma característica específica, pressupondo uma caracterização adicional.

Exemplo: Direito do trabalho só se aplica a trabalhadores.

### 2. Princípios gerais do direito privado

Consistem em princípios gerais do direito privado tudo aquilo que é transversal a esta área do direito, e que nos ajuda a distinguir do direito público. São estes:

- ✓ Princípio da igualdade
- ✓ Princípio da liberdade ou da autonomia privada
- ✓ Princípio da boa-fé
- ✓ Princípio da responsabilidade exclusivamente patrimonial

### Princípio da igualdade

O princípio da igualdade traduz-se na afirmação de que, para o direito, estamos todos no mesmo nível face aos demais sujeitos. No entanto, importa ressaltar que a sua aplicação não é constante, pode dar-se a circunstância de deixarmos de estar em pé de igualdade.

### Princípio da liberdade ou da autonomia privada

O princípio da autonomia privada também caracteriza o direito privado como situação de base/partida, sendo a concretização do princípio da liberdade.

Ora, temos a liberdade de tomar as opções que quisermos relativamente a nós próprios, contudo, a partir do momento em que tomamos essas opções assumimos a responsabilidade, pelo que passamos a ter de cumprir com um certo efeito jurídico. Assim, passamos a estar perante o princípio da autonomia privada: o tratamento que recebo do OJ corresponde às decisões que tomei, em plena liberdade.

**Ex:** Se assino um contrato, a minha liberdade assenta na faculdade de poder escolher ou não se o quer assinar, sendo que se o fizer tenho de me sujeitar aos efeitos jurídicos que dele decorrem. Mas, a partir do momento em que me vinculo ao contrato, a minha liberdade acaba – fico sujeito à necessidade de o cumprir.

Assim, como vivemos em comunidade, a nossa liberdade acaba quando desrespeitamos a liberdade do outro, pelo que não podemos interferir com decisões que os outros possam tomar no âmbito da sua esfera jurídica. Ou seja, está implícito o ***princípio da intangibilidade da esfera jurídica alheia***.

Note-se que este princípio deve ser aplicado para o bom e para o mau. Considerando-se o exemplo extremo de que A deve 100€ a B, mas B não quer receber. B não pode perdoar a dívida porque está a acabar com a obrigação de A, só o podendo fazer caso A consinta, por muito benéfico que seja para este.

Como corolários deste princípio afirmam-se o **princípio da liberdade contratual (art.405º e 406º CC)**

### Princípio da boa-fé

A boa-fé consiste num critério que nos permite avaliar o comportamento dos sujeitos, em função de um determinado padrão. A boa-fé pode ser caracterizada como **boa-fé objetiva**, ou **boa-fé subjetiva**.

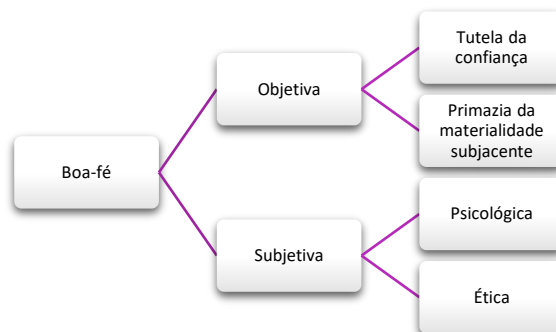
- ✓ **Boa-fé objetiva:** Princípio estruturante do direito privado, que nos acompanha sempre, uma vez que corresponde a um critério de ação correta. Isto significa que todos nós devemos adotar, face aos outros, um comportamento correspondente ao que um *homem médio, razoavelmente honesto, que pense em si mas também pense nos outros* adotaria caso estivesse perante as mesmas circunstâncias. Assim, remete-nos para um juízo de comparação entre o comportamento que a pessoa naquele caso concreto adotou, e aquele outro comportamento que em termos gerais poderíamos exigir de uma pessoa mediana naquele caso.

A boa-fé em sentido objetivo caracteriza-se através da *tutela da confiança* e da *primazia da materialidade subjacente*.

- *Tutela da confiança* – os outros criam expectativas legítimas resultantes do nosso comportamento, por isso não devemos surpreender os outros, criando situações inesperáveis (art.227º CC)
- *Primazia da materialidade subjacente* – A cada comando do OJ está subjacente uma razão de ser, não há coisas impostas sem razão indicável. Assim, só correspondemos corretamente a um dado comando caso se, para além de formalmente, cumprimos materialmente com a obrigação.
  - Ex: Fiz uma encomenda, e quando o estafeta me vai entregar deixa a encomenda num poço. Apesar de ter entregue a coisa na hora certa, e no sítio certo, não cumpriu com o sentido material da sua obrigação, que consistia em entregar-me a encomenda.

✓ **Boa-fé subjetiva:** Decide-se da boa ou má-fé em que se encontra certa pessoa perante uma SJ própria. Para a perspetiva subjetiva tem grande importância o conhecimento ou o desconhecimento subjetivo por parte do sujeito do vício da situação jurídica em questão. Note-se que apenas importa quando a lei remeta diretamente para este juízo. Assim, uma pessoa pode ser dotada de boa-fé psicológica, ou de boa-fé ética.

- **Boa-fé psicológica** – Basta-se com o desconhecimento do facto do sujeito estar a lesar terceiros com a sua atuação, não interessa o porque do desconhecimento
- **Boa-fé ética** – Não se basta com o desconhecimento da situação, é necessário que, em face das circunstâncias caso tivesse sido diligente, não devesse conhecer.



### Responsabilidade exclusivamente patrimonial

Quando é praticado um ato ilícito, isto é, contrário ao ordenamento jurídico, é lógico que o particular fica sujeito às consequências negativas que estão subjacentes a essa contraditoriedade.

O direito privado tem a particularidade de que essas consequências negativas que advêm da prática de atos ilícitos terem cariz *exclusivamente patrimonial*, ou seja, o que responde às tais consequências é o património do sujeito. Deste modo, o direito privado distingue-se do direito público uma vez que, neste, o sujeito pode-se ver privado da sua liberdade como resposta a um ato ilícito cometido, ao passo que no primeiro, tal não pode acontecer: apenas os bens materiais do praticante do ato ilícito podem ser apreendidos.

Mesmo nos casos limites onde não há património suficiente para que o sujeito responda pelo ato praticado e a sua dívida seja perdoada (insolvência), não estamos a por em causa este princípio.

Assim, o direito privado assume uma função meramente **reparadora**, ou seja, apenas importam as consequências do comportamento, e não o comportamento em si.

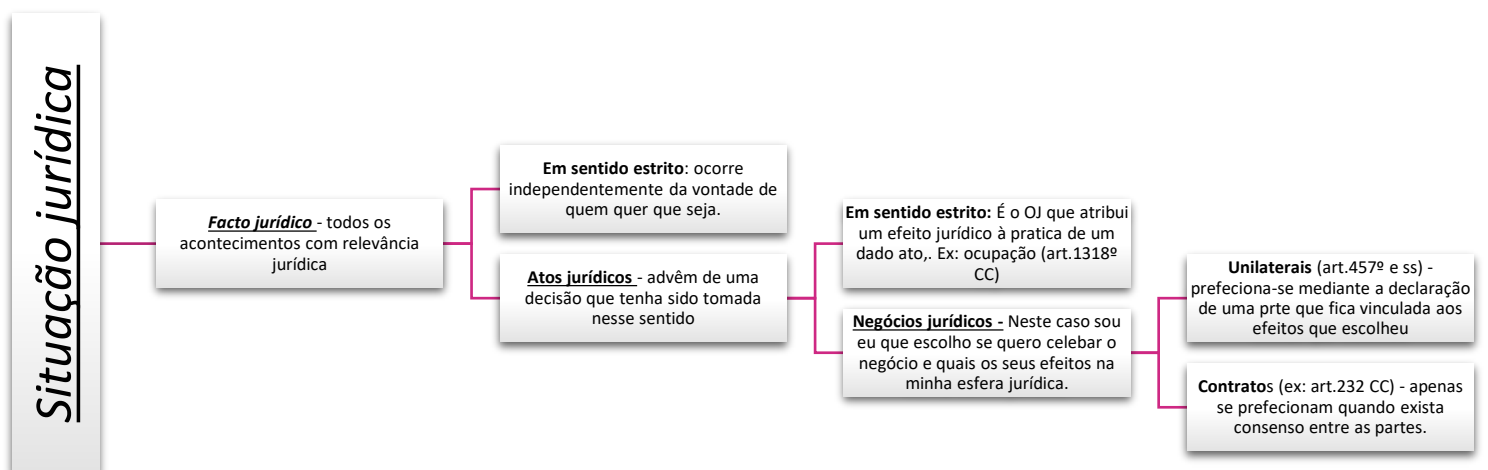
Exemplo: Quero acerta uma pessoa, atiro uma pedra e não acerto, como não provooco nenhum dano não tenho de responder. Noutro caso, estava num andar mais elevado a brincar com uma pedra e, sem querer, deixo-a cair, acertando em alguém – neste caso, como causei danos, tenho de responder perante o direito privado.

Ou seja, o direito privado não tem a função de castigar ninguém, tem apenas a função de reparar o mal que fazemos aos outros. Daí que se pretenda a intangibilidade das esferas jurídicas, porque caso tal princípio seja violado, devem ser reparados os danos causados, colocando o sujeito na mesma situação em que se encontraria caso não tivesse sofrido tais danos.

### 3. Situações jurídicas

O vínculo que se estabelece entre os bens e as pessoas é dado através de uma **situação jurídica**. Isto é, uma situação jurídica consiste na posição em que, para o OJ uma pessoa se encontra relativamente a um determinado bem. A origem das situações jurídicas remonta para a estatuição das normas, são a consequência do efeito da previsão de uma determinada norma, pelo que o preenchimento dessa previsão remonta à verificação dos factos jurídicos.

Deste modo, as situações jurídicas (SJ) decorrem na sequência de vários factos jurídicos:



NOTAS:

Apenas se podem celebrar negócios jurídicos que vão de encontro aos limites da lei, o que significa que a autonomia privada é limitada neste sentido.

Esfera jurídica consiste no conjunto de situações jurídicas que, num dado momento, uma pessoa é titular.

Situação jurídica distingue-se de relação jurídica uma vez que, no primeiro caso, estamos a focar-nos individualmente em cada sujeito, e, no segundo caso, caracterizamos o vínculo existente entre as pessoas (2 ou mais), sendo que na ausência dessa relação não existiria nada para caracterizar.

Podemos dividir as situações jurídicas em:

- ✓ *Situações jurídicas absolutas* - Existem por si, não necessitam de nenhuma outra situação de sinal contrário, uma vez que conseguimos identificar por inteiro o conteúdo desta independentemente de qualquer relação (Ex: direito de propriedade)
- ✓ *Situações jurídicas relativas* – Frente a uma situação jurídica relativa tem de haver outra situação jurídica, de teor inverso (Ex: direito de crédito)

	<u>Estrutura</u>	<u>Oponibilidade de imposição a terceiros</u>
<u><b>SJ absolutas</b></u>	Não é necessária a relação com outra situação jurídica. <i>Ex:</i> Direito de propriedade	Oponíveis a todos e quaisquer terceiros – “erga omnes” <i>Ex:</i> Direitos reais – o seu proprietário pode impor a sua posição a todos os terceiros.
<u><b>SJ relativas</b></u>	Pressupõem a interação com outra situação jurídica, de teor inverso <i>Ex:</i> Para haver direito de crédito é necessário que haja um devedor	Só são oponíveis a algum/uns sujeitos, não sendo oponível conta todos. Só se opõe aos detentores de SJ de teor inverso <i>Ex:</i> Direito de crédito só é oponível ao devedor, não a qualquer terceiro.

Por sua vez, a situação jurídica pode ser de *vantagem* ou de *desvantagem*, ao que podemos subdividir as situações jurídicas em:

- ✓ *Situações jurídicas ativas* – aquelas que traduzem posições de vantagem (Ex: A como proprietário da coisa X)
- ✓ *Situações jurídicas passivas* – aquelas que se traduzem em posições de desvantagem (Ex: Não proprietários da coisa X têm dever de abstenção)

Note-se que, para o direito, existe vantagem quando temos a possibilidade de fazer ou não fazer uma determinada coisa, e desvantagem quando o OJ nos impõe um dado comportamento, sob pena de sofrermos consequências negativas.



Nos termos do art.334º CC, todas as situações jurídicas ativas têm momentos de passividade: nos casos em que se possa falar de abuso de direito.

### *Situações jurídicas ativas*

- **Direitos subjetivos**

Um **direito subjetivo** consiste numa permissão normativa de aproveitamento de um bem, na visão de Menezes Cordeiro. Analisemos agora o conceito:

- *Permissão* – O OJ atribui um espaço de liberdade, dentro do qual podemos determinar os nossos comportamentos
- *Normativa* – Titulada pelo OJ, o que significa que é atribuída a determinada pessoa o poder de usufruir desse espaço de liberdade
- *Específica* – Atribuída pelo OJ a uma pessoa individualmente considerada, em detrimento de outra: gera uma diferença entre o titular do direito subjetivo e aquele que não o é
- *Aproveitamento de um bem* – Permite ao titular do direito subjetivo que retire desse bem as utilidades que este propicia.

Na opinião do prof. Vítor Neves, todos os direitos subjetivos são absolutos porque impomos a todos os terceiros que respeitem a liberdade. Ou seja, a única distinção que podemos fazer resulta da estrutura do direito, nunca dos efeitos lídicos, porque nesse caso a pergunta “já estaria viciada” e nunca poderíamos falar concretamente em liberdade.

Dos direitos subjetivos podem resultar situações jurídicas *complexas* ou *compreensivas*:

- ✓ *Situações jurídicas complexas*: O direito subjetivo é composto por situações jurídicas mais elementares e limitadas. Por sua vez, essas situações jurídicas são na maioria ativas, mas também podem ter momentos de passividade, como é o caso do direito de propriedade (art.1305º) vs abuso de direito (art.334º)
- ✓ *Situações jurídicas compreensivas* – Não obstante podermos decompor o direito subjetivo em SJ mais simples, a sua composição pressupõe mais do que a soma das partes, temos de olhar para o direito subjetivo no seu conjunto.
  - *Ex*: Art.1305 – não posso olhar para o direito de propriedade como a faculdade de usar + fruir + dispor. Tenho de compreender que o direito de propriedade é um todo e não a soma das SJ individuais que o compõem.

- **Direito potestativo**

**Direito potestativo** é a situação jurídica ativa em que se encontra aquele que, mediante uma atuação unilateral pode alterar a esfera jurídica alheia.

Como se sabe, regra geral não podemos alterar a esfera jurídica alheia. Contudo, existem situações excecionais (de direito potestativo) em que podemos agir diretamente sem o consentimento do outro que terá a sua esfera jurídica alterada.

Exemplo: Um contrato pressupõe 2 obrigações. O não cumprimento de uma implica a desvinculação ao cumprimento da outra. Ou seja, existe um direito potestativo na medida em que o não cumprimento de uma obrigação interfere, sem o consentimento do outro, na sua esfera jurídica.

### ✓ Poderes e faculdades

NOTA: Direito não significa o mesmo que poder. Ao passo que poder significa *a disponibilidade de meios para a obtenção de um fim*, sendo uma situação simples, o direito subjetivo compreende no seu conteúdo múltiplos poderes.

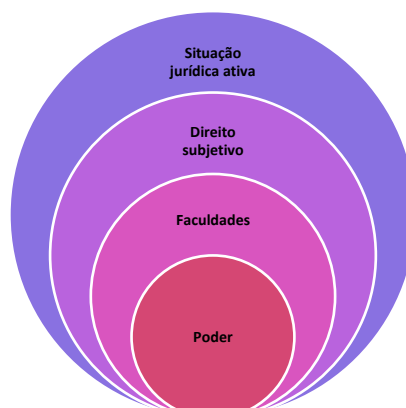
Há casos em que o OJ disponibiliza aos respetivos sujeitos meios para alcançarem determinados fins ou satisfazerem determinadas necessidades – é o caso dos poderes e das faculdades.

No caso dos direitos subjetivos, o OJ dá a cada um de nós o poder de escolher quais as necessidades que queremos satisfazer, e quais os meios a utilizar para a satisfação dessas necessidades. Já no caso dos poderes e das faculdades, o espaço de liberdade é mais reduzido uma vez que já nos diz quais os meios que devemos utilizar para atingir um determinado fim.

*Qual é a diferença entre poder e faculdade?*

<u>Poderes</u>	<u>Faculdades</u>
Necessidade só se satisfaz perante a adoção de um comportamento <u>único</u>	Necessidade pode ser satisfeita a partir de um <u>conjunto</u> de comportamentos
Situação jurídica mais elementar que as faculdades. Quando escolho uma das faculdades é que passo a ter um poder	O fim/necessidade que posso satisfazer está pré-determinado e o OJ identifica diversas vias alternativas através das quais consigo satisfazer essa necessidade. Quando escolho uma dessas vias passo a ter um poder

Ou seja:



### ✓ Expectativas jurídicas

Existem determinadas SJ ativas que não se constituem instantaneamente, no sentido em que não são apenas resultado de um facto instantâneo. Em diversas circunstâncias, as SJ ativas são resultado do desenvolvimento de um processo, composto por uma serie de acontecimentos.

No decorrer do desenvolvimento do processo, o que esperamos é que a situação jurídica se venha a constituir, isto significa que temos a **expectativa** de que venha a existir, embora, na realidade, ainda não exista.

#### Exemplo:



Neste caso, durante o processo vou adquirindo a expectativa de me tornar proprietário. No entanto, apenas adquiro esse estatuto aquando da escritura pública. Juridicamente, durante o processo apenas sou detentor da expectativa de me vir a tornar proprietário.

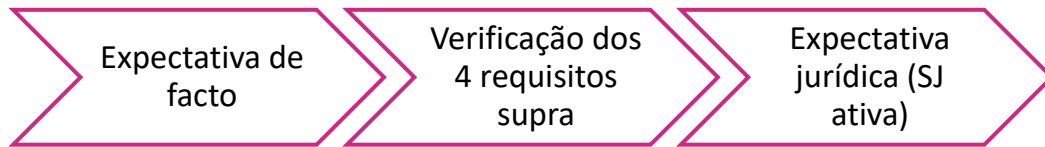
A expectativa pode ser:

- ✓ *Expectativa de facto* – Traduz-se numa mera esperança que não é protegida pelo ordenamento jurídico. A confiança é tão ténue que não justifica que o OJ intervenha. Não constitui uma SJ ativa, aliás, nem é relevante para o direito.
  - Ex: No caso do exemplo, a expectativa existente é meramente de facto uma vez que posso sempre encontrar outra casa, não gostar da casa, etc.
- ✓ *Expectativa jurídica* – O nível de confiança é tal que carece de proteção jurídica. Acontece no momento exato em que se dá a concretização da boa-fé em sentido objetivo, que tem como corolário a tutela da confiança.

Para o OJ intervir no âmbito de uma expectativa jurídica são necessários 4 requisitos:

- i. Que exista **uma situação de confiança** – que se tenha acreditado que a SJ ativa se venha a realizar. A confiança pressupõe uma avaliação razoável de um homem mediano (boa-fé objetiva)
- ii. Que tal situação seja **objetivamente justificada** – é necessário que a confiança seja justificada perante as circunstâncias objetivas.
- iii. Que a situação seja **imputável** aquele contra o qual eu me quero fazer prevalecer da situação de confiança – ou seja, é necessário que me tenham dado motivos para confiar naquela pessoa. Por exemplo, se a mãe do proprietário de um prédio que viso comprar for desagradável não posso imputar ao proprietário a minha (des)confiança na mãe dele.
- iv. Que tenha havido um qualquer **investimento** de confiança – aquele que é titular da expectativa e que o OJ vai proteger tem de ter praticado qualquer ato em razão da expectativa que nele foi

criada. Por exemplo, se o proprietário diz que me vende a casa e eu nunca mais digo nada, o OJ não me protege porque não pratiquei um ato qualificado como um investimento da minha confiança.



NOTA: Não há nenhum momento exato comum a todas as SJ que determine a passagem de expectativa de facto para jurídica (esta, situação jurídica ativa). Tal como na boa-fé, temos de olhar para cada caso concreto e apurar quando é que se verificam cumulativamente os 4 requisitos necessários.

O OJ é um **sistema móvel**, o que significa que faz depender a produção de determinados efeitos jurídicos da verificação de um conjunto relativamente alargado de requisitos cumulativos. No entanto, os requisitos podem ter um determinado grau de intensidade, variável de acordo com a situação jurídica em causa. Acontece o mesmo no caso das expectativas jurídicas:

- ✓ *Expectativas jurídicas fracas* – É o estado em que começamos quando passamos de uma expectativa de facto para uma expectativa jurídica. Neste caso, o OJ apenas me permite uma indemnização pelo interesse negativo, não permite a exigência da situação jurídica final, ou seja, a reação do OJ é mais fraca do que no caso das expectativas jurídicas fortes.
- ✓ *Expectativas jurídicas fortes* – Estado que atingimos à medida que vamos avançando nos requisitos, e que atinge a sua plenitude mediante a verificação cumulativa dos 4. Neste caso, o OJ concede ao titular da expectativa a indemnização pelo interesse negativo, ou positivo, ou ainda a faculdade de exigir a verificação da situação jurídica em causa, sendo a sua reação mais forte.

Quando aquele que é responsável pela constituição de uma expectativa adota um comportamento que a prejudica, e põe em causa a confiança que o outro tinha, dizemos que este **frustrou a expectativa**. Inerente à ideia de frustração da expectativa está a ideia da adoção de comportamentos contraditórios .

Assim, quem frustra uma expectativa, regra geral, pratica um ato ilícito e por isso vai ter de cumprir com a obrigação de indemnizar o lesado.

**Regra geral, todas as expectativas são fracas** e apenas em situações excecionais é que são fortes. Isto porque apenas podemos ter confiança numa atitude honesta que um homem mediano adotaria naquelas circunstâncias, não podemos ter confiança no final do processo porque há sempre a possibilidade de acontecer um contratempo e nunca chegemos a concluir o processo.

Assim, só há uma expectativa forte quando olhamos para o caso concreto e pensamos que só existe uma solução que seria adotada por um homem mediano.

Exemplo: Estamos em negociações para o preço de uma casa, pelo que este processo implicou gastos da minha parte. No entanto, juridicamente, a expectativa neste momento é fraca porque nem sabia se íamos concretizar ou não o contrato, portanto caso o vendedor diga que mudou de ideias e que não pretende vender a casa, apenas tem de me restituir do dinheiro que gastei no decorrer do processo até aquele momento. Todavia, seria diferente caso já tivéssemos chegado a acordo e combinado que amanhã às 12h iríamos assinar a escritura; neste caso, um homem mediano não iria cancelar ou mudar as condições à última da hora, pelo que, aqui, o vendedor seria obrigado a indemnizar de acordo com o meu interesse positivo, caso eu quisesse.

Importa esclarecer o que significa, no âmbito do prejuízo de frustração de uma expectativa, *interesse negativo* e *interesse positivo*.

- ✓ *Interesse negativo ou dano de confiança* – prejuízo que tenho pelos esforços que fiz e não teria feito caso não tivesse confiado no outro. Gera a consequência de ser restituído de tudo o que gastei e poderia não ter gasto.
- ✓ *Interesse positivo ou interesse no cumprimento* – neste caso, percecionamos o dano que resultou da não celebração do negócio como a não celebração em si mesma. Não me importo com os custos que poderia ter poupado, o que quero mesmo é a celebração do negócio, porque caso contrário esse é que será o meu verdadeiro prejuízo. Gera a consequência de concretizar à mesma a situação jurídica a qual tinha confiança, e não a indemnização pelos prejuízos causados.

#### ✓ **Poderes funcionais**

Os sujeitos têm a possibilidade de fazer ou não certas coisas, e o OJ dá um conjunto de meios aos quais o sujeito pode ou não recorrer.

O que distingue os poderes funcionais de outras SJ ativas é o **interesse descentralizado** que as determina. Ou seja, no caso do poder paternal, o interesse não é do pai que constitui a situação jurídica ativa mas sim do filho; ou no caso das sociedades comerciais, o interesse não é do administrador mas sim dos trabalhadores.

Deste modo, caso os atos praticados por titulares de poderes funcionais, forem motivados por interesses próprios, ao invés de motivados pelos interesses que devem zelar, são ilícitos e por esse motivo têm responsabilidade associada.

#### ✓ **Exceções**

Exceção é uma SJ ativa que se inscreve no conteúdo de SJ predominantemente passivas. O que resulta das exceções é a subtração ou limitação do seu titular à desvantagem inerente às SJ passivas em que a exceção se inclui.

Exemplo: A (vendedor) e B (comprador) celebram um contrato compra e venda. Nos termos do art.879º, o A fica obrigado a entregar ao B a coisa vendida e o B fica obrigado a pagar ao A o respetivo preço. Assim, em sede deste artigo, os dois têm uma SJ passiva que é uma obrigação. Contudo, se relacionarmos este artigo

com o art.428º, que é a regra geral, A não tem de entregar a coisa ao B enquanto este não pagar, e B não tem de pagar enquanto A não pagar a coisa – trata-se de uma exceção.

São ainda exemplos de exceções a prescrição e a caducidade.

### ✓ Proteção indireta e reflexa

Em todas as SJ anteriormente mencionadas, o OJ identifica uma pessoa que quer proteger/beneficiar e o que faz é atribuir a essa mesma pessoa uma SJ ativa, atuando na sua esfera jurídica. No entanto, no caso da proteção indireta ou da proteção reflexa, o OJ quer proteger uma pessoa, mas em vez de atuar na sua esfera jurídica, atua na esfera jurídica dos outros, impondo deveres (SJ passivas), que quando cumpridos, protegem o sujeito que o OJ queria proteger.

NOTA: Proteção reflexa não é relevante no âmbito do direito privado.

Exemplo: OJ quer proteger a saúde pública, por isso impõe a todos a vacinação.

*O que distingue a proteção indireta da proteção reflexa?*

No caso da **proteção reflexa**, o OJ não visa proteger um interesse individual. Somos apenas protegidos porque fazemos parte de um coletivo, cujo interesse global é protegido por aquela norma, ou seja, apenas sou protegido porque me insiro naquele dado conjunto.

Já no caso da **proteção indireta**, o OJ quis-me proteger individualmente a mim. Para avaliar se se trata de uma proteção indireta o elemento interpretativo relevante é o elemento teleológico: tenho de perceber se o legislador me quis proteger enquanto individuo, ou se apenas estou a ser protegido porque me insiro num grupo.

NOTA: Apenas a proteção indireta implica dever de indemnizar, nos termos do art.438º.

### Situações jurídicas passivas

#### ✓ Obrigação

Obrigação é o vínculo jurídico pelo qual uma pessoa fica adstrita para com a outra à realização de uma prestação, nos termos do art.437º.

Na obrigação temos uma SJ passiva que vincula uma determinada pessoa, a quem chamamos devedor, perante outra, a quem chamamos credor, à adoção de um determinado comportamento. Enquanto o devedor está numa posição passiva, o credor está numa posição ativa uma vez que beneficia do direito de crédito.

O que caracteriza a obrigação é a falta de opção, o dever, a inexistência de liberdade.

Trata-se de uma situação jurídica **complexa e compreensiva** uma vez que, no seu conteúdo, é possível identificarmos diferentes SJ autónomas. Existe sempre um *dever principal*, *dever secundário*, *dever acessório* e ainda SJ ativas que existem num contexto geral de passividade:

- ✓ *Dever geral* – Necessidade de adotar um comportamento que é concretamente devido
- ✓ *Deveres acessórios* – Aqueles que resultam do princípio da materialidade subjacente, inerente à boa-fé objetiva. Ou seja, aqueles que resultam do comportamento do homem mediano nas mesmas circunstâncias
- ✓ *Dever secundários* – Quando para além do dever principal a pessoa assumiu outros deveres, instrumentais ao dever geral.

Note-se que a obrigação só está plenamente cumprida quando estejam cumpridos quer o dever principal, quer os secundários que lhe são inerentes.

### ✓ **Sujeição**

Sujeição é SJ correspondente ao direito potestativo. Para que haja alguém numa situação de sujeição é porque por outro lado temos alguém com um direito potestativo.

Ou seja, trata-se da SJ passiva em que se encontra aquele que pode ver a sua esfera jurídica alterada devido a um ato unilateral de outrem – daquele que detém o direito potestativo.

### ✓ **Dever geral de respeito/abstenção**

Ao contrário da obrigação e da sujeição, o direito geral de abstenção corresponde a uma **situação jurídica passiva absoluta**, isto é, que vale por si mesma independentemente de qualquer correspondência de uma SJ ativa.

Analisemos a expressão *dever geral de abstenção*:

- *Dever* – Corresponde à adstrição de um comportamento
- *Geral* - Imposto a uma generalidade de pessoas, não é concreto
- *De abstenção/respeito* – Está relacionado com o conteúdo a que estamos vinculados, ou seja, diz respeito á abstenção de interferirmos com a SJ ativa que foi concedida a outra pessoa.

Assim, o OJ concede-os um determinado espaço de liberdade construído por SJ ativas que podemos ou não adotar. No entanto, de modo a proteger esse espaço de liberdade, constrói uma barreira que os demais sujeitos não podem ultrapassar, uma vez que têm um dever geral de abstenção.

### ✓ **Ónus**

Ónus é a SJ em que se encontra aquele que para aceder uma vantagem, ou afastar uma desvantagem, tem de adotar um determinado comportamento. Não é um dever porque não há necessidade de adotar o tal comportamento sob pena de sofrermos uma sanção decorrente da prática do ato ilícito – ou seja, no dever não há escolha, ou faço o que o OJ manda, ou sofro as consequências de não o ter feito.

No ónus, o OJ possibilita-me a escolha de fazer ou não fazer, porque em qualquer uma das opções estou a adotar comportamentos lícitos. A diferença é que, apesar de ambas as alternativas serem lícitas, **se**

**satisfizer o ónus tenho uma vantagem, e se não o satisfizer perco essa vantagem.** Isto significa que a consequência da minha atitude não é a prática de um ato ilícito mas sim a perda de uma vantagem que poderia ter obtido.

Exemplo: Quando compramos uma coisa com defeito, o que queremos fazer é que esse mesmo defeito desapareça. Neste sentido, o art.916º estabelece que devemos informar o vendedor do defeito num determinado prazo, sendo que se não fizer não estou a atuar de forma ilícita. Contudo, se me quiser prevalecer sobre o direito de ter a coisa em condições, tenho o ónus de informar o vendedor para reclamar o defeito.

### ✓ **Encargo**

Apesar de muitos autores referirem o encargo como sinónimo de ónus, o professor Vitor Neves tem outra perspetiva.

Assim, o encargo consiste numa SJ passiva que tem a configuração de um dever, e, por isso, traduz-se na imposição do OJ de um dado comportamento. Contudo, o encargo distingue-se dos outros deveres devido à sua origem – **os encargos são sempre atos gratuitos**, isto é, são SJ passivas que **oneram aquele que beneficia do ato gratuito (sem contrapartida)**.

Note-se que os encargos têm um regime próprio, distinto do dos deveres. A lei refere-se a este instituto a propósito das doações, no art.963º e ss.

### ✓ **Dever funcional**

Relembre-se que o poder funcional é uma SJ ativa, que confere ao seu titular a liberdade de poder tomar opções que devem ir de encontro aos interesses de uma determinada pessoa, e não aos seus próprios.

No caso do dever funcional, o interesse também está descentralizado, contudo, distingue-se do poder funcional porque no âmbito deste existem várias opções que podem ser tomadas. Quando falamos em dever funcional estamos a pressupor que só existe um comportamento que será lícito á luz do interesse descentralizado.

## **4. Abuso de direito**

À partida, quando somos titulares de um direito, temos legitimidade para usufruir plenamente do mesmo. No entanto, existem certos casos em que, mesmo agindo **dentro dos limites da lei**, o OJ considera que o direito está a ser “mal exercido”, isto é, a ser exercido de forma abusiva, manifestamente contrária aos limites da boa-fé.

Note-se que um direito também pode ser mal exercido caso esteja a ser exercido de forma ilegal, contrária à lei. Nesse caso *não estamos perante abuso de direito. Só existe abuso de direito quando, mesmo dentro dos limites da lei, o OJ considera que estou a agir incorretamente.*



**ARTIGO 334º**

*(Abuso do direito)*

*É ilegítimo o exercício de um direito, quando o titular exceda manifestamente os limites impostos pela boa fé, pelos bons costumes ou pelo fim social ou económico desse direito.*

No contexto deste artigo, dizer ilegítimo equivale a dizer “ilícito”, ou seja, o sentido que se pretende dar é que um comportamento abusivo é contrário ao ordenamento jurídico; e “direito” significa, neste contexto, todo o exercício de SJ ativas, uma vez que todas elas, em abstrato, são passíveis de ser abusadas.

Para efeitos deste artigo, para que estejamos perante uma situação de abuso de direito é necessário que:

- i. Estamos perante uma *pessoa*
- ii. Que seja *titular de um direito*
- iii. E que atue, dentro dos limites da lei, *no exercício desse direito*

A expressão “manifestamente”, usada no artigo, deve ser clarificada. O que se pretende dizer é que não é qualquer exercício de um direito que leva a uma situação de abuso de direito, o que nos remete para i) *uma ideia quantitativa*, e para uma ii) *ideia manifesta*.

*i) Ideia quantitativa* – não basta a minha consideração de que um determinado ato é errado. É necessário que essa censura que eu faço relativamente ao comportamento de outro seja grave, ou seja, que haja uma diferença significativa entre aquilo que a pessoa fez, e o que deveria ter feito à luz da boa-fé, e do art.334º.

*ii) Ideia óbvia e comum a todos os que têm bom senso (manifesta)* – ter de ser uma ação que não deixe lugar a dúvidas quanto à censura de tal ação como manifestamente errada.

De acordo com este artigo, um exercício de direito é abusivo quando o seu titular excede manifestamente os limites impostos “*pela boa fé, pelos bons costumes, ou pelo fim social ou económico desse direito*”:

- ✓ *Boa-fé* – Neste caso estamos a referir-nos à boa-fé em sentido objetivo, ou seja, estamos a referir-nos àquele conjunto de regras que um homem médio observa quando atua de forma razoável e diligente. Não podemos esquecer os corolários subjacentes a este princípio, nomeadamente, o princípio da materialidade subjacente e a tutela da confiança.
- ✓ *Bons costumes* – Estamos a falar de moral pública, social. Tratam-se de regras de natureza moral ou ética que a generalidade das pessoas num determinado contexto se julgam vinculadas, não porque lhes sejam impostas pelo OJ mas porque assentam em regras morais e éticas que os sujeitos, pros erem pessoas racionais e razoáveis, aceitam e acham que devem aceitar – são essas regras que correspondem aos bons costumes.

- Note-se que o que importa na prática acaba por ser exclusivamente a boa-fé, isto porque, os bons costumes passaram a ter um âmbito de aplicação cada vez menor, em função da evolução dos tempos.
- ✓ *Fim económico e social do direito* – A opinião do professor Vitor Neves é que hoje em dia tal instituto não tem significado prático relevante. O prof. Considera que este conceito não existe, e quando existe, tem de estar previamente previsto, contudo, não se afirma como sentido importante uma vez que qualquer limite que fosse incluído aqui podia ser facilmente incluído na boa-fé.

Existem 4 situações paradigmáticas de abuso de direito:

- ***Venire contra factum proprium***

Quando afirmamos que alguém se encontra numa situação de “*venire contra factum proprium*”, materialmente estamos a afirmar que existe um **comportamento contraditório a uma conduta anteriormente adotada ou proclamada pelo agente**.

O *venire contra factum proprium* é uma manifestação da tutela da confiança (o que significa que são exigidos os 4 requisitos impostos para a verificação desta, para termos uma situação de abuso de direito neste sentido ou seja, o OJ pune, através deste instituto, os comportamentos que contrariem a confiança concedida a outros sujeitos, de livre vontade. Não se quer dizer que não se possa mudar de ideias, o que se exige é que essa mudança tenha fundamento plausível que a justifique. Ou seja, o que deve ser censurado são os comportamentos erráticos, que proporcionem incoerência sem motivo aparente.

- ***Inegabilidade formal***

Neste caso, a incoerência remete-se a um caso específico: à falta de forma.

Regra geral, os negócios jurídicos que não observam a forma legalmente exigida, são nulos, por força do art.220º. Pois bem, chamamos inegabilidade formal à situação em que a nulidade motivada pela falta de forma legal de um determinado negócio não possa ser observada pena de ser considerada abusiva (abuso de direito), contrária à boa-fé.

Nestes termos, a ocorrência paradigmática seria a de *venire*, contudo, as normas relativas à forma do negócio têm certas características que obrigam a um tratamento específico, diferenciado das situações de *venire*. Assim, na prática estamos outra vez perante comportamentos contraditórios: por um lado a celebração do contrato formalmente inválido, por outro, os elementos quantificadores de confiança (comportamentos que a pessoa tenha adotado antes ou depois da celebração do contrato que qualificam a confiança depositada no outro, tornando censurável a contradição dos seus comportamentos) que não permitem a invocação da nulidade.

A insusceptibilidade de arguir a nulidade só acontece em situações limite, em que se pode considerar que a deslealdade do comportamento supera o valor que tem a inobservância da forma

Exemplo: O art.875º estatui que é necessário escritura pública para a celebração de contratos compra e venda de imóveis. Caso uma das partes soubesse perfeitamente que era preciso escritura pública para celebrar contratos desse tipo, nesse caso a parte que fomentou a inobservância de forma não pode arguir a nulidade do negócio porque seria um abuso de direito na vertente da inegabilidade formal.

- ***Tu quoque***

O “tu quoque” (“também tu”) consiste numa situação de abuso de direito motivada pelo exercício de um direito quando o sujeito está de “mãos sujas”.

Ou seja, o que está em causa é que, para além da verificação das condições formais, temos de observar quais os interesses subjacentes aquele direito.

Novamente, está novamente em causa a conduta imposta pelo princípio da boa-fé, contudo apenas no seu corolário do princípio da materialidade subjacente, e não antes na tutela da confiança.

Exemplo: A arrenda uma casa ao B. Nos termos da lei, A tem de tornar a casa habitável para B, procedendo à realização de obras. Em incumprimento da sua obrigação, A não repara a canalização tonando a vida de B na casa insuportável. B sai de casa esperando pacientemente pelas obras. Passado um ano, A quer prevalecer-se da situação, invocando a resolução do contrato. No entanto, neste caso o comportamento de A é manifestamente abusivo, uma vez que foi este que causou a situação que levou B a abandonar a casa, não se podendo prevalecer da situação, porque constituiria um caso de abuso de direito.

- ***Surrectio e Supprectio***

Mais uma vez, o que está em causa é o princípio da boa-fé, em sentido objetivo, e a correspondente tutela da confiança. Ou seja, novamente, está em causa a censura de comportamentos contraditórios.

No caso da **supprectio**, o exercício de direito é abusivo porque o sujeito teve constantes oportunidades de exercer esse direito e não o fez, criando no outro a convicção de que não o iria exercer. A contradição verifica-se devido a uma omissão do exercício desse direito prolongada no tempo, e o consequente exercício desse mesmo direito em tom de surpresa, frustrando as expectativas legítimas do outro de que nunca iria exercer tal direito.

Na **surrectio**, não se trata de uma omissão, mas sim de um padrão de comportamentos que se vão adotando e que vão gerando a confiança no outro de que esse comportamento será constante. Quando, de repente, o comportamento é alterado, são frustradas as expectativas legítimas do outro, pelo que passamos a estar numa situação abusiva.

- ***Desequilíbrio fundamental no exercício***

Neste caso, fala-se na boa-fé em sentido objetivo e no correspondente princípio da materialidade subjacente.

É normal que o exercício de um direito se traduza numa ponderação dos meus interesses, criando desvantagens para outros em detrimento das vantagens que criei para mim. Neste caso, as situações desvantajosas que criei para os outros não são fundamento para que se diga que estamos perante um abuso de direito, estamos apenas perante um padrão normal.

No entanto, em situações limite, acontece que a vantagem colhida por quem está a exercer o direito é insustentavelmente menor do que a desvantagem que está a impor aos outros. Assim, nos casos em que se verifique que uma pessoa razoável (juízo de acordo com a boa-fé objetiva) não exerceria o seu direito nestas condições, estamos perante abuso de direito devido ao desequilíbrio fundamental do exercício.

### 5. Declarações negociais: modalidades, silêncio, e forma legal

**Declaração negocial** corresponde à exteriorização de uma dada decisão que o OJ reconhece como produtora de efeitos jurídicos, na esfera jurídica do particular.

Assim, se tomarmos uma decisão mas nunca a exteriorizarmos, essa decisão não é relevante para o OJ. As decisões que tomamos no livre exercício da nossa autonomia privada só são relevantes, ou seja, só têm consequências perante o OJ, a partir do momento em que tornamos cognoscível aos outros as decisões que tomámos.

#### ARTIGO 217º

##### (Declaração expressa e declaração tácita)

1. A declaração negocial pode ser expressa ou tácita: é expressa, quando feita por palavras, escrito ou qualquer outro meio directo de manifestação da vontade, e tácita, quando se deduz de factos que, com toda a probabilidade, a revelam.
2. O carácter formal da declaração não impede que ela seja emitida tacitamente, desde que a forma tenha sido observada quanto aos factos de que a declaração se deduz.

De acordo com o **nº1** deste artigo, podemos considerar uma declaração como sendo **expressa ou tácita**:

- ✓ **Declaração expressa** - quando é feita por palavras, por escrito, ou por qualquer outro meio inequívoco de manifestação de vontade (vontade=decisão).
- ✓ **Declaração tácita** – quando, não obstante o facto de não ter sido proferida diretamente, o sujeito adota comportamentos que revelam com toda a probabilidade (=com grande nível de segurança jurídica) essa mesma decisão.

Assim, para o OJ é completamente irrelevante se manifestamos a nossa declaração de forma expressa ou de forma tácita. Contudo, não podemos esquecer que esta é a **regra geral**, e que há casos, **excepcionais**, em que o OJ prevê que seja necessário uma declaração expressa, de modo a que o dado sujeito apenas fique vinculado à declaração após uma análise cuidada e expressamente exteriorizada.

Nos termos do **nº2**, *mesmo que seja exigida uma forma especial para a celebração do negócio, as declarações tácitas são possíveis desde que o comportamento que deduzo ser a declaração cumpra os requisitos formais exigidos para a mesma.*

Exemplo: Tive a hipótese de comprar um imóvel por via de um contrato promessa, sendo que para esse efeito a lei prevê que a declaração exija carácter escrito, nos termos do art.410º. Apesar de não ter celebrado o contrato naquele momento, convido os meus amigos, incluindo o proprietário do tal imóvel, para uma festa comemorativa da minha compra do imóvel. Neste caso, apesar de deixar inequívoco que queria comprar o imóvel, a lei prevê que a declaração deve ter carácter escrito, pelo que apenas poderíamos considerar a festa como uma declaração tácita de celebração do contrato promessa caso cumprisse esse formalismo, ou seja, caso por exemplo, o convite fosse escrito e mencionasse que a festa se devia expressamente à compra do imóvel. Caso o convite fosse meramente oral, não podia ser considerado como uma declaração tácita porque não revestia os requisitos formais exigidos para o negócio.

### **ARTIGO 218º**

#### **(O silêncio como meio declarativo)**

O silêncio vale como declaração negocial, quando esse valor lhe seja atribuído por lei, uso ou convenção.

Não podemos confundir os casos de silêncio com os casos de declaração tácita. *Só há silêncio quando não existe nenhum comportamento de onde possamos retirar uma conclusão – quando há comportamento estamos perante uma declaração tácita, quando não há estamos perante um caso de silêncio.*

De acordo com este artigo, o silêncio **não vale nunca como declaração negocial** (interpretação a contrario), exceto nos casos em que esse valor lhe seja atribuído por lei, uso ou convenção entre as partes.

Note-se que a decisão por convenção de que o silêncio valerá como declaração negocial nunca pode ser unilateral, tem sempre de ser bilateral. Nunca posso impor a alguém o ónus de falar.

**ARTIGO 219º**

**(Liberdade de forma)**

A validade da declaração negocial não depende da observância de forma especial, salvo quando a lei a exigir.

A declaração negocial tem sempre implícita uma forma, sendo que mesmo quando estamos perante um caso de silêncio, temos uma forma omissa, mas temos forma.

A forma é o modo de exteriorização da ação juridicamente relevante, o ato, ou o negócio jurídico, o modo como se torna aparente e reconhecível perante as pessoas a quem se destina a vigorar, pelo que não existem negócios jurídicos sem forma.

Este artigo estabelece que **a regra geral que vigora no nosso OJ é a da liberdade de forma**, o que significa que, na ausência de uma norma especial, a circunstância da forma como foi transmitida a declaração negocial é completamente irrelevante. Ou seja, ficamos vinculados aos efeitos da declaração que emitimos independentemente da forma como o fizemos.

Assim, em determinadas circunstâncias, o OJ impõe uma forma especial, o que pode ser justificado porque:

- Visa assegurar que o declarante (aquele que emite a declaração) tenha de dar “mais passos” para a exteriorizar, de forma a que a decisão seja melhor refletida.
  - O pressuposto subjacente é que quanto maiores forem as exigências de forma, mais resistência encontramos para praticar o ato, e consequentemente menor será a probabilidade de serem praticados atos significativos de forma leviana.
- Visa ressaltar a existência de dúvidas sobre a prática do ato. Isto é, quanto maiores as exigências de forma, menor é a probabilidade de no futuro haver dúvidas sobre se aquele ato foi praticado ou não
  - Ex: Quando a lei exige que seja necessário um documento escrito, não valendo a declaração falada.

*Nos casos em que a lei imponha uma forma especial, e eu não a respeito, o que acontece?*

**ARTIGO 220º**

**(Inobservância da forma legal)**

A declaração negocial que careça da forma legalmente prescrita é nula, quando outra não seja a sanção especialmente prevista na lei.

De acordo com o art.220º, e salvo lei especial, uma declaração negocial emitida sem a observância dos requisitos de forma que lhe são aplicáveis é **uma declaração nula**, que não produz quaisquer efeitos jurídicos.

Importa ressaltar que **este artigo apenas se aplica quanto as exigências de forma quanto à substância (ad substantium), não se aplica às circunstâncias especiais em que as exigências são para efeitos meramente probatórios (forma ad probationem), previstos pelo art.364/2.**

Enquanto a falta de forma ad substantiam acarreta a nulidade do ato, a falta de forma ad probationem acarreta como consequência a impossibilidade de prova: o ato só pode ser provado com aquela forma.

De acordo com o art.363º, que estabelece as modalidades de documentos escritos:

- ✓ *Documentos autênticos* – quando escritos, e reconhecidos por uma entidade com poderes para tal
- ✓ *Documentos particulares* – são os restantes documentos
- ✓ *Documentos autenticados* – quando foram escritos pelos particulares, e levados à posteriori para autenticação numa entidade competente
- ✓ *Documentos simples* – quando basta ter forma escrita e assinada pelas partes para ser válido

Note-se que a forma pode ser **legal, voluntária ou convencional**:

- ✓ **Forma legal** – aquela que é exigida por lei e que visa obrigar as partes a refletir antes de praticarem atos consideravelmente graves; o reforço da segurança do negócio e a facilitação de prova dos atos. Ou seja, tem por função acautelar interesses relevantes.
- ✓ **Forma voluntária** – aquela que as partes usaram na prática do ato com solenidade que excede a forma exigida por lei. Por exemplo, quando por razões de segurança as partes celebram o negócio por escrito, mas a lei não o exigia, aplicando-se a regra geral da liberdade de forma do art.219º.
- ✓ **Forma convencional** – não é exigida por lei, mas pelas partes ou por uma delas. Durante as negociações que antecedem a celebração do negócio, as partes costumam acertar entre si previamente a forma que revestirá o contrato, podendo até afirmar que não se vincularão a não ser com certa forma. Também sucede nos negócios unilaterais. Neste caso, o que fundamenta a exigência de forma é o interesse negocial interprivado e a autonomia pública que lhe dá fundamento.

**ARTIGO 221º**

**(Âmbito da forma legal)**

1. As estipulações verbais acessórias anteriores ao documento legalmente exigido para a declaração negocial, ou contemporâneas dele, são nulas, salvo quando a razão determinante da forma lhes não seja aplicável e se prove que correspondem à vontade do autor da declaração.
2. As estipulações posteriores ao documento só estão sujeitas à forma legal prescrita para a declaração se as razões da exigência especial da lei lhe forem aplicáveis.

Este artigo trata dos casos em que existe uma declaração negocial sujeita a uma forma especial, forma essa que é respeitada face ao núcleo do negócio, mas que é desrespeitada no âmbito de estipulações acessórias. Ou seja, a lei trata de avaliar se as matérias não constantes na forma exigida são ou não relevantes para o direito: caso as matérias correspondam ao núcleo essencial do negócio, a falta de forma implica a nulidade do mesmo nos termos do art.220º; porém, caso as matérias sejam acessórias, ou seja, caso acresçam algo não essencial ao negócio, tal não implica a nulidade do negócio, mas sim a aplicação deste artigo.

Exemplo de estipulação acessória: Contrato compra e venda de ma casa, faz parte do núcleo essencial a definição do preço. Contudo, se o vendedor tiver acordado com o comprador que iria pintar a casa antes de a entregar ao comprador, estamos perante uma estipulação acessória e caímos no âmbito de aplicação deste artigo.

Importa fazer uma distinção quando ao momento em que foi acordada a estipulação acessória: se tiver sido acordada **antes da formalização do documento**, aplicamos o **nº1**; se tiver sido acordada **depois da formalização do documento**, aplicamos o **nº2**.

Nos termos do **nº1**, se a estipulação acessória for anterior à celebração do negócio, em princípio essa estipulação é nula uma vez que a lei presume que no documento consta tudo aquilo que as partes efetivamente queriam. Ou seja, a lei faz a presunção de que se não acrescentámos no documento é porque não queremos. Note-se que *a nulidade apenas afeta a estipulação, não afeta todo o negócio, e que a presunção é ilidível, ou seja, admite prova de que o autor da estipulação queira ficar vinculado à mesma, passando esta a ser válida*.

Já os termos do **nº2**, se a estipulação acessória for posterior à celebração do negócio, em princípio será válida.



**ARTIGO 222º**

**(Âmbito da forma voluntária)**

1. Se a forma escrita não for exigida por lei, mas tiver sido adoptada pelo autor da declaração, as estipulações verbais acessórias anteriores ao escrito, ou contemporâneas dele, são válidas, quando se mostre que correspondem à vontade do declarante e a lei as não sujeite à forma escrita.
2. As estipulações verbais posteriores ao documento são válidas, excepto se, para o efeito, a lei exigir a forma escrita.

Nos casos em que o declarante, espontaneamente, emita a declaração por uma forma especial, que não era exigida por lei, estamos perante uma **forma voluntária**. Nesse caso, de acordo com este artigo, a forma voluntária é válida, à partida.

**ARTIGO 223º**

**(Forma convencional)**

1. Podem as partes estipular uma forma especial para a declaração; presume-se, neste caso, que as partes se não querem vincular senão pela forma convencional.
2. Se, porém, a forma só for convencional depois de o negócio estar concluído ou no momento da sua conclusão, e houver fundamento para admitir que as partes se quiseram vincular desde logo, presume-se que a convenção teve em vista a consolidação do negócio, ou qualquer outro efeito, mas não a sua substituição.

Estamos perante uma **forma convencional** quando as partes, previamente à formalização do negócio, acordam que apenas ficam vinculadas a esse mesmo negócio caso esse observe uma dada forma. De acordo com este artigo, se a formalização do negócio não for de encontro à forma convencional, será ineficaz.

**6. Perfeição das declarações negociais**

A DN torna-se perfeita quando se consuma, isto é, quando se liberta do seu autor e ganha uma substância própria, e quando alcança a finalidade que lhe foi imprimida. Nos art.224º a 226º, o CC encara a perfeição da DN como o **momento da sua eficácia**: **ao tornar-se perfeita, a declaração atinge a sua plena eficácia**.

A este propósito importa distinguir *declarações recipiendas*, e *declarações não recipiendas/não recetíveis*:

- ✓ *Declarações recipiendas* – Têm um determinado destinatário, destinam-se a uma pessoa ou a um conjunto de pessoas **em concreto**. Ex: carta dirigida a Lua Mota Santos é uma declaração recipienda.
- ✓ *Declarações não recipientes* – Dirigem-se a um conjunto indiferenciado e indefinido de pessoas, não são dirigidas a alguém em concreto. Ex: quando dou uma recompensa a quem me devolver os meus documentos não sei a quem me estou a referir em concreto.

**ARTIGO 224º**

**(Eficácia da declaração negocial)**

1. A declaração negocial que tem um destinatário torna-se eficaz logo que chega ao seu poder ou é dele conhecida; as outras, logo que a vontade do declarante se manifesta na forma adequada.
2. É também considerada eficaz a declaração que só por culpa do destinatário não foi por ele oportunamente recebida.
3. A declaração recebida pelo destinatário em condições de, sem culpa sua, não poder ser conhecida é ineficaz

No caso das **declarações recipiendas** (1ª parte nº1), o momento relevante para a perfeição da DN é a *chegada à esfera de controlo daquela pessoa em concreto*.

Exemplo: Quando uma carta chega ao destinatário já está na sua esfera de controlo. Se este demorar tempo a ler o problema é seu porque a declaração já se perfeccionou.

Já no caso das **declarações não recipiendas** (2ª parte nº1), o que é relevante é saber se a *declaração se manifestou da forma adequada*. Ou seja, tem de se considerar aqueles que sejam os destinatários/potenciais destinatários e avaliar se a forma concebida tornou possível a sua receção face a esses, sendo que a declaração produz efeitos a partir do momento em que foi expedida de forma correta face às circunstâncias.

Exemplo: Quando ponho um anúncio no jornal para que me devolvam os documentos com a benesse de uma recompensa, a declaração torna-se perfeita aquando da publicação.

De acordo com o **nº2**, é considerada eficaz a declaração que *só por culpa do seu destinatário não foi por ele culposamente recebida*.

Exemplo: Recusa de uma carta registada. A partir do momento em que recusamos a carta, o OJ assume que para todos os efeitos a recebemos, e por isso a declaração torna-se eficaz.

Nos termos do **nº3**, nos casos em que, não obstante a declaração ter chegado à nossa esfera de controlo, chegou num estado tal que não é perceptível, *a declaração não é eficaz*. Ou seja, em situações em que o destinatário não teve culpa de não ter tido conhecimento, ou em casos em que, não por sua culpa, a

declaração chegue num estado tal que não é possível ao destinatário compreender a declaração, esta não produz efeitos.

Exemplo: Carteiro deposita carta mas choveu e a carta ficou molhada, ficando ilegível. Apesar de ter chegado ao poder, não está em condições de ser percebida/recebida, portanto não é eficaz.

## **7. Interpretação e integração das declarações negociais**

Os negócios jurídicos são atos de autonomia privada através os quais as pessoas regem entre si os seus interesses. Como tais, carecem de ser interpretados.

### **ARTIGO 236º**

#### **(Sentido normal da declaração)**

1. A declaração negocial vale com o sentido que um declaratário normal, colocado na posição do real declaratário, possa deduzir do comportamento do declarante, salvo se este não puder razoavelmente contar com ele.
2. Sempre que o declaratário conheça a vontade real do declarante, é de acordo com ela que vale a declaração emitida.

A primeira pergunta que se deve fazer é: ***conhece o declaratário a vontade real do declarante?*** Caso a resposta seja afirmativa, aplica-se o **nº2** e a declaração negocial vale de acordo com esse sentido.

Contudo, caso o declaratário não conheça a vontade real do declarante, caímos no âmbito de aplicação do **nº1**, que define que o sentido juridicamente relevante de uma declaração negocial é aquele que do comportamento do declarante possa ser deduzido por um declaratário normal (remete para juízo de boa-fé objetiva, homem médio colocado em iguais circunstâncias), colocado na posição do autor da declaração, *desde que esse sentido não contrarie a expectativa razoável do declarante*.

Note-se que não se fala de um homem médio “normal”, é preciso ter em conta que se trata de um homem médio com os mesmos conhecimentos específicos sobre o declarante e sobre a declaração em si.

A última parte deste nº1 funciona como uma válvula de segurança que protege o declarante de interpretações inesperadas. Assim, o legislador está a procurar equilibrar os dois interesses em causa: por um lado, o do declarante que quer fazer valer o sentido que quis atribuir à declaração; e por outro o interesse do declaratário que podia não ter como entender a DN de acordo com o sentido que o declarante lhe quis dar. Por isso é que devemos inverter a ordem destes artigos, porque só assim é que se atinge um equilíbrio pleno.

Esta solução corresponde a uma conciliação justa dos interesses do declaratário/declarante uma vez que:

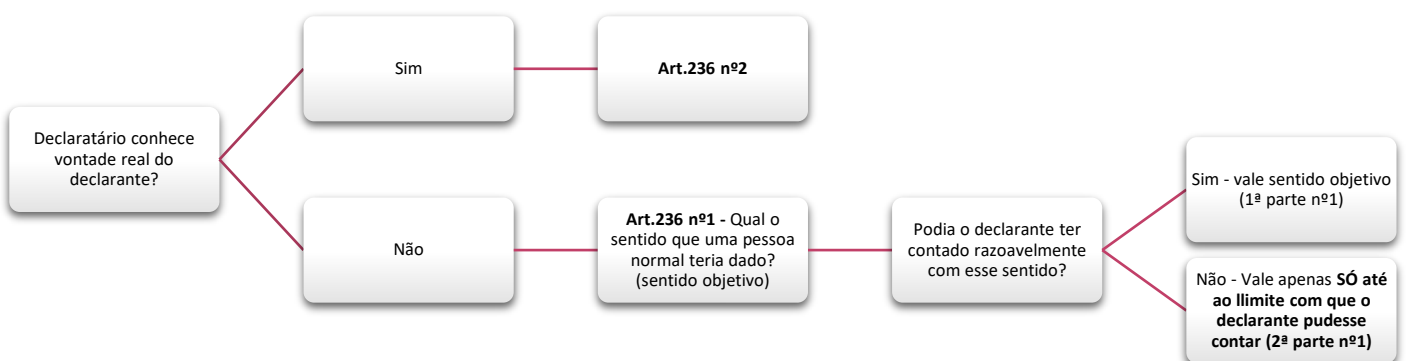
- ✓ *Deixa sobre o declarante o ónus de se expressar bem* – Se o declarante não for leviano ou ligeiro, e se expressar de uma forma clara e correta, de forma a que uma pessoa normal

compreendesse o sentido pretendido da declaração, então não terá nenhum problema com a aplicação deste artigo. Assim, o declarante controla uma larga extensão dos riscos.

- ✓ *Deixa sobre o declaratário o ónus de fazer uma boa interpretação* – Ou seja, de não assumir tudo o que, à primeira vista, lhe vem à cabeça, procedendo a uma interpretação cuidada que vá de acordo a uma interpretação que seria normalmente feita por outra pessoa.

Em suma, este artigo visa proteger o declarante que o exercício da sua autonomia privada, ao fazer uma declaração negocial, possa ficar sujeito a efeitos contraditórios aos que esperava quando emitiu a declaração. Daí que a 2ª parte do nº1 seja uma válvula de segurança que protege o declarante em situações de grande discrepância entre a interpretação do declarante e do declaratário, para que o primeiro fique sujeito apenas aos efeitos que correspondam ao limite da interpretação que este pudesse contar por parte do declaratário.

**Esquema quanto à aplicação deste artigo:**



**ARTIGO 237º**

**(Casos duvidosos)**

Em caso de dúvida sobre o sentido da declaração, prevalece, nos negócios gratuitos, o menos gravoso para o disponente e, nos onerosos, o que conduzir ao maior equilíbrio das prestações.

Depois de ter sido feita uma interpretação de acordo com o art.236, podemos ficar na dúvida quanto às várias opções interpretativas que obtivemos por via desse artigo. Nesse caso, **e tendo em conta que nunca podemos passar para este artigo sem antes termos pasado pelo art.236º.**

Face a este artigo, temos de dividir os negócios entre *negócios grautitos* e *negócios oneosos*:

- ✓ *Negócios gratuitos*: Têm na sua base o espírito de beneficiar os outros, sem nenhuma vantagem para o seu autor. Nesse caso **devemos escolher o sentido mais favorável ao disponente** (autor do negócio)
  - *Ex*: A afirma que oferece a B todos os seus relógios (doação), contudo existe um anel que é anel-relógio. Depois de passado o art.236º, caso tivéssemos dúvidas, o anel-relógio não estaria incluído na doação, uma vez que este é o sentido mais favorável ao disponente.
- ✓ *Negócios onerosos*: São aqueles que assentam na ideia de reciprocidade, de contrapartida. Nesses casos, **devemos escolher o sentido que, dentro dos possíveis, melhor contribua para o equilíbrio das partes ao abrigo daquele negócio.**

### ARTIGO 238º

#### (Negócios formais)

1. Nos negócios formais não pode a declaração valer com um sentido que não tenha um mínimo de correspondência no texto do respectivo documento, ainda que imperfeitamente expresso.
2. Esse sentido pode, todavia, valer, se corresponder à vontade real das partes e as razões determinantes da forma do negócio se não opuserem a essa validade.

Este artigo contém uma regra especial para a interpretação de negócios formais, ou seja, de negócios que revestiram uma forma especial.

Assim, a este propósito o artigo 238º estatui que os negócios formais *não podem ser interpretados de uma forma que ao tenha o mínimo de correspondência com o texto do respetivo documento, ainda que imperfeitamente expresso* (nº1).

A razão de ser deste regime especial deve-se à tutela da aparência e da confiança que tenha sido ou venha a ser depositada por terceiros no sentido objetivo do negócio. As exigências legais de forma dos NJ são excecionais e têm o fundamento que já conhecemos. Contudo, também se podem dever, como é o caso do art.875º quanto à necessidade de escritura pública para a compra e venda de imóveis, na necessidade da sua publicidade, de modo a que terceiros possam conhecer o conteúdo negócio.

Nesse caso, a tutela dos terceiros seria frustrada se os negócios formais pudessem ser interpretados com um sentido que não tivesse o mínimo de correspondência com o texto do respetivo documento, “ainda que imperfeitamente expresso”.

Note-se que a solenidade da forma pode não ser de exigência legal, mas sim de âmbito convencional ou voluntário, pelo que nesses casos já não haverá fundamento para a objetivação consagrada nº1 deste artigo. Quando assim seja, o seu sentido subjetivo deve decorrer da regra geral, desde que as razões determinantes da forma do negócio a isso não se opuserem.

Exemplo: A e B celebram um negócio, e respeitando a exigência legal fazem-no por escrito, escrevendo X. Para sabermos que sentido dar à declaração procedemos à aplicação dos art.236º e 237º, retirando o sentido Y. Ou seja, A e B escreveram o documento tão mal que de forma alguma podíamos chegar ao sentido X por via da aplicação desses artigos. Contudo, como se trata de um negócio formal, não podemos ignorar o art.238º, por isso não podíamos atribuir o sentido Y. Neste caso tínhamos que dar um mínimo de correspondência do sentido X ao Y. Caso não o consigamos fazer de alguma forma, então o negócio será nulo.

### ARTIGO 239º

#### (Integração)

Na falta de disposição especial, a declaração negocial deve ser integrada de harmonia com a vontade que as partes teriam tido se houvessem previsto o ponto omissio, ou de acordo com os ditames da boa fé, quando outra seja a solução por eles imposta.

Pode acontecer que as partes não tenham estipulado sobre uma questão, ou porque ao tempo da declaração não lhes pareceu importante, ou porque não era ainda previsível, ou porque as circunstâncias se alteraram, ou porque as partes deixaram intencionalmente a questão em aberto. De qualquer modo, pode ser necessário proceder à **integração da declaração negocial, através da regulação dos aspetos que as partes deixaram incompletos.**

De acordo com este preceito, na falta de disposição especial, a DN deve ser integrada em harmonia com a vontade que as partes teriam tido caso houvessem previsto o ponto omissio (*vontade hipotética das partes*), ou de acordo com os ditames da boa-fé, quando seja diferente a solução por eles imposta.

Para que integrar uma DN existem **3 elementos fundamentais:**

- i.* Este artigo diz que se aplica na falta de disposição especial, ou seja, ressalva a existência de preceitos que afastem a sua aplicação.
  - Existem autores que no caso de existir uma lacuna se devem aplicar normas supletivas (conjunto de regras existentes no OJ que se destinam a aplicar caso as partes não se afastem delas)
  - Contudo, existem outros autores, nomeadamente o prof. Vitor Neves, que *desconsidera as normas supletivas, considerando que este se trata de um método de integração, e que existem normas especiais a esse propósito que não são as supletivas.*
    - Ou seja, uma lacuna só existe quando não prevemos o problema. Se há normas supletivas então seria possível prever o problema. Assim, sempre que existe uma lacuna devemos considerar as normas supletivas afastadas.
- ii.* Temos de procurar a vontade hipotética das partes – Nestes casos, a solução é muitas vezes coincidente com a solução a que chegaríamos por aplicação de uma norma supletiva. Contudo, não aplicamos a norma supletiva, aplicamos porque a solução corresponde à vontade hipotética das partes, coincidindo com a norma supletiva por pura coincidência.

- iii. *Ditames da boa fé* – Se chegarmos à conclusão que ao reconstruir a vontade hipotética das partes a solução é contrária á boa-fé, então o que prevalece é a solução a que as pessoas razoáveis, honestas (boa-fé em sentido objetivo) chegariam. Ou seja, neste caso impomos não a solução que as partes queriam, mas a solução que as partes deveriam ter querido.

### 8. Desvalor das declarações negociais: Inexistência, ineficácia e invalidade

Uma vez que as DN correspondem a um ato de autonomia, reconhecido pelo OJ que aceita os efeitos que essa DN se destina a produzir, e que é determinado pelos art.236º e ss, alguns autores afirmam que as DN são *reflexivas e performativas*:

- ✓ *Reflexivas* – Destinam-se a produzir efeitos jurídicos reflexos, ou seja, na nossa própria esfera jurídica
- ✓ *Performativas* – Destinam-se a produzir certos efeitos jurídicos

Todavia, existem situações em que, a título excecional, o OJ não reconhece os efeitos jurídicos que a DN visava produzir – ***ineficácia em sentido amplo das DN***.

Esta ineficácia em sentido amplo, pode revestir uma de 3 formas:

- ✓ *Inexistência* – Neste caso, os comportamentos não chegam a ser relevantes para o direito uma vez que nunca chegam a ser valorados, nem de forma positiva, nem de forma negativa. Tratam-se dos casos mais graves porque existe uma divergência demasiado grande entre o que efetivamente aconteceu e aquilo que releva juridicamente, de tal forma que o ato nem sequer tem valor jurídico.
- ✓ *Ineficácia em sentido estrito* – Tratam-se de DN existentes e valoradas pelo OJ, que considera que as mesmas não são passíveis de qualquer desvalor. Assim, apesar de serem aptas a produzir efeitos pelas suas características intrínsecas, por qualquer razão que não o desvalor do comportamento em si, não produzem os efeitos que o sujeito visava alcançar. Trata-se do caso menos grave de todos.
  - Ex: art.224º, tratam-se de declarações válidas que à partida produziriam efeitos mas por qualquer motivo não chegaram a produzir.
- ✓ *Invalidade* – Para que haja uma DN inválida é preciso, em primeiro lugar, que haja uma DN existente para o direito. O que acontece é que, não obstante a existência da declaração, o OJ faz um juízo de desvalor sobre a mesma. Normalmente, as declarações que são inválidas são ineficazes (não produzem efeitos). Perante uma DN inválida podem haver 2 consequências diferentes
  - *Nulidade*
  - *Anulabilidade*

**ARTIGO 286º**

**(Nulidade)**

A nulidade é invocável a todo o tempo por qualquer interessado e pode ser declarada oficiosamente pelo tribunal

A **nulidade** acarreta 3 características fundamentais:

- ✓ *Pode ser invocada a todo o tempo*, ou seja, não é um vício sanável pelo decurso do tempo
  - Contudo, há que ter em conta o art.334º porque ao vir invocar a nulidade muito tempo depois posso adotar um comportamento contraditório que pode ser considerado abuso de direito.
- ✓ *Pode ser invocada por qualquer interessado* – ou seja, qualquer pessoa interessada pode prevalecer-se da nulidade declaração negocial.
  - Considera-se interessado (para além do declarante e do declaratário), qualquer pessoa que passe para uma situação melhor com a declaração da nulidade. Ou seja, deve ser feito um juízo comparativo entre a situação em que a pessoa se encontra antes da nulidade do negócio, e depois da declaração de nulidade do mesmo.
- ✓ *É de conhecimento oficioso* – ou seja, pode ser declarada oficiosamente pelo tribunal. Isto significa que o âmbito de um processo o juiz verifique que o negócio com o qual está confrontado é nulo, deve declarar a sua nulidade mesmo que nenhuma das partes tenha suscitado a questão.
  - A nulidade é declarada porque a indicação de nulidade do NJ é meramente declarativa uma vez que este nunca havia produzido efeitos.

Quais são as causas que levam à nulidade do negócio?

- ✓ *Razões de forma* - art.220º, MAS não esquecer que a regra geral é a liberdade de forma (art.219)
- ✓ *Razões de conteúdo* – é necessário que o objeto do negócio satisfaça os requisitos do art.280º:
  - O objeto tem de ser física (material) e legalmente possível. Caso contrário é **nulo**
    - Refere-se apenas a uma possibilidade originária, anterior à celebração do negócio. Caso se venha a alterar a possibilidade depois não é relevante.
  - Tem de ser conforme aos princípios estruturantes do OJ (bons costumes e ordem pública)
  - Objeto tem de ser determinado, ou seja, tenho de conseguir perceber quais os efeitos que efetivamente irá produzir perante a aplicação dos art.236º e ss
    - Determinabilidade não é determinação: a DN tem que ter efeitos suscetíveis de serem determinados (determinabilidade) ainda que naquele momento ainda não estejam determinados
- ✓ *Vicissitudes verificadas no processo de formação da declaração* (arts.240º a 257º)
- ✓ *Caso o seu fim seja contrário à lei, à ordem pública ou aos bons costumes (art.281º)* – Neste caso, o conteúdo do negócio não padece de qualquer vício mas o fim visado pelo negócio contraria uma das ordens normativas referidas.



- O negócio apenas é nulo caso o fim for comum a ambas as partes. Nos casos em que o fim seja particular, isto é, seja desejado por apenas uma das partes, o negócio não é afetado
  - Exemplo: Vou a uma drogaria comprar uma faca porque quero matar uma pessoa. O negócio não é nulo porque o vendedor não sabe que quero comprar a faca com esse propósito. Já no caso do vendedor partilhar comigo a vontade de matar, então o negócio é nulo porque se trata de um fim comum.

**ARTIGO 287º**

**(Anulabilidade)**

1. Só têm legitimidade para arguir a anulabilidade as pessoas em cujo interesse a lei a estabelece, e só dentro do ano subsequente à cessação do vício que lhe serve de fundamento.
2. Enquanto, porém, o negócio não estiver cumprido, pode a anulabilidade ser arguida, sem dependência de prazo, tanto por via de acção como por via de excepção.

Quanto à anulabilidade, importa esclarecer que:

- ✓ *Apenas pode invocar este vício as pessoas que a lei define como interessadas* – critério muito mais restrito. Ou seja, o que está em causa é a proteção de interesses individuais
  - Ex: uma declaração emitida por um menor é anulável precisamente para proteger o menor do seu menor discernimento. A lei não visa proteger o OJ mas apenas o menor.
- ✓ *O protegido apenas pode invocar a anulabilidade no prazo de 1 ano a contar da cessação do vício* – isto porque apenas aquela pessoa em concreto pode decidir se quer beneficiar da anulabilidade ou não.
  - O prazo de 1 ano não se conta a partir da declaração, mas sim a partir da cessação do vício que motivou a invalidade.
  - Ex: Menor pode invocar anulabilidade no prazo de 1 ano a contar da data em que atinge a maioridade
- ✓ *A anulabilidade é sanável pelo decurso do tempo, ou seja, se não for invocada, decorrido o prazo de 1 ano a contar da cessação do vício, ou por **confirmação (art.288º)***

De acordo com o nº2 deste artigo, *caso o negócio ainda não esteja cumprido*, ou seja, caso as partes ainda não tenham cumprido com as obrigações resultantes do negócio, *a arguição da anulabilidade não fica dependente do prazo, podendo ser invocada a qualquer tempo* (exclui-se a aplicação do nº1)

**NOTA:**

A anulabilidade pode ser invocada *por acção* (caso tome a iniciativa para atacar o outro), ou por *excepção* (caso invoque a anulabilidade em defesa de mim próprio)

<u>Nulidade (art.286º)</u>	<u>Anulabilidade (art.287º)</u>
OJ visa proteger o interesse de todos	OJ apenas protege interesses individuais. Ou seja, a pessoa concreta, especificamente prevista na lei
Sem prazo para a sua arguição	Só pode ser invocada pelo protegido no prazo de 1 ano a contar da cessação do vício
Insanável	Sanável epo decurso do tempo (1 ano) ou por confirmação (art.288º)
Natureza declarativa – A sua declaração não muda a realidade uma vez que o ato nulo nunca produziu efeitos jurídicos	Natureza modificativa – A sua declaração altera a realidade pré-existente, porque caso não fosse declarada o negocio seria perfeitamente válido, produzindo efeitos

**ARTIGO 288º**

**(Confirmação)**

1. A anulabilidade é sanável mediante confirmação.
2. A confirmação compete à pessoa a quem pertencer o direito de anulação, e só é eficaz quando for posterior à cessação do vício que serve de fundamento à anulabilidade e o seu autor tiver conhecimento do vício e do direito à anulação.
3. A confirmação pode ser expressa ou tácita e não depende de forma especial.
4. A confirmação tem eficácia retroactiva, mesmo em relação a terceiro.

A **confirmação**, é o ato pelo qual a pessoa que pode prevalecer-se da anulabilidade do negócio, prescinde desse direito. Isto é, ao confirmar o negócio, o protegido está a assegurar antecipadamente que não irá exercer o direito à anulabilidade, *e tudo se passa como se o negócio fosse válido desde início, produzindo efeitos retroativos* (nº4).

Na prática tem o mesmo efeito do que se o protegido deixasse decorrer o prazo de 1 ano, pelo que apenas funciona como uma clarificação antecipada da sanção do vício.<sup>9</sup>

**ARTIGO 289º**

**(Efeitos da declaração de nulidade e da anulação)**

1. Tanto a declaração de nulidade como a anulação do negócio têm efeito retroactivo, devendo ser restituído tudo o que tiver sido prestado ou, se a restituição em espécie não for possível, o valor correspondente.
2. Tendo alguma das partes alienado gratuitamente coisa que devesse restituir, e não podendo tornar-se efectiva contra o alienante a restituição do valor dela, fica o adquirente obrigado em lugar daquele, mas só na medida do seu enriquecimento.
3. É aplicável em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, directamente ou por analogia, o disposto nos artigos 1269º e seguintes.

Uma vez confirmada, quer a nulidade quer a anulabilidade do negócio, aplica-se o art.289º quanto aos efeitos decorrentes:

- ✓ *A declaração de anulabilidade/nulidade ergue a obrigação de praticar atos que tentem restituir a situação prévia ao negócio – isto é, cabe a cada uma das partes a restituição aos outros daquilo que tinha constituído por via do negócio.*

**Redução e conversão**

No nosso ordenamento jurídico vigora o **princípio de aproveitamento dos atos jurídicos**, pelo que, face aos atos inválidos, deve-se conhecer a *redução e a conversão*.

Tratam-se de testemunhos do princípio de que, se alguém, no âmbito da sua autonomia privada, quer ver produzidos determinados efeitos jurídicos, devemos tentar esgotar até ao limite a possibilidade desses efeitos virem efetivamente a produzirem-se.

**ARTIGO 292º**

**(Redução)**

A nulidade ou anulação parcial não determina a invalidade de todo o negócio, salvo quando se mostre que este não teria sido concluído sem a parte viciada.

A **redução** apenas pode ser aplicada nas situações de *invalidade parcial*, isto é, quando apenas uma parte do negócio está viciada, e não o negócio no seu todo.

Quando se trata de uma invalidade parcial, significa que esse vício apenas atinge uma ou algumas cláusulas ou estipulações e ainda quando a invalidade resulta da estipulação de algo excessivo. A invalidade parcial pode implicar, ou não, a invalidade total.

Assim, quando não acarrete a invalidade total, este negócio manter-se-á válido na parte não afetada pela causa da invalidade, ficando *reduzido* à parte válida.

Ou seja, dá-se a redução sempre que, num caso de invalidade parcial, se mantenha como válida a parte sã do negócio, sendo declarada nula ou anulada apenas a parte viciada.

Para que haja redução, é necessário que o negócio seja divisível, ou seja, que seja possível dividi-lo numa parte que é inválida, e noutra que se mantém válida. Caso o negócio seja indivisível, não será possível a sua redução e a invalidade parcial terá como consequência a invalidade total do negócio.

A parte final deste artigo estabelece uma *limitação à redução*: da redução não pode resultar um negócio que as partes não tenham querido celebrar. Assim, a lei impõe o ónus de provar que o negócio não subsistiria sem a parte viciada à parte que queira subtrair-se do mesmo.

### ARTIGO 293º

#### (Conversão)

O negócio nulo ou anulado pode converter-se num negócio de tipo ou conteúdo diferente, do qual contenha os requisitos essenciais de substância e de forma, quando o fim prosseguido pelas partes permita supor que elas o teriam querido, se tivessem previsto a invalidade.

Para cairmos no âmbito de aplicação deste artigo, temos de estar perante uma de duas opções:

1. Todo o negócio está viciado (*invalidade total*) pelo que não há nenhuma forma de o salvar
2. Estamos perante uma invalidade parcial, mas não conseguimos salvar o negócio através do art.292º.

Ou seja, quando estamos perante uma destas situações, devemos sempre tentar salvar os seus efeitos. No entanto, contrariamente à redução, a conversão não trata de “ressuscitar ou revalidar o negócio”, trata-se antes de transformar esse negócio numa coisa diferente, que satisfaça as características necessárias para ser válido.

Nestes casos, não estamos a salvar os efeitos completos, pelo que não podemos colocar as partes na exata situação em que desejavam estar. Contudo, podemos tentar aproximar o mais que possível dessa situação, tentando concretizar o fim último do negócio.

Assim, pode acontecer que os elementos que integram o negócio inválido constituam título de validade suficiente para outros efeitos jurídicos que resultariam de um negócio diferente, mas que permitisse que o fim prático visado pelas partes fosse alcançado.

Note-se que o negócio antes e depois de convertido não é o mesmo!

Exemplo: Contrato compra e venda de um imóvel celebrado por escrito particular, sem escritura pública, pelo que era inválido por falta de forma. A invalidade é total portanto não podemos reduzir o negócio nos termos do art.292, passamos para o art.293. Um contrato promessa não carece de escritura pública, apenas de forma escrita, em sede do art.410º, pelo que, uma vez que o fim último era assegurar que o imóvel passasse de A para B, podemos converter o negócio para um contrato promessa alcançando esse fim, ficando estabelecido que no dia X às Y horas as partes iriam ao notário celebrar a escritura.

Ou seja, para que possamos converter um negócio têm de estar cumpridos dois requisitos:

- i. Necessário que estejam *satisfeitos os requisitos formais e de substância* do negócio final (aquele ao qual vou reconhecer efeitos)
- ii. Necessário que o fim prosseguido pelas partes permita supor que estas teriam querido um negócio final se tivessem previsto a invalidade → ou seja, o negócio ao qual vou reconhecer

efeitos tem de ir ao encontro *da vontade hipotética das partes* (à qual chegamos a partir de um juízo feito ao abrigo da boa-fé objetiva)

- Trata-se de uma válvula de segurança, que visa assegurar que as partes nunca fiquem vinculadas a efeitos jurídicos que não desejavam no âmbito da sua autonomia privada.

Contrariamente à redução (que funciona como uma regra geral, aplicável a todo os casos), no caso da conversão, a lei presume que a salvação do negócio mediante a celebração de um negócio diferente não corresponde à vontade das partes. Cabe assim o ónus de provar que as partes desejavam o negócio convertido a quem quiser salvar o negócio.

Em suma, a redução opera em regra, a não ser que se demonstre que é contrária à vontade negocial, já a conversão só pode ocorrer quando se prove que essa é a vontade das partes – *o regime é inverso nas duas figuras*.

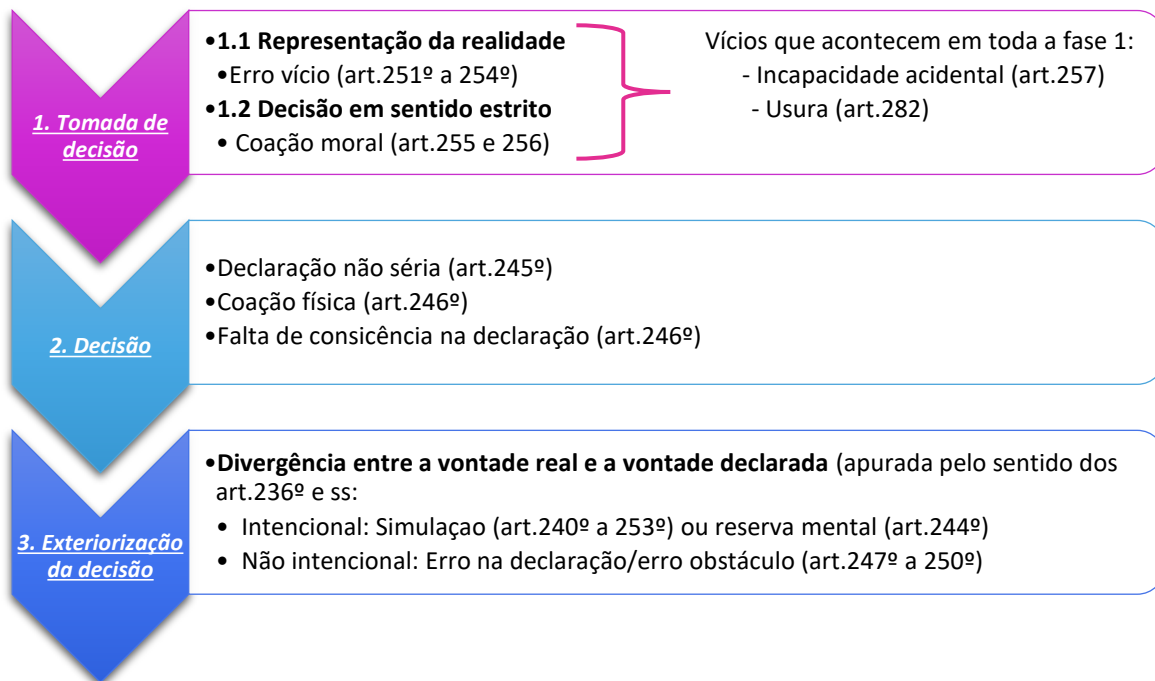
**ARTIGO 294º**

**(Negócios celebrados contra a lei)**

Os negócios celebrados contra disposição legal de carácter imperativo são nulos, salvo nos casos em que outra solução resulte da lei.

Este artigo visa apenas ressaltar que, salvo em casos de lei especial, os negócios celebrados em violação de uma norma legal são nulos, exceto nos casos em que a lei preveja que estes são anuláveis. *Trata-se de uma norma residual*.

### 9. Processo de formação da declaração: vícios



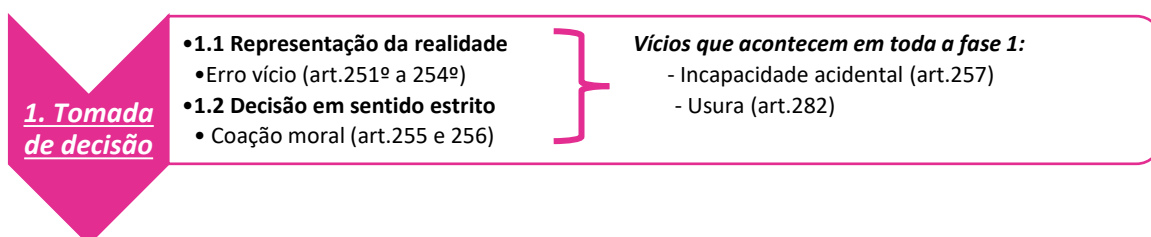
Em termos muito gerais, e sem prejuízo dos regimes específicos que serão mencionados, a parte cuja vontade negocial tenha sido perturbada no seu discernimento e liberdade negociais pode, se assim o desejar, subtrair-se ao negócio viciado, procedendo à sua anulação. Pode também, se essa for a sua vontade, manter o negócio, nada fazendo e deixando-o convalidar-se, ou até mesmo confirmá-lo.

Assim, se quiser libertar-se do negócio, o declarante terá o ónus de o impugnar com fundamento no vício e de demonstrar os fundamentos da anulação. Se não quiser, pode mantê-lo.

Sempre que estamos perante uma declaração negocial viciada, existem 2 interesses contraditórios que a lei procurou conciliar:

- ✓ *Interesse do declarante* - quer subtrair-se da declaração viciada, ou seja, quer maximizar os efeitos causados pelas perturbações (proteção da sua autonomia privada)
- ✓ *Interesse do declaratário* – quer manter o negócio, acreditou que este não seria viciado e deixar de haver negócio frustra a sua confiança (proteção da tutela da confiança)

#### 9.1 Fase da tomada da decisão



Esta é a primeira fase do processo de formação de uma declaração negocial. Aqui, o declarante representa a realidade (bem ou mal, como veremos), e toma uma decisão em sentido estrito.

Apesar de, dentro da subfase da representação da realidade, ou da decisão em sentido estrito, haverem vícios próprios que as caracterizam, existem 2 casos que podem afetar a declaração em qualquer fase dentro da tomada de decisão: são estes, a *incapacidade accidental* e a *usura*

### *Incapacidade accidental*

#### ARTIGO 257º

##### (Incapacidade accidental)

1. A declaração negocial feita por quem, devido a qualquer causa, se encontrava acidentalmente incapacitado de entender o sentido dela ou não tinha o livre exercício da sua vontade é anulável, desde que o facto seja notório ou conhecido do declaratário.
2. O facto é notório, quando uma pessoa de normal diligência o teria podido notar.

A incapacidade accidental é um estado momentâneo, não é uma característica duradora como os outros casos de incapacidade (ex: menores). Ou seja, a deficiência de discernimento e de liberdade na declaração negocial é momentânea, e pode acontecer “por qualquer causa”, afetando a “capacidade de entender ou a vontade” do declarante.

Uma declaração viciada por incapacidade accidental, pressupõe que, regra geral, o declarante fosse capaz de proferir aquela declaração negocial. Contudo, no caso concreto, não se encontrava capaz de decidir, por uma razão momentânea. O exemplo paradigmático é a embriaguez, depressão, drogas, etc, ou seja, os casos em que estamos toldados da nossa normal capacidade de decidir.

Para proteção dos declarantes, o OJ permite que estes se possam subtrair da declaração, arguindo a sua anulabilidade.

De acordo com a parte final deste artigo, os atos praticados em incapacidade accidental são **anuláveis**, desde que a incapacidade em que se encontra o declarante seja notória ou conhecida do declaratário. Assim, se não for conhecido ou reconhecível, o estado de incapacidade é irrelevante e não afeta a validade do negócio. Ou seja, para um ato ser anulável, têm de estar cumpridos dois requisitos:

- ✓ *Declarante tinha o seu discernimento afetado* – tem de haver uma relação causa-efeito entre o estado do declarante no momento em que emitiu a declaração, e a declaração que emitiu, tendo em conta que caso não estivesse incapacitado, teria feito a declaração de forma diferente, ou não a faria de todo.
- ✓ *Necessário que a incapacidade fosse notória, ou que o declaratário conhecesse a realidade (ou se tivesse atuado diligentemente tivesse tido a hipótese de conhecer)*

## Usura

**ARTIGO 282º**  
**(Negócios usurários)**

1. É anulável, por usura, o negócio jurídico, quando alguém, explorando a situação de necessidade, inexperiência, ligeireza, dependência, estado mental ou fraqueza de carácter de outrem, obtiver deste, para si ou para terceiro, a promessa ou a concessão de benefícios excessivos ou injustificados.
2. Fica ressalvado o regime especial estabelecido nos artigos 559º-A e 1146º.

O legislador decidiu separar este regime dos outros vícios das DN uma vez que, contrariamente aos outros vícios que apenas afetam o processo de formação do negócio, a usura, para além disso, afeta o conteúdo do negócio. Trata-se de um vício da vontade uma vez que o discernimento e a liberdade de decisão da vítima da usura estão diminuídos, mas isso não é suficiente: é necessário que haja um aproveitamento consciente e reprovável da situação de inferioridade da vítima, e ainda que o negócio assim celebrado esteja desequilibrado injustificadamente.

Caso o declarante se encontre numa situação de inferioridade causada por qualquer outro motivo, e o declaratório tire vantagem estamos perante um caso de usura; caso o declarante se encontre numa situação de medo criada precisamente com o propósito de extrair uma declaração, estamos perante coação moral.

Ou seja, há requisitos quanto ao processo, e quanto ao conteúdo, que têm de ser preenchidos para que haja usura:

*Requisitos quanto ao processo:*

- ✓ É necessário que se dê a circunstância do declarante estar numa *posição de inferioridade* que o motive a tomar uma decisão, que nesse contexto, só é justificada pela inferioridade.
- ✓ É necessário que o declarante, tomando *vantagem da situação de inferioridade* em que o declarante se encontra, conduza este a tomar uma decisão num determinado sentido

*Requisitos quanto ao conteúdo:*

- ✓ É necessário que o conteúdo do negócio, que foi alvo de exploração seja *excessivo ou injustificado*. Isto é, que seja injusto e desproporcional porque atribui ao declaratório um benefício fora do normal e que não se justifica.

De acordo com o nº1 deste artigo, o negócio concluído por usura é **anulável**. Porém, o art. 283º, prevê outra consequência também aplicável aos negócios usurários: a sua modificação.



**ARTIGO 283º**

**(Modificação dos negócios usurários)**

1. Em lugar da anulação, o lesado pode requerer a modificação do negócio segundos juízos de equidade.
2. Requerida a anulação, a parte contrária tem a faculdade de opor-se ao pedido, declarando aceitar a modificação do negócio nos termos do número anterior

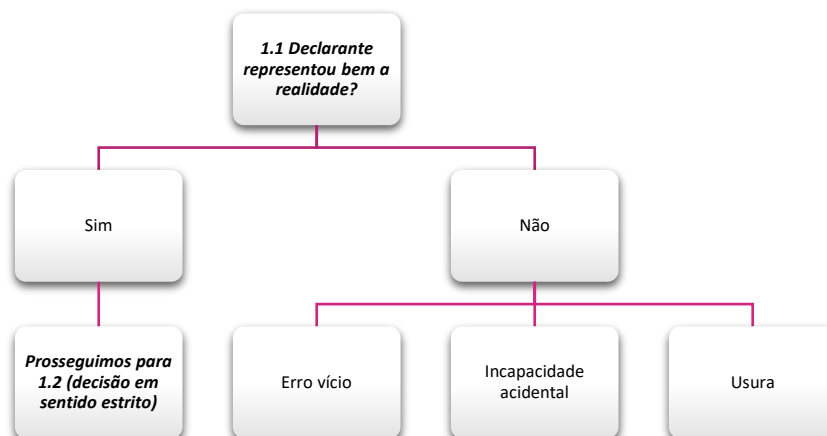
A modificação do negócio pode ser requerida pelo *declarante* desde o início, ou pode o *declaratário* *propor*, depois do declarante ter arguido a anulabilidade do negócio, de modo a salvar o negócio mas transformando-o num negócio justo – a lei prefere esta opção devido ao *princípio do aproveitamento dos atos jurídicos*, pelo que, caso seja possível, sobrepõe-se à vontade de anulação do declarante.

Ou seja, um negócio celebrado com usura pode, em alternativa à anulação, ser modificado, retirando os benefícios excessivos que resultavam da usura, através de um juízo de equidade.

Assim, caso seja viável a modificação do negócio, não obstante o declarante ter arguido a anulabilidade do mesmo, o que prevalece é a **modificação**.

#### 9.1.1 Representação da realidade

Em primeiro lugar, deve-se apurar se **o declarante representou bem a realidade**. Caso o tenha feito, então prosseguimos para a fase 1.2 (decisão em sentido estrito), porém caso não tenha, temos de apurar qual o motivo que levou a essa má representação:



### **Erro-vício (art.251º a 254º)**

O erro-vício é a desconformidade entre a realidade, e o entendimento dessa mesma realidade, ou seja, estamos em erro quando percecionamos de forma errada a realidade, afetando a formação da vontade.

Assim, pode ser espontâneo ou provocado (dolo) e pode incidir sobre as pessoas ou o objeto do negócio, sobre os motivos e sobre as circunstâncias que constituem a base do negócio.

Confrontados com esta situação, em primeiro lugar devemos aferir se o erro vício é *i) causado por dolo* (erro provocado, alguém conduziu o declarante em erro), ou *ii) espontâneo* (foi o declarante que se enganou, por si mesmo).

#### ***i. Dolo***

Sempre que o erro, enquanto falsa representação da realidade, não seja espontâneo mas sim provocado, é tratado nos art.253º e 254º enquanto *dolo*. O negócio celebrado por dolo é **anulável**.

O dolo pressupõe um artifício ou embuste, sendo que no é necessariamente ativo, pode ser omissivo. Ou seja, tanto constitui dolo a manobra enganosa (*dolo ativo*) como o simples deixar a outra parte em engano (*dolo omissivo*). Assim, importante é que o embuste, seja ele ativo ou omissivo, seja finalisticamente dirigido a induzir ou manter em erro o declarante, ou dissimular esse erro.

#### **ARTIGO 253º** **(Dolo)**

1. Entende-se por dolo qualquer sugestão ou artifício que alguém empregue com a intenção ou consciência de induzir ou manter em erro o autor da declaração, bem como a dissimulação, pelo declaratório ou terceiro, do erro do declarante.
2. Não constituem dolo ilícito as sugestões ou artifícios usuais, considerados legítimos segundo as concepções dominantes no comércio jurídico, nem a dissimulação do erro, quando nenhum dever de elucidar o declarante resulte da lei, de estipulação negocial ou daquelas concepções.

Este artigo define dolo como “qualquer sugestão ou artifício que alguém empregue com a intenção ou consciência de induzir ou manter em erro o autor da declaração, bem como a dissimulação, pelo declaratório ou terceiro, do erro do declarante”, ou seja, para que haja dolo são necessários 3 elementos:

- ✓ *Qualquer sugestão ou artifício*
- ✓ *Intenção ou consciência*
- ✓ *De induzir ou manter em erro*

No seu nº2, este artigo distingue o *dolus bonus* e o *dolus malus*. É importante fazer esta distinção uma vez que as práticas do comércio, da promoção e do marketing pressupõem artifícios ativos ou omissivos que exaltem a excelência do negócio ou agucem na outra parte o apetite para sua conclusão; caso não houvesse esta distinção, praticamente todos os negócios jurídicos seriam anuláveis.

Assim, é excluído do âmbito do dolo ilícito (*dolus malus*) e constituem dolo lícito (*dolus bonus*) as práticas usuais de comércio, consideradas normalmente legítimas. Os atos constituídos pro dolo lícito não são passíveis de ser anulados, nem relevam para o regime do erro-vício.

Portanto, há **dolo ilícito (dolus maus)** sempre que na negociação uma das partes use de artifícios enganosos, omita informações que deva prestar ou não cumpra o dever de esclarecimento em violação à boa-fé, e aos usos próprios do comércio.

**ARTIGO 254º**  
**(Efeitos do dolo)**

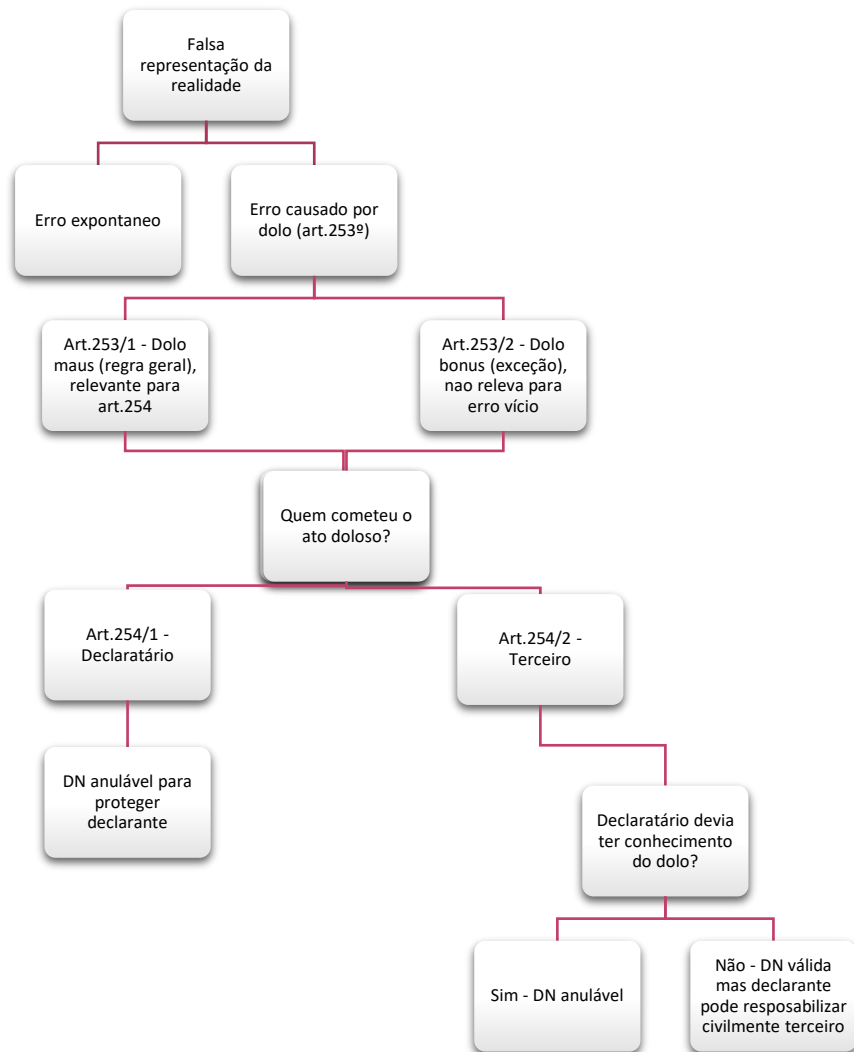
1. O declarante cuja vontade tenha sido determinada por dolo pode anular a declaração; a anulabilidade não é excluída pelo facto de o dolo ser bilateral.
2. Quando o dolo provier de terceiro, a declaração só é anulável se o destinatário tinha ou devia ter conhecimento dele; mas, se alguém tiver adquirido directamente algum direito por virtude de declaração, esta é anulável em relação ao beneficiário, se tiver sido ele o autor do dolo ou se o conhecia ou devia ter conhecido

Nestes termos, para que haja relevância anulatória, é necessário que o dolo cause erro e que esse erro seja essencial.

De acordo com este artigo, o dolo pode ser emergente da contraparte ou de terceiro, sendo que, nos termos do nº2, o dolo proveniente de terceiro só releva caso o destinatário da declaração conheça ou não deva desconhecer do dolo.

Assim, na prática o que o regime do dolo faz é **oferecer um caminho “mais rápido” para o declarante conseguir anular o negócio**, sendo que, não devemos esquecer, que caso não haja dolo, ou caso o dolo não seja relevante, o negócio pode ser anulável por qualquer outro motivo.

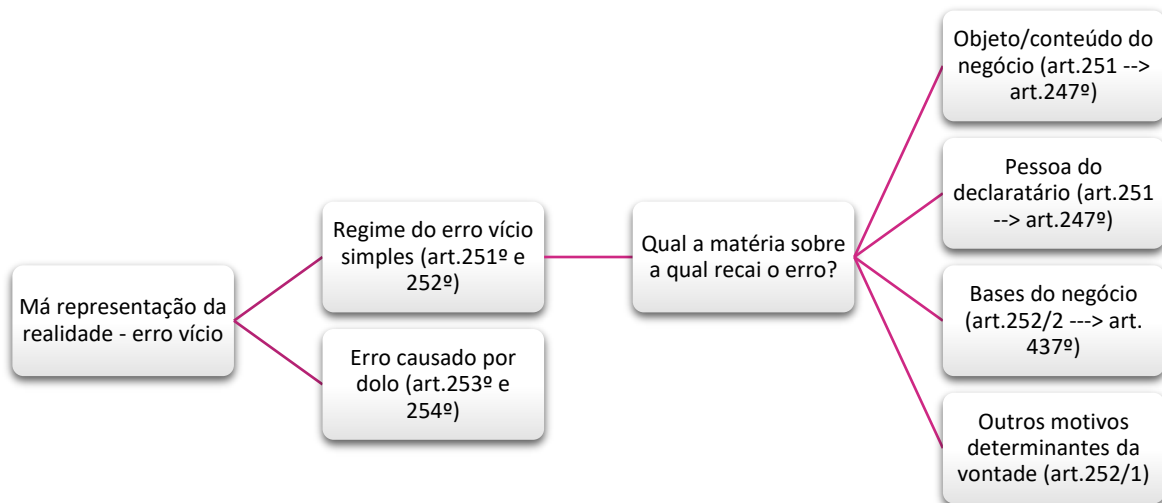
Ou seja, perante um caso de dolo omissivo, caso a boa-fé imponha esclarecimento que não foi dado, então estamos perante *dolo ilícito (maus)*, caso a boa-fé não imponha esclarecimento então estamos perante *dolo lícito (bous)*



ii. **Erro espontâneo**

Nos casos em que o declaratário tenha representado erradamente a realidade, mas que não estejamos perante um caso de dolo. Ou seja, caso haja uma situação de erro espontâneo, o erro não envolveu a ação de um terceiro, envolveu apenas a percepção do declarante acerca da realidade.

Assim, quando estamos perante um erro vício simples (não causado por dolo), releva aferir qual a matéria sobre a qual recai o erro:



✓ **Erro sobre o objeto/conteúdo do negócio ou sobre a pessoa do declaratório:**

**ARTIGO 251º**

**(Erro sobre a pessoa ou sobre o objecto do negócio)**

O erro que atinja os motivos determinantes da vontade, quando se refira à pessoa do declaratório ou ao objecto do negócio, torna este anulável nos termos do artigo 247º.

O *erro sobre a pessoa* resulta de uma desconformidade entre o conhecimento ou a percepção que a parte tem da pessoa da outra parte, ou das suas qualidades e a verdade.

Já, o *erro sobre o objeto/conteúdo do negócio* (neste artigo “objeto” tem um sentido amplo abrangendo ainda o conteúdo, à semelhança do art.280º), envolve uma errada percepção da realidade quanto à matéria propriamente dita do negócio, ou quanto ao regime jurídico que lhe seria aplicável, ou quanto aos efeitos jurídicos que havia efetivamente de produzir.

Exemplo: A quer alugar a sua casa. Um *erro sobre a pessoa* pode consistir num engano quanto a características pessoais do inquilino, quando ele seja, por exemplo, um traficante de droga em vez de uma pessoa de bem; um *erro sobre o objeto do negócio* poderia consistir na falsa convicção por parte do inquilino de que a casa tem um certo número de divisões (erro sobre as características do objeto strictu sensu), assim como pode consistir na falsa convicção de que enquanto arrendamento por tempo indeterminado, não há carácter vinculativo no arrendamento (erro sobre o conteúdo).

Quanto à anulabilidade do negócio, este artigo remete para o art.247º:

**ARTIGO 247º**  
**(Erro na declaração)**

Quando, em virtude de erro, a vontade declarada não corresponda à vontade real do autor, a declaração negocial é anulável, desde que o declaratário conhecesse ou não devesse ignorar a essencialidade, para o declarante, do elemento sobre que incidiu o erro.

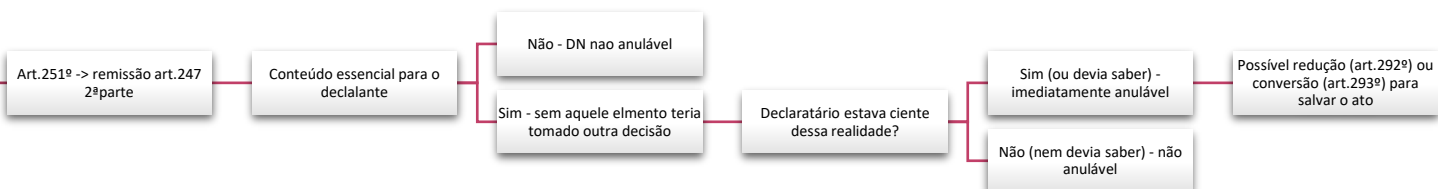
Para que o negócio seja anulável, é necessária a verificação de dois pressupostos que resultam deste artigo: a *essencialidade* e a *cognoscibilidade*:

- ✓ *Erro tem de ter recaído sobre um elemento essencial para o declarante* – quer isto dizer que a **matéria sobre a qual recai o erro (não o erro em si) tem de ser essencial para o declarante**. Será essencial caso, a parte não celebrasse o negócio com a parte viciada (essencialidade absoluta) ou caso a parte celebrasse o negócio de forma diferente (essencialidade relativa) se tivesse representado de forma correta a realidade: não interessa para efeitos de aplicação deste artigo a natureza da essencialidade.
  - Naturalmente, se se concluir que a parte teria celebrado o negócio do mesmo modo, ainda que não tivesse incorrido em erro, não haverá já fundamento para o anular.
- ✓ *O declaratário tinha de conhecer, ou de não dever ignorar, essa essencialidade* – A circunstância de o declaratário estar tão enganado como o declarante não é relevante, ou seja, não interessa se não conhecia, ou se devia conhecer, em qualquer dos casos a declaração seria anulável. Só não seria se, depois de uma análise à luz da boa-fé objetiva, concluíssemos que outro declaratário normal, colocado nessa posição, não tivesse modo de conhecer, nem devesse conhecer a essencialidade da matéria do erro para o declarante.

Assim, a parte que errou (declarante) tem o ónus de demonstrar este duplo requisito: que se não tivesse ocorrido o erro não teria celebrado o negócio ou não o teria celebrado desse modo, e que o declaratário sabia ou não devia desconhecer que assim era.

**NOTA:** Caso o vício só abranja uma parte e não a totalidade do negócio, este poderá vir a ser reduzido, nos termos do art.292º; se se demonstrar que ambas as partes teriam celebrado um negócio diferente se não tivesse ocorrido o erro, poderá o negócio ser eventualmente convertido, nos termos do art.293º.

Erro no objeto/pessoa



✓ *Erro sobre a base do negócio*

**ARTIGO 252º**  
**(Erro sobre os motivos)**

2. Se, porém, recair sobre as circunstâncias que constituem a base do negócio, é aplicável ao erro do declarante o disposto sobre a resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias vigentes no momento em que o negócio foi concluído.

Da contraposição com o art.251º pode concluir-se de que não se trata do objeto ou do conteúdo do negócio, nem da pessoa do declaratório. A referência a circunstâncias leva a concluir que se trata de algo exterior ao negócio, que constitui o seu ambiente circunstancial envolvente, a realidade em que se insere, cuja existência ou subsistência tenha influência determinante na decisão negocial e seja necessário para o seu equilíbrio económico e para a prossecução do seu fim, isto é, para a sua justiça interna.

Para que haja erro, é necessário que tenha havido uma falsa representação do quadro circunstancial que constitui a base do negócio, e requer-se ainda (discutível, mas é a opinião do prof.) que o erro seja **bilateral**, ou seja, que ambas as partes tenham errado ao representar a realidade motivadora do contrato.

Note-se que estas circunstâncias motivadoras nada têm a ver com o contrato em si objetivamente considerado, mas sim com os contraentes: a sua falta não atinge o contrato, ao perturba o equilíbrio nem lhe frustra o fim – prejudica a parte, mas não o contrato em si.

Exemplo: A aluga a sala de concertos de B porque os U2 vêm a Portugal. Caso os U2 cancelem, estamos perante um erro sobre a base do negócio: ambas as partes sabiam que o motivo que levava ao arrendamento era a vinda dos U2, como a realidade se alterou, o negócio pode ser anulado.

O regime jurídico do erro sobre a base do negócio remete para o **art.437º**, a propósito da alteração de circunstâncias:

**ARTIGO 437º**  
**(Condições de admissibilidade)**

1. Se as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal, tem a parte lesada direito à resolução do contrato, ou à modificação dele segundo juízos de equidade, desde que a exigência das obrigações por ela assumidas afecte gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.

Regra geral, quando celebramos um contrato ficamos vinculados às suas obrigações. Este artigo é uma norma excecional que apenas regula situações de muita gravidade, baseando-se no princípio da boa fé objetiva.

Assim, o erro, como falsa representação da realidade, tem de assumir **três características** (caso não sejam assumidas cumulativamente não estamos perante um erro sobre as bases do negócio) **cumulativas para que o negócio possa ser anulado:**

- ✓ *Desvio anormal em relação às circunstâncias necessárias*
  - “Anormal” pressupõe uma ideia qualitativa (no sentido em que as partes não podiam contar com a divergência), e quantitativa (tem de ser significativamente diferente)
- ✓ *Desvio perturbe a justiça interna do negócio ou frustre o seu fim, de modo que a sua manutenção se torne contrária à boa-fé*
- ✓ *Desvio não esteja coberto pelos riscos próprios do contrato*

O que motiva estes dois institutos é o facto dos sujeitos serem chamados a cumprir obrigações um contexto diferente daquele em que achavam que estariam quando se vincularam à obrigação. Ou seja, caso as partes tenham idealizado uma realidade que não se chegou a concretizar, estamos perante um erro sobre as bases do negócio.

✓ ***Erro sobre outros motivos determinantes da vontade (caldeirão)***

**ARTIGO 252º**  
**(Erro sobre os motivos)**

- 1.** O erro que recaia nos motivos determinantes da vontade, mas se não refira à pessoa do declaratório nem ao objecto do negócio, só é causa de anulação se as partes houverem reconhecido, por acordo, a essencialidade do motivo.

O erro sobre outros motivos determinantes da vontade trata-se de uma norma residual onde cabem todos os casos que não correspondam a erro sobre o objeto, sobre a pessoa, ou sobre as bases do negócio. No entanto, este estabelece o regime mais rígido de todos: *já não basta a cognoscibilidade da essencialidade, é necessário o acordo das partes sobre a essencialidade para que o negócio seja anulável.*

Ou seja, é necessário que declarante e declaratório tenham reconhecido **por acordo** a essencialidade do elemento sobre o qual recaiu o erro, ou seja, têm de reconhecer mutuamente que sem aquele elemento não teriam celebrado o negócio naqueles termos.

Assim, afasta-se do regime do art.247º uma vez que nesse caso basta a cognoscibilidade da essencialidade, mesmo que as partes não concordem, para que a DN seja anulável. Neste caso, as partes têm mesmo que concordar acerca do carácter essencial da matéria.

**Novamente, as partes têm de reconhecer a essencialidade da MATÉRIA sobre a qual recai o erro, não o erro em si!**

**9.1.2 Decisão em sentido estrito**

Caso a liberdade na tomada de decisão tenha sido afetada, estamos perante um caso de coação moral, incapacidade acidental ou usura.



*Coação moral*

**ARTIGO 255º**  
**(Coacção moral)**

1. Diz-se feita sob coacção moral a declaração negocial determinada pelo receio de um mal de que o declarante foi ilicitamente ameaçado com o fim de obter dele a declaração.
2. A ameaça tanto pode respeitar à pessoa como à honra ou fazenda do declarante ou de terceiro.
3. Não constitui coacção a ameaça do exercício normal de um direito nem o simples temor reverencial.

O negócio pode ser afetado por um vício que o atinge na liberdade negocial – trata-se dos casos de *coacção moral*.

Nesses casos, a decisão negocial é determinada ou extorquida por medo, logo está viciada por falta de liberdade suficiente, uma vez que o declarante não pensa nos seus interesses, mas sim no mal que lhe pode ser causado.

Coacção moral distingue-se de coacção absoluta: no primeiro caso, existe vontade negocial, só que esta está toldada pelo medo; na coacção absoluta (física), não há simplesmente vontade negocial.

O nº3 deste artigo delimita pela negativa a coacção moral dando referência a 2 comportamentos que não se assumem como uma ameaça relevante:

- ✓ *Aviso do exercício normal de um direito* – Se alguém dispõe de um direito e afirma que se o declarante não fizer X o exerce, não se trata de coacção moral
- ✓ *Temor reverencial* – Não constitui coacção moral o respeito que temos por pessoas mais velhas, de maior valor social, a quem se receia desagradar.

**ARTIGO 256º**  
**(Efeitos da coacção)**

A declaração negocial extorquida por coacção é anulável, ainda que esta provenha de terceiro; neste caso, porém, é necessário que seja grave o mal e justificado o receio da sua consumação.

A coacção moral pode provir do declaratório ou de terceiros. Embora a ameaça seja relevante em qualquer um dos cenários, o regime legal é diferente:

- ✓ *Caso a coacção venha do declaratório* – Declaração automaticamente anulável
- ✓ *Caso a coacção provenha de um terceiro* – Não basta a ameaça para que a declaração seja anulável. É necessário que seja grave o mal que provenha da consumação e que seja justificado o seu receio para que a declaração se torne anulável

## 9.2. Fase da decisão (casos de inexistência de decisão)

### 2. Decisão

- Declaração não séria (art.245º)
- Coação física (art.246º)
- Falta de consciência na declaração (art.246º)

Existem três casos dotados de falta de vontade negocial: o caso das *declarações não sérias*, da *falta de consciência na declaração* e da *coação absoluta*. Nestes casos, não há nenhuma declaração negocial imputável ao seu autor, mas apenas uma aparência de declaração negocial, que não lhe pode ser imputada.

Tal acontece, estamos perante uma aparente declaração negocial que, quando analisada, chegamos à conclusão que, por detrás do comportamento do declarante, não havia qualquer vontade de ver produzidos efeitos jurídicos. Assim, em todos estes casos, o regime jurídico é o da **inexistência**.

### Coação física (absoluta)

#### ARTIGO 246º

##### **(Falta de consciência da declaração e coacção física)**

A declaração não produz qualquer efeito, se o declarante não tiver a consciência de fazer uma declaração negocial ou for coagido pela força física a emití-la; mas, se a falta de consciência da declaração foi devida a culpa, fica o declarante obrigado a indemnizar o declaratário.

Este artigo refere-se a coação física como o caso em que o declarante é coagido através de força física a emitir uma dada declaração negocial. Estatui ainda que, nesse caso, a declaração não produz qualquer efeito.

Ou seja, este vício corresponde ao caso em que a pessoa é absolutamente forçada, contra e sem a sua vontade. Assim, não existe verdadeiramente uma ação negocial que possa ser imputada ao seu autor. Perante um caso de coação física, o nosso corpo é um mero instrumento para a obtenção de objetivos que o coator tenha.

Note-se que a expressão “não produz qualquer efeito” não pode ser interpretada como um caso de nulidade mas sim no sentido da inexistência. Na realidade o que se passa é que, embora a declaração negocial exista enquanto facto, inexistente enquanto ação, enquanto agir negocial, enquanto negócio jurídico – não pode sequer ser imputada como ação ao próprio autor.

A expressão “coação física” pode ser enganadora. Não se trata de uma ameaça ou coação, que, feita por meios físicos conduza a vítima a emitir uma declaração negocial que de outro modo não emitira – esse caso qualifica-se como uma coação moral por meio físico (ex: o caso em que alguém fosse espancado ameaçado com uma arma até que emitisse uma declaração negocial, não se trata de uma coação física, mas antes de uma coação moral por meio físico).

A **diferença entre a coação moral e a coação física** é clara: enquanto na coação moral existe vontade negocial, embora essa vontade esteja viciada pelo medo causado pela ameaça, **na coação absoluta não existe qualquer vontade negocial, nem mesmo viciada**. Ou seja, no caso da coação moral podemos

tomar uma decisão: podemos sofrer as consequências ameaçadas e não emitir a declaração; no caso da coação física não há sequer decisão, só usaram o meu corpo para exteriorizar alguma coisa que não é a minha vontade

A consequência jurídica da coação física é a *inexistência* uma vez que não existe mais do que uma mera aparência externa de declaração negocial, pelo que não existe nenhuma declaração negocial que possa ser imputada ao coato.

Deste modo, podemos tomar como exemplo de coação física o seguinte caso: quando o coator força o coato a levantar a mão numa votação ou num leilão

### *A falta de consciência na declaração*

#### **ARTIGO 246º**

##### **(Falta de consciência da declaração e coacção física)**

A declaração não produz qualquer efeito, se o declarante não tiver a consciência de fazer uma declaração negocial ou for coagido pela força física a emití-la; mas, se a falta de consciência da declaração foi devida a culpa, fica o declarante obrigado a indemnizar o declaratário.

Para além da coação física, está ainda previsto neste artigo, o caso da *falta de consciência na declaração*. Neste caso, o declarante não tinha qualquer consciência de que estava a emitir uma declaração negocial, o que significa, portanto, que não está efetivamente a fazê-lo.

Exemplo: Indivíduo que, num leilão, levanta o braço para saudar um amigo, porém esse gesto é entendido como um lanço de mais um tanto pelo objeto leiloado.

Uma vez que não podem existir declarações negociais sem consciência da negociabilidade, e nestas circunstâncias nada mais existe que não uma aparência, a declaração negocial feita sem consciência tem como consequência jurídica a *inexistência*, por não haver verdadeiramente uma declaração negocial imputável ao seu autor.

Contudo, a aparência que foi criada pode vir a causar dano a alguém que a tenha interpretado como uma verdadeira declaração negocial. Caso o comportamento do autor seja culposos, isto é, se tiver culpa na falta de consciência e na criação dessa aparência da declaração negocial, incorrerá em responsabilidade civil, devendo indemnizar os danos que assim causar.

### *Declarações não sérias*

#### **ARTIGO 245º**

##### **(Declarações não sérias)**

1. A declaração não séria, feita na expectativa de que a falta de seriedade não seja desconhecida, carece de qualquer efeito.
2. Se, porém, a declaração for feita em circunstâncias que induzam o declaratário a aceitar justificadamente a sua seriedade, tem ele o direito de ser indemnizado pelo prejuízo que sofrer

As *declarações não sérias* tratam-se de casos em que o autor da declaração a produz, sem qualquer intenção negocial e na esperança de que isso seja reconhecido pelo declaratário. Também nestes casos não existe uma verdadeira ação negocial, embora exista a sua aparência.

Contudo, diferentemente da coação física e da falta de consciência na declaração, há nestes casos a intenção da emissão daquelas declarações e a intenção de criar uma aparência, mas também há a convicção de que a falsidade da aparência é conhecida e que a aparência criada é inocente e não lesará ninguém.

A declaração não séria não é anulável, não chega sequer a ter relevância para ser considerada uma verdadeira declaração negocial, por isso **não produz qualquer efeito**, mesmo que o declaratário não se tenha apercebido do caráter não sério. Assim, em caso algum pode o declaratário impor a manutenção da declaração negocial, mas se dessa declaração resultarem prejuízos, nos termos do nº2, pode solicitar uma indemnização pelos prejuízos causados.

Quem emite declarações não sérias tem de ter a cautela de não criar noutras pessoas a convicção errónea da seriedade da declaração. Por isso, se a declaração for emitida em circunstâncias que “induzam o declaratário a aceitar justificadamente a sua seriedade”, o declarante incorre em responsabilidade civil e terá de indemnizar os danos que causar com a sua prática.

### 9.3 Exteriorização da decisão tomada

#### 3. Exteriorização da decisão

- **Divergência entre a vontade real e a vontade declarada** (apurada pelo sentido dos art.236º e ss:
  - Intencional: Simulação (art.240º a 253º) ou reserva mental (art.244º)
  - Não intencional: Erro na declaração/erro obstáculo (art.247º a 250º)

Depois do declarante efetivamente tomar uma decisão quanto à declaração negocial que irá emitir, chegamos à fase em que irá transmitir a sua decisão ao declaratário. Nesta fase, pode acontecer que a

**Vontade real** - efeitos jurídicos que o declarante quer produzir mediante a declaração

**Vontade declarada** - sentido da declaração a que chegamos por aplicação dos art.236º e ss

*Exteriorização da decisão*  
(verdadeira declaração negocial)

**vontade real**, aquela que corresponde aos efeitos jurídicos que o declarante quer efetivamente produzir, **não corresponda à vontade declarada**, isto é, aos efeitos jurídicos que, mediante o sentido extraído pelos art.236º e ss, o OJ associa à declaração negocial.

O declarante depois de haver formado livre e esclarecidamente a sua vontade negocial e de ter tomado uma decisão negocial sem vícios, ao exteriorizar essa vontade e decisão negocial, declara algo diferente do que aquilo que queria – existe uma divergência entre a vontade e a declaração (vontade real e vontade declarada).

Assim, ao verificar que a vontade real não corresponde aos efeitos jurídicos produzidos (vontade declarada), temos de apurar se a divergência tem caráter **intencional** ou **não intencional**:

- ✓ **Divergência intencional (intenção do declarante)** - nesses casos, o próprio declarante quis exteriorizar uma decisão diferente daquela que corresponde à sua vontade real:
  - *Simulação (art.240º a 243º)* – pressupõe um acordo entre declarante e declaratário com o intuito de enganar terceiros
  - *Reserva mental (art.244º)* – trata-se de um vício unilateral, foi o declarante que exteriorizou mal a sua vontade real, com o intuito de enganar o declaratário.
- ✓ **Divergência não intencional** – O declarante enganou-se, não se expressou bem:
  - *Erro na declaração (art.247º e 248º)*
    - *Erro de cálculo ou de escrita (art.249º)*
    - *Erro na transmissão (art.250º)* – envolve um terceiro (mensageiro) que transmite de forma errada a minha declaração.

Podem as partes, ou uma delas, exteriorizar a sua declaração com um conteúdo diferente daquele que era o seu projeto negocial e fazê-lo intencionalmente, com consciência de que aquilo que se declara é diferente daquilo que é o seu projeto negocial – tratam-se dos casos de simulação ou de reserva mental.

Pode ainda suceder que, sem disso ter consciência e intenção, o declaratário exprima ou exteriorize de forma deficiente o seu projeto negocial, de tal modo que a declaração seja diferente daquilo que queriam. Nestes casos trata-se de uma divergência não intencional entre a vontade e a declaração: *erro na declaração, erro de cálculo ou de escrita ou erro de transmissão*.

### **Simulação**

#### **ARTIGO 240º**

##### **(Simulação)**

1. Se, por acordo entre declarante e declaratário, e no intuito de enganar terceiros, houver divergência entre a declaração negocial e a vontade real do declarante, o negócio diz-se simulado.

2. O negócio simulado é nulo.

A simulação consiste numa divergência bilateral entre a vontade e a declaração que é pactuada entre as partes com o intuito de enganar terceiros. Ou seja, a simulação, as partes acordam entre si emitir uma DN que não corresponde à sua vontade real, e fazem-no com o intuito de enganar terceiros.

Assim, são três os elementos estruturais da simulação:

1. *Acordo entre as partes com o fim de criar uma falsa aparência do negócio*
2. *Divergência entre a vontade declarada e a vontade real, isto é, entre a aparência criada (negócio exteriorizado) e a realidade negocial (negócio realmente celebrado)*
3. *Intuito de enganar terceiros*

Na simulação tem especial importância o *pacto simulatório*, que consiste no acordo entre as partes que tem como conteúdo a estipulação da criação de uma falsa aparência negocial, da exteriorização de um negócio falso, e a regulação do relacionamento entre o negócio aparente assim exteriorizado e o negócio real. A consequência jurídica prevista para a simulação é a **nulidade do negócio simulado**.

**ARTIGO 241º**

**(Simulação relativa)**

1. Quando sob o negócio simulado exista um outro que as partes quiseram realizar, é aplicável a este o regime que lhe corresponderia se fosse concluído sem dissimulação, não sendo a sua validade prejudicada pela nulidade do negócio simulado.
2. Se, porém, o negócio dissimulado for de natureza formal, só é válido se tiver sido observada a forma exigida por lei.

A esta aparência negocial criada pode corresponder um negócio verdadeiro que as partes mantêm oculto (*simulação relativa*) ou pode não corresponder qualquer negócio (*simulação absoluta*). Na configuração da simulação há assim que distinguir a aparência criada – que corresponde ao **negócio simulado** – e a realidade negocial – que corresponde, caso exista, ao **negócio dissimulado**.

Note-se que não se tratam de dois negócios diferentes – simular é criar uma falsa aparência negocial. Assim, na simulação relativa existe, na verdade, apenas um negócio, o dissimulado; no caso da simulação absoluta não existe negócio algum.

O intuito de enganar terceiros é ilícito, por isso, a lei prefere dar vigência ao que é estipulado para vigorar entre as partes em detrimento da eficácia pretendida perante terceiros. No regime jurídico da simulação prevalece a realidade sobre a aparência logo, de acordo com o nº2, o **negócio dissimulado** (aquele que efetivamente corresponde à vontade real das partes) é **válido**, não sendo prejudicado pela nulidade do negócio simulado – ou seja, no caso da simulação relativa o que vale é o negócio real (dissimulado), no caso da simulação absoluta, não existe negócio real que possa valer. Note-se que apesar de ser imune à simulação, o negócio dissimulado pode não ser válido devido a outros vícios, nomeadamente a falta de forma (art.220º).

Também no nº2 deste artigo é tratado o caso do **negócio dissimulado ter natureza formal**, estatuidando que nestes termos o negócio dissimulado apenas será válido caso tiver sido observada a forma exigida por lei. Isto porque a exigência legal de forma para os negócios ou atos jurídicos corresponde a uma norma excecional, que foi imposta por algum motivo, seja ele o assegurar da ponderação das partes, a titulação do ato ou a respetiva publicidade perante terceiros.

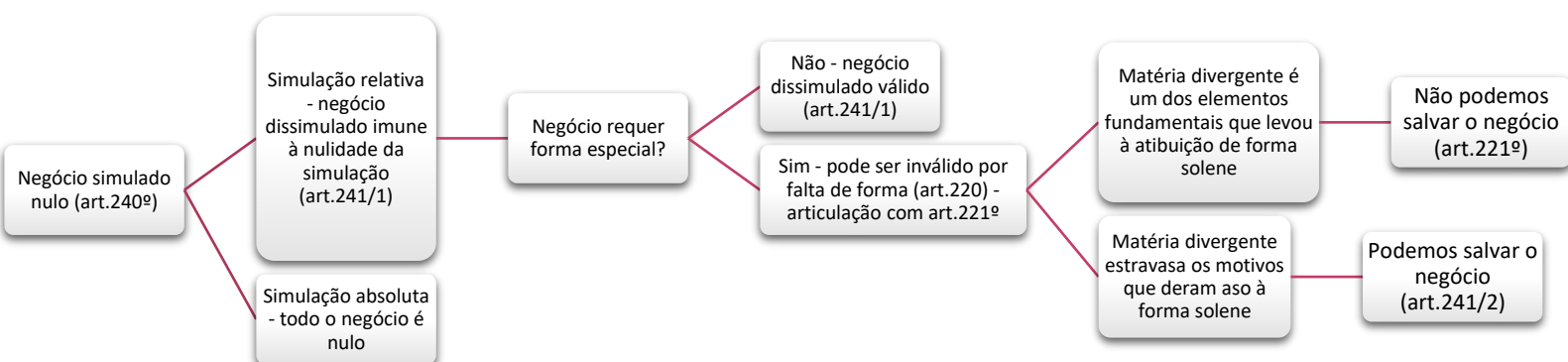
O facto do negócio dissimulado ser válido surge como correspondente ao princípio jurídico de salvação dos negócios inválidos. No entanto, **no caso de se tratar de um negócio dissimulado com natureza formal**, a salvação do negócio está *dependente da matéria do elemento a que se reporte a divergência entre o negócio simulado e dissimulado*.

Ou seja, para apurar se consigo ou não salvar o negócio tenho de proceder a uma análise comparativa entre a matéria divergente e a matéria que justifica a exigência de forma, articulando este artigo com o art.221º.

Do art.221 retira-se a ideia de que caso a matéria que dá aso à exigência de forma não seja respeitada, não é possível salvar o negócio; porém, caso a matéria em causa extravase a razão que fundamenta a forma solene, o salvamento do negócio é possível.

*ASSIM, caso a matéria que levou à simulação seja uma matéria diferente da que levou o legislador a exigir uma forma solene, podemos salvar o negócio dissimulado. Caso a matéria seja precisamente aquela que potenciou a forma solene, então não é possível salvar o negócio dissimulado, e, se faltar um elemento essencial à forma específica, não podemos salvar o negócio dissimulado.*

Exemplo: Compra e venda de um prédio por 1000€, que obteve escritura pública, dissimulada por uma compra e venda real de 500€. Neste caso, podemos salvar o negócio, porque estão mencionados todos os requisitos no negócio dissimulado e no simulado, que levaram à imposição da forma solene. Por sua vez, caso se tratasse de uma doação dissimulada numa compra e venda já não poderíamos salvar o negócio, mesmo que tivesse observado uma escritura pública porque faltava um elemento essencial: o preço.



**ARTIGO 242º**

**(Legitimidade para arguir a simulação)**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 286º, a nulidade do negócio simulado pode ser arguida pelos próprios simuladores entre si, ainda que a simulação seja fraudulenta.

De acordo com o regime geral da nulidade, previsto no art.286º, a nulidade poderia ser invocada a qualquer tempo, por qualquer interessado, e poderia ser declarada oficiosamente pelo tribunal. Porém, a simulação goza de um regime especial.

A nulidade da simulação pode ser arguida, de acordo com este artigo, pelos próprios simuladores entre si. Caso um dos simuladores argua a nulidade da simulação não esta em abuso de direito – o OJ considera que a confiança que se gera com a simulação não é digna de proteção jurídica, logo a pessoa que poe em causa essa confiança não atua de forma contrária à boa-fé, pelo que não pratica um ato abusivo.

**ARTIGO 243º**

**(Inoponibilidade da simulação a terceiros de boa fé)**

1. A nulidade proveniente da simulação não pode ser arguida pelo simulador contra terceiro de boa-fé.
2. A boa-fé consiste na ignorância da simulação ao tempo em que foram constituídos os respectivos direitos.

Este artigo não permite a arguição da nulidade da simulação contra um terceiro de boa-fé. Não se trata de uma questão de legitimidade, mas sim de oponibilidade: a simulação que tenha sido arguida entre os simuladores e que tenha eventualmente sido declarada pelo tribunal ao pode ser **oposta** a terceiros de boa-fé, o que significa que não pode ser invocada pelos simuladores contra eles.

Neste caso a boa-fé é entendido num molde subjetivo psicológico, isto é, basta que o terceiro desconhecesse da simulação ao tempo em que foram constituídos os repetivos direitos.

Este artigo deve ser lido tendo em conta uma **interpretação restritiva**, uma vez que na prática podemos ter dois tipos de situações:

- 1. Caso a simulação seja invocada contra o terceiro, este passará a dispor de um prejuízo*



2. *Aquilo que a simulação trouxe ao terceiro não foi um prejuízo mas antes um benefício, ou seja, arguir a nulidade contra o mesmo não lhe trás um prejuízo, apenas lhe retira esse benefício*
- Nesses casos, devemos atender à teologia da norma porque o que o legislador pretendia era que os terceiros de boa fé não fossem prejudicados pela simulação. Caso o que se faça não seja atribuir uma desvantagem mas sim suprir uma vantagem, então *a simulação pode ser oposta quanto aos terceiros de boa fé*

**EXEMPLO:** A e B celebraram um negócio de compra e venda de um imóvel por 600 mil € apesar de, para pagarem menos impostos, declararem que o preço 300 mil € - estamos perante uma simulação relativa. C é arrendatário da casa, logo beneficia de direito de preferência, o que significa que tem o direito de pagar pela casa o preço que B pagou (300 mil €), contudo, o preço real foi 600 mil€. Neste caso, a nulidade da simulação podia ser arguida perante o terceiro porque apenas o faria pagar o valor real (600 mil €), não usufruindo da vantagem de apenas pagar os 300 mil € - ou seja, não se está a criar uma desvantagem, apenas se está a retirar a vantagem.

<u>Quem</u>	<u>Contra quem</u>	<u>Norma aplicável</u>
Simulador 1	Simulador 2	Art. 241/1
Simulador	Terceiro (com atenção à interpretação restritiva)	Art.243
Terceiro	Simulador	Art.286
Terceiro	Terceiro	Art.286

### **Reserva mental**

#### **ARTIGO 244º**

##### **(Reserva mental)**

1. *Há reserva mental, sempre que é emitida uma declaração contrária à vontade real com o intuito de enganar o declaratário.*
2. *A reserva não prejudica a validade da declaração, excepto se for conhecida do declaratário; neste caso, a reserva tem os efeitos da simulação.*

A reserva mental consiste numa divergência intencional e unilateral entre a vontade e a declaração, feita com o *intuito de enganar o declaratário*. Assim, na reserva mental, o declarante mente e tenta

enganar, declara contratar e afirma vincular-se, promete cumprir mas já predispõe da ideia de não respeitar o negócio que celebra.

Nos casos de reserva mental tem de haver consciência da declaração e vontade de emitir uma declaração negocial: lembre-se que estamos num vício na fase da exteriorização por isso estamos a pressupor que a decisão foi livre e esclarecida.

A reserva mental é irrelevante, de acordo com o nº2, a reserva mental não prejudica a validade da declaração. Contudo, este regime só se aplica caso o declaratório desconheça da reserva mental. Caso o declaratório conheça a reserva, deixa de haver razão para o proteger, aplicando-se o regime da simulação

### *Erro na declaração*

#### **ARTIGO 247**

##### **(Erro na declaração)**

Quando, em virtude de erro, a vontade declarada não corresponda à vontade real do autor, a declaração negocial é anulável, desde que o declaratório conhecesse ou não devesse ignorar a essencialidade, para o declarante, do elemento sobre que incidiu o erro.

Estamos perante um erro na declaração (também designado por erro-obstáculo por contraposição ao erro-vício) quando existe uma divergência não intencional entre o que a pessoa exprime e aquilo que ela queria exprimir (vontade real vs vontade declarada).

NOTA: O prof. VN considera que o *erro na declaração* pode ter um sentido amplo, correspondendo a todos os casos do art.247º a 250º, ou pode ter um sentido restrito, no âmbito do art.247.

Contudo, nem todas as declarações viciadas por erro na declaração são anuláveis. Para que o sejam é necessário que:

- ✓ *Erro recaia sobre matéria essencial para o declarante*
- ✓ *Declaratório conheça ou devesse conhecer a essencialidade das matérias sobre a qual recai o erro para o declarante*

Note-se que a demonstração destes pressupostos constitui ónus daquele que errou (do declarante)

Uma vez que estamos perante um decisão que foi corretamente tomada mas mal exteriorizada, a lei salvaguarda que o negócio se possa salvar com fundamento no princípio do aproveitamento de atos jurídicos inválidos:

#### **ARTIGO 248º**

##### **(Validação do negócio)**

A anulabilidade fundada em erro na declaração não procede, se o declaratório aceitar o negócio como o declarante o queria.

Assim, caso o declaratório reconheça que o declarante se expressou mal, e que aceita o conteúdo visado pelo declarante, então a declaração passa a ser válida, nos termos correspondentes à vontade real do declarante. Havendo consenso, consegue-se assim corrigir o negócio e salvar a sua validade sem violência, nem para o declarante nem para o declaratório.

Ou seja, para que haja anulação de uma declaração com erro na declaração, é necessário que estejam cumpridos os pressupostos do art.247º, e ainda que o declaratório não tenha aceite as condições reais que o declarante pretendia.

### *Erro de cálculo ou de escrita*

#### ARTIGO 249º

##### (Erro de cálculo ou de escrita)

O simples erro de cálculo ou de escrita, revelado no próprio contexto da declaração ou através das circunstâncias em que a declaração é feita, apenas dá o direito à rectificação desta.

Acontece que algumas vezes o declarante faz constar algo de errado na sua declaração, não porque tenha sofrido de uma falsa percepção da realidade (erro vício), nem porque se tenha enganado a expressá-la (erro obstáculo), mas porque se enganou nas contas, porque errou uma operação de cálculo.

Atenção que aquilo a que vulgarmente chamamos erro de escrita (ex: carregar na tecla errada no PC ao enviar um email) não se trata de erro de escrita, mas sim de erro na declaração.

Para estarmos perante um erro de cálculo ou de escrita, é necessário que esse erro seja **perceptível ao declaratório**, ou seja, não é necessário que o declaratório repare no erro, mas é necessário que tivesse todas as condições para reparar.

Note-se que o regime para o erro de cálculo ou de escrita não é do da anulabilidade mas sim o da **retificação** (correção do erro) – em vez de se anular a declaração, importa este caso corrigi-la, desde que se verifiquem os pressupostos da correção.

### *Erro na transmissão*

#### ARTIGO 250º

##### (Erro na transmissão da declaração)

1. A declaração negocial inexactamente transmitida por quem seja incumbido da transmissão pode ser anulada nos termos do artigo 247º.
2. Quando, porém, a inexactidão for devida a dolo do intermediário, a declaração é sempre anulável.

Este artigo prevê o caso em que o declarante tenha incumbido uma outra pessoa de transmitir a sua declaração – trata-se da figura do *núncio*.

Assim, a divergência entre a vontade real e a declarada (obtida através do art.236) pode resultar de uma desconformidade ocorrida na sua comunicação quando “seja inexactamente transmitida por quem seja

incumbido da sua transmissão”. Ou seja, o declarante formou bem a sua vontade e exprimiu-a corretamente ao nuncio, não havendo erro vicio nem erro obstáculo. Ao invés, o vício na declaração ocorre no momento em que o nuncio comunica ao declaratório incorretamente aquilo que o declarante o incumbiu de dizer.

A declaração inexatamente transmitida pode ser ou não anulável, aplicando-se os critérios do art.247º, de acordo com o nº1 deste artigo. Contudo, este artigo pressupõe que a inexactidão seja inocente.

Caso a divergência ocorra devido a uma situação de dolo, é aplicável o disposto no nº2 e a declaração é sempre anulável, ficando excluindo o nº1 e consequentemente os critérios do art.247.

## 10. Representação

Quando praticamos um negócio jurídico podemos fazê-lo diretamente ou através de um terceiro, que nos representa.

Assim, a representação é um instituto jurídico que consiste no exercício jurídico em nome de outrem, com imputação jurídica na esfera da pessoa em cujo nome se atua – ou seja, os atos praticados pelo representante (autor do ato) vão ser produzidos não na sua própria esfera jurídica, mas na esfera jurídica do representado.

No nosso ordenamento jurídico existem 3 tipos de representação, quanto à fonte dos poderes de representação:

- ✓ *Representação legal* – A atribuição de poderes representativos é resultado da aplicação de uma norma legal, ou seja, é consequência de uma solução jurídica constante na lei. *Ex:* Menores
- ✓ *Representação orgânica* – Associada às pessoas coletivas, que não atuam por si mesmas porque não são pessoas físicas, atuando através dos seus representantes. Os representantes são aqueles que na estrutura orgânica da pessoa coletiva dispõem de competências representativas, pelo que, neste caso, a fonte dos poderes representativos é a competência que os titulares dos cargos dispõem quanto a representação. *Ex:* Gerentes de uma sociedade comercial
- ✓ *Representação voluntária* – Compreende um ato voluntário do representado, que quer dar poderes de representação ao representante. Como fonte de representação não está a lei, nem o exercício de determinada função, mas sim a vontade de um particular que no âmbito da sua autonomia privada quis conferir a outra pessoa determinados poderes representativos.

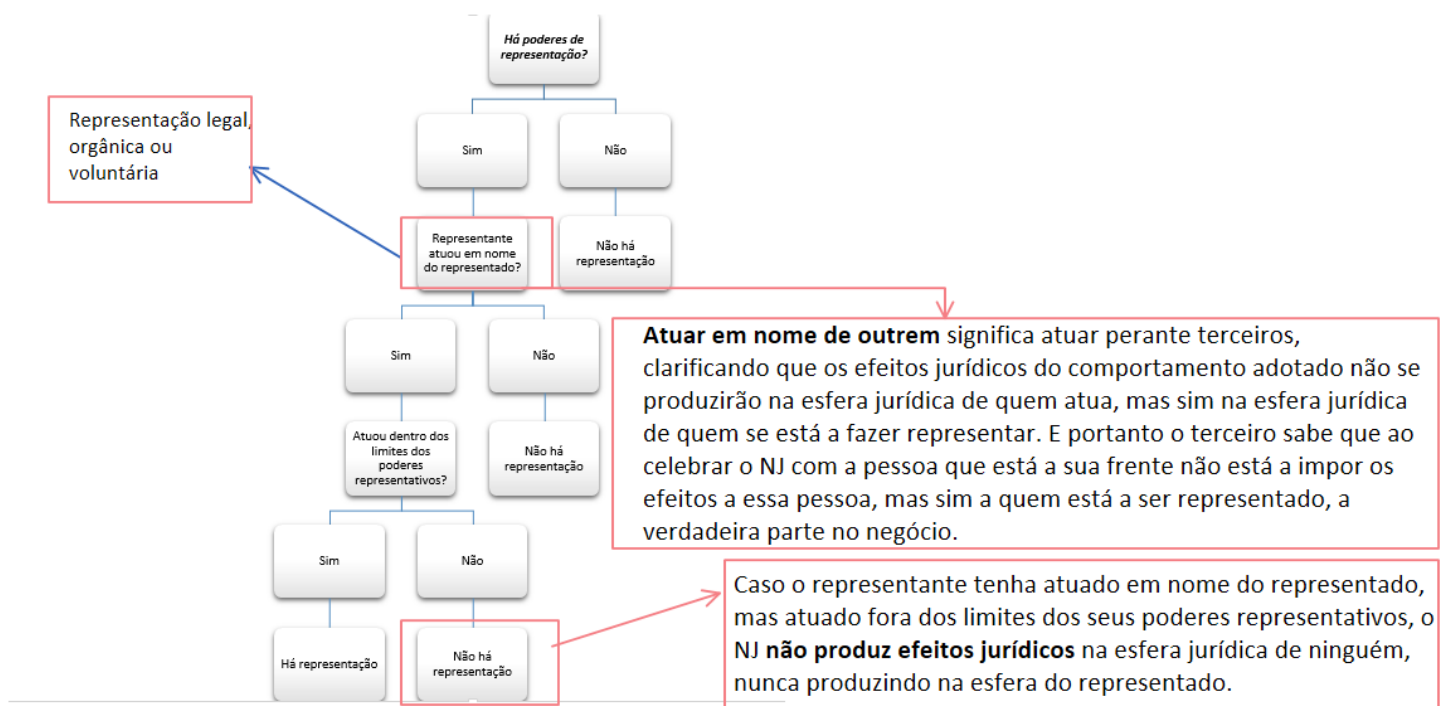
**ARTIGO 258º**

**(Efeitos da representação)**

O negócio jurídico realizado pelo representante em nome do representado, nos limites dos poderes que lhe competem, produz os seus efeitos na esfera jurídica deste último.

De acordo com este artigo, para que haja representação é necessária a verificação de 2 requisitos:

1. *Situação em que alguém a quem chamamos representante tenha poderes para atuar e nome de outrem* – Temos de identificar a fonte dos poderes representativos
2. *Necessário que o representante atue da seguinte forma* – Deve esclarecer que não está a atuar para si mas sim em nome do representado, e essa atuação deve confinar-se dentro dos limites dos poderes representativos que dispõe



Caso estejam cumpridos estes dois pressupostos, existe representação e todos os efeitos jurídicos decorrentes do comportamento do representante produzem-se **diretamente** na esfera jurídica do representado.

Podemos estar perante um *representante em sentido próprio* ou perante um *mero núncio*:

- ✓ *Representante em sentido próprio* – Inerente aos poderes de representação que dispõe, está a possibilidade de tomar decisões em nome do representado. Ou seja, os poderes de representação são mais amplos, de tal forma que o representante pode decidir que

atos é que pratica e em que condições são praticados, pelo que a sua vontade é relevante. Regra geral verifica-se quando estamos perante uma representação legal ou orgânica, sendo que no caso da representação voluntária depende dos poderes que o representado conferiu.

- ✓ *Mero nuncio* – Neste caso, o representante limita-se a transmitir uma mensagem, uma decisão, nos exatos termos definidos pelo representado, ou seja, só transmite a mensagem inteiramente decidida pelo representado. Assim, nestes casos a vontade do representante é completamente irrelevante uma vez que o poder decisório assenta no representado e não no representante. Ex: Art.250

### *Atuar em nome de outrem e atuar por conta de outrem*

#### **ARTIGO 258º**

##### **(Efeitos da representação)**

O negócio jurídico realizado pelo representante em nome do representado, nos limites dos poderes que lhe competem, produz os seus efeitos na esfera jurídica deste último.

Este artigo exige na sua letra que o representante atue *em nome do representado*. Quer isto dizer que o representante, no agir representativo, deve anunciar e deixar claro que não atua em seu nome, mas sim em nome e em representação de outrem. Quando um negócio é celebrado em nome de outrem, o terceiro, que está informado acerca da representação (ou devia estar, ao abrigo do art.260), apenas pode impor os efeitos do negócio ao representado e nunca ao representante.

Diferente é o caso em que alguém atua *por conta de outrem*. Nesse caso, o representante atua em nome próprio, embora de acordo com os interesses do representado. Apesar dos efeitos jurídicos resultantes do negócio se produzirem na esfera jurídica do representante, este tem a convicção de que todos os efeitos serão posteriormente transferidos para a esfera jurídica do representado.

Contudo, um terceiro nunca pode impugnar os efeitos jurídicos resultantes do negócio ao representado, porque quem foi parte no negócio foi o representante – apenas pode impor os efeitos jurídicos do negócio ao representante, e este que posteriormente se entenda com o representado, porque a relação entre os dois nada diz respeito ao terceiro.

É este o regime aplicável ao **mandato sem representação (art.1180º e ss)**, em que o mandatário, apesar de celebrar o negócio em nome próprio (art.1180º), fica obrigado a transferir para o mandante os direitos adquiridos em execução do mandato (art.1181)

Exemplo: A quer comprar a B uma casa, mas estes estão zangados há anos e portanto B nunca venderia a casa a A. Assim, A pede a C que compre a casa ao B, não atuando em seu nome porque caso o fizesse B nunca venderia a casa, mas sim por sua conta, nunca sabendo B desta relação que C mantinha com A. Esta relação não é relevante para o B, mas muito relevante para o A e o C porque este último, numa segunda fase, irá transferir esses efeitos jurídicos para a esfera do A.

Nestes casos existem, em abstrato, **2 fases**:

1 – C compra casa ao B

2 – C transfere efeitos jurídicos da compra para o A

	<u><b>Atuar em nome de</b></u>	<u><b>Atuar por conta de</b></u>
<i>Efeitos são produzidos na esfera jurídica do</i>	Representado (art.258)	Representante (embora de acordo com os interesses do representado), sendo que, na fase seguinte, o primeiro transferirá os efeitos jurídicos resultantes do negócio para o segundo
<i>Terceiro pode imputar os efeitos jurídicos a</i>	Representado, porque a representação é pública, podendo o terceiro pedir prova dos poderes de representação nos termos do art.260º	Representado, porque não tem nada a ver com a relação do representante/representado. Celebrou o negócio com o representante, e é a este que pode impor os efeitos jurídicos, sendo que é problema do representante a sua relação com o representado

### ***Falta ou vícios da vontade e outros estados subjetivos relevantes***

A representação envolve inevitavelmente uma dualidade de pessoas: o representante e o representado. Assim, um ato praticado com representação tem como consequência a envolvimento dos na determinação do conteúdo do ato praticado.

Deste modo, sempre que é necessário apurar sobre a falta e vícios da vontade suscita-se a questão de saber em que pessoa deve relevar o processo.

#### **ARTIGO 259º**

##### **(Falta ou vícios da vontade e estados subjetivos relevantes)**

1. À exceção dos elementos em que tenha sido decisiva a vontade do representado, é na pessoa do representante que deve verificar-se, para efeitos de nulidade ou anulabilidade da declaração, a falta ou vício da vontade, bem como o conhecimento ou ignorância dos factos que podem influir nos efeitos do negócio.
2. Ao representado de má fé não aproveita a boa fé do representante.

De forma a resolver a questão, este artigo enuncia o critério de partilha entre o representante e o representado na autonomia do agir, pelo que importa apurar e discernir, em cada caso concreto, a quem foi realmente imputável a parte do ato sobre a qual se suscita a questão da falta ou vício da vontade.

Não obstante, regra geral, é na pessoa do **representante** que devemos verificar, em princípio, a falta ou vícios da vontade e os demais estados subjetivos relevantes, sendo que a pessoa do representado só releva

no que respeita aos elementos do ato ou do negócio em que tenha sido decisiva a sua vontade (nomeadamente, nos casos em que o representante é um mero nuncio).

Contudo, de acordo com o nº2, sempre que os requisitos de anulabilidade/nulidade se reportem à boa fé, ou seja, ao conhecimento ou ao dever de conhecer determinado facto, se o representado conhecer esse facto, a circunstância desse ser ignorado pelo representante é irrelevante, ainda que de acordo com o nº1 concluíssemos que o estado subjetivo relevante era o do representante. *O representado nunca pode usar a ignorância (boa fé do representante) para justificar a sua má fé.*

### ***Justificação dos poderes representativos***

De acordo com o art.258º, para que haja uma representação que produza efeitos jurídicos na esfera do representado, é necessário que existam poderes de representação e que o ato em questão esteja dentro dos poderes do representante. Ou seja, o terceiro com quem é celebrado o negócio está sempre na contingência de perder o contrato, caso não se verifiquem os requisitos mencionados.

#### **ARTIGO 260º**

##### **(Justificação dos poderes do representante)**

1. Se uma pessoa dirigir em nome de outrem uma declaração a terceiro, pode este exigir que o representante, dentro de prazo razoável, faça prova dos seus poderes, sob pena de a declaração não produzir efeitos.
2. Se os poderes de representação constarem de documento, pode o terceiro exigir uma cópia dele assinada pelo representante.

Deste modo, o terceiro tem o ónus (não o dever) de verificar os poderes de representação, porque se não o fizer fica na contingência dos poderes representativos não existirem, podendo ser confrontado numa situação em que o negócio não é eficaz nem vincula o representado. Note-se que, para que o terceiro seja protegido, é necessário que tenha sido diligente e tenha verificado os poderes de representação.

A consequência jurídica de atos praticados sem poderes representativos é, de acordo com o art.268º, a ineficácia do negócio.

### ***Negócio consigo mesmo***

#### **ARTIGO 261º**

##### **(Negócio consigo mesmo)**

1. É anulável o negócio celebrado pelo representante consigo mesmo, seja em nome próprio, seja em representação de terceiro, a não ser que o representado tenha especificadamente consentido na celebração, ou que o negócio excluía por sua natureza a possibilidade de um conflito de interesses.
2. Considera-se celebrado pelo representante, para o efeito do número precedente, o negócio realizado por aquele em quem tiverem sido substabelecidos os poderes de representação.



Chama-se negócio consigo mesmo o caso em que o representante pratica ou ato ou celebra um negócio no qual intervém com uma dupla qualidade de representante de ambas as partes, ou simultaneamente em nome pessoal e em representação da outra parte.

Esta prática não é proibida mas suscita desconfiança uma vez que, quando estamos perante uma representação, existe uma descentralização/não coincidência entre os interesses em razão do qual atua, e os seus próprios interesses.

Posto isto, este artigo prevê, a título preventivo, que o negócio celebrado com um potencial conflito de interesses possa ser anulado pelo representado (*único com legitimidade para arguir a anulabilidade do mesmo*) no prazo de 1 ano.

A única ressalva na parte final do nº1 refere-se a quando existe um direito de preferência, podendo o representante excecionalmente fazer um negócio consigo mesmo. Isto porque o direito de preferência se sobrepõe a este artigo, sendo que, caso o representado não queira fazer negócio com o representante, não lhe deve atribuir poderes de representação.

### **Representação voluntária**

- **Procuração**

**ARTIGO 262º**  
**(Procuração)**

1. Diz-se procuração o acto pelo qual alguém atribui a outrem, voluntariamente, poderes representativos.
2. Salvo disposição legal em contrário, a procuração revestirá a forma exigida para o negócio que o procurador deva realizar.

A procuração é um negócio jurídico unilateral (não carece de aceitação pelo procurador) pelo qual alguém confere a outrem poderes de representação, e que se perfeciona com a declaração jurídica do representado. Quando alguém invoca o art.260, é a procuração que aparece “à superfície”.

De acordo com o art.262, a forma necessária para a procuração é a forma necessária para os negócios jurídicos que o representante irá praticar, pelo que caso o negócio não exija forma solene, a procuração obedece ao princípio da liberdade de forma, nos termos do art.219.

Necessariamente a uma procuração está subjacente uma *relação de base*. Assim, podemos afirmar que uma procuração nunca existe sozinha, sendo sempre resultado de outra relação jurídica existente entre quem atribui a procuração e o procurador. Esta relação de base será especialmente importante para efeitos do art.265/1 e do art.268 e 269.

Exemplo: Cliente atribui uma procuração ao seu advogado para que este pratique em seu nome determinados atos. A procuração em específico consiste numa atribuição de poderes representativos, mas, por detrás da procuração, está a relação advogado-cliente vinculada por um contrato de serviços.

**ARTIGO 265º**

**(Extinção da procuração)**

1. A procuração extingue-se quando o procurador a ela renuncia, ou quando cessa a relação jurídica que lhe serve de base, excepto se outra for, neste caso, a vontade do representado.
2. A procuração é livremente revogável pelo representado, não obstante convenção em contrário ou renúncia ao direito de revogação.
3. Mas, se a procuração tiver sido conferida também no interesse do procurador ou de terceiro, não pode ser revogada sem acordo do interessado, salvo ocorrendo justa causa.

A regra geral, constante do nº2 é que **todas as procurações são revogáveis**, pelo que a revogação é um direito inerente a quem outorga a procuração. Contudo, existem situações excepcionais em de procurações irrevogáveis, previstas no nº3.

Existem casos em que a atribuição de poderes representativos também tem em conta os interesses do procurador ou de terceiros, nesses casos, a procuração é irrevogável.

Exemplo: A outorga uma procuração a B para que este celebre um contrato compra e venda de uma casa. O imóvel custa 500€ e A dá 400€ a B, dizendo que lhe dá os outros 100€ depois de este celebrar a escritura. Ora, caso apenas existisse a regra geral do nº2, no dia a seguir à escritura A revogava a procuração e ficava isento de pagar os 100€ prometidos a B. Neste caso, como B também tinha interesse na procuração, a procuração é irrevogável ao abrigo do nº3.

***Representação sem poderes***

**ARTIGO 268º**

**(Representação sem poderes)**

1. O negócio que uma pessoa, sem poderes de representação, celebre em nome de outrem é ineficaz em relação a este, se não for por ele ratificado.
2. A ratificação está sujeita à forma exigida para a procuração e tem eficácia retroactiva, sem prejuízo dos direitos de terceiro.
3. Considera-se negada a ratificação, se não for feita dentro do prazo que a outra parte fixar para o efeito.
4. Enquanto o negócio não for ratificado, tem a outra parte a faculdade de o revogar ou rejeitar, salvo se, no momento da conclusão, conhecia a falta de poderes do representante.

Estamos perante um caso de representação sem poderes quando o representante pratica atos que não se confinam aos limites dos poderes representativos que lhe estavam atribuídos.

De acordo com este artigo, a consequência para os atos praticados com representação sem poderes é a **ineficácia do ato**, sendo que a única forma de tornar o ato eficaz é mediante a posterior ratificação pelo representado, vinculando-se ao ato praticado de forma errada.

Assim, caso um terceiro não beneficie do ónus do art.260º, não exigindo prova dos poderes de representação, poderá ser prejudicado ao ver o ato ineficaz até à ratificação pelo representado. Poderia ter evitado esta situação caso pedisse prova dos poderes representativos.

### *Abuso de representação*

**ARTIGO 269º**  
**(Abuso da representação)**

O disposto no artigo anterior é aplicável ao caso de o representante ter abusado dos seus poderes, se a outra parte conhecia ou devia conhecer o abuso

Estamos perante uma situação de abuso de representação quando o representante pratica atos que, embora estejam dentro dos limites de representação que lhe foram conferidos, são desconformes com o que sabe ser a vontade do representado.

Uma situação de abuso de representação faz com que o negócio seja eficaz à partida. Para que seja ineficaz é necessário que os terceiros estivessem de má fé e soubessem que a celebração do negócio ia contra os interesses do representado.

Ou seja, neste caso, caso o terceiro tenha sido diligente e tenha pedido prova dos poderes representativos, mas não constasse menção à vontade do representado na procuração, a lei protege o terceiro e o negócio é eficaz. Caso o terceiro conhecesse do abuso ou devesse conhecer (caso não tenha pedido prova dos poderes representativos), o negócio já seria ineficaz.

### *OU SEJA, QUANDO DEVEMOS APLICAR O ART.268º OU 269º?*

- Caso não hajam poderes representativos – art.268
- Caso há poderes representativos, mas foi contrariada a vontade do representado:
  - Terceiro diligente se tivesse satisfeito o ónus do art.260º teria tido oportunidade para constatar o abuso – art.268º (negócio ineficaz)
  - Quando o terceiro, diligente, satisfazendo o ónus do art.260 não teria tido a possibilidade de verificar a falta de poderes do representante, ou que atuava em termos infiéis a vontade do representado – art.269

### 11. Condição e termo

A condição e o termo são cláusulas contratuais acessórias que subordinam os efeitos do contrato à verificação de um determinado evento futuro. Não se tratam de cláusulas *nucleares* porque não correspondem aos efeitos jurídicos resultantes do contrato, mas sim *acessórias* porque apenas contextualizam as soluções que são contratualmente estabelecidas.

Note-se que quando celebro, por exemplo, um contrato compra e venda, não tenho de estipular todas as regras que quero aplicar. Tudo o que vai de encontro ao regime supletivo estabelecido não tem de estar discriminado.

Condição distingue-se de termo:

<u>Termo</u>	<u>Condição</u>
Facto de verificação certa e necessária	Facto de verificação incerta e eventual
<b>Termo incerto</b> – é certo que vai acontecer, só não sabemos quando (ex: morte)	<b>Condição incerta</b> – Não sabemos se o facto seria verificar, ou se se verificar quando será
<b>Termo certo</b> – É certo que vai acontecer e sabemos o dia (ex: contrato cessa no final do ano civil)	<b>Condição certa</b> – Não sabemos se o facto se vai verificar ou não, mas se se verificar será numa altura determinada (ex: ofereço um almoço se tiver 17 a TDGP)

**ARTIGO 270º**  
**(Noção de condição)**

As partes podem subordinar a um acontecimento futuro e incerto a produção dos efeitos do negócio jurídico ou a sua resolução: no primeiro caso, diz-se suspensiva a condição; no segundo, resolutive.

Este artigo, apesar da epígrafe, é aplicável tanto à condição como ao termo e introduz uma distinção fundamental:

- ✓ *Condição/termo suspensivo* – A verificação do facto marca o início dos efeitos acordados. Os efeitos estavam suspensos até à verificação deste acontecimento
- ✓ *Condição/termo resolutivo* – A verificação do facto implica a cessação dos efeitos do negócio.

**Condição**

**ARTIGO 271º**  
**(Condições ilícitas ou impossíveis)**

1. É nulo o negócio jurídico subordinado a uma condição contrária à lei ou à ordem pública, ou ofensiva dos bons costumes.
2. É igualmente nulo o negócio sujeito a uma condição suspensiva que seja física ou legalmente impossível; se for resolutive, tem-se a condição por não escrita.

Podemos dividir as condições em *ilícitas, impossíveis ou impróprias/potestativas*:

- ✓ *Condições ilícitas (nº1)* – Tratam-se de condições contrárias ao ordenamento jurídico. Ou seja, se o facto concreto de que se encontra dependente a produção de efeitos jurídicos for contrário à lei ou aos bons costumes **todo o contrato** (e não apenas a cláusula) é **nulo**.
  - Trata-se de um desvio ao art.292 que institui a regra do aproveitamento de atos inválidos. Contudo, o que justifica este regime é o facto de, se eu só quero um negócio caso se verifique um acontecimento ilícito, então todo o negócio é nulo

- ✓ *Condições impossíveis (nº2)* – Traduzem um facto de verificação impossível. Uma vez que inerente ao conceito de condição está a eventualidade da sua verificação, este artigo estabelece dois regimes diferentes conforme a condição seja suspensiva, ou resolutiva:
  - *Suspensiva* – todo o negócio é **nulo** porque nunca será possível verificar-se um acontecimento impossível.
  - *Resolutiva* – **não afeta a validade do negócio**, apenas se tem a condição como não escrita. Ou seja, a lei presume que o sujeito quis o contrato para sempre.
  
- ✓ *Condições impróprias/potestativas* – Aquelas em que o facto a que se reportam tem a sua verificação exclusivamente dependente da vontade da pessoa que sai beneficiada pela verificação/não verificação da mesma. Em teoria, a noção de condição pressupõe uma ideia de risco, de arbitrariedade porque não sabemos se o facto se irá realizar ou não.
  - Apesar de haver autores que dizem que este tipo de condições não podem existir, o prof VN considera que nada impede a sua existência. Trata-se de um direito de opção no âmbito da autonomia privada dos sujeitos. No entanto, *não se trata de uma condição e não se sujeita aos efeitos jurídicos desta, mas sim de um direito potestativo.*

**ARTIGO 272º**

**(Pendência da condição)**

Aquele que contrair uma obrigação ou alienar um direito sob condição suspensiva, ou adquirir um direito sob condição resolutiva, deve agir, na pendência da condição, segundo os ditames da boa fé, por forma que não comprometa a integridade do direito da outra parte.

Quando criamos uma condição estamos a criar, face ao OJ, uma situação de pendência já que estamos à espera que aconteça uma determinada coisa para que sejam/deixem de ser produzidos determinados efeitos jurídicos. Assim, este artigo vem impor que cada uma das partes adote, na pendência da condição um comportamento que não prejudique o direito que a outra parte possa vir a ter.

Ou seja, as partes têm de limitar o seu comportamento enquanto têm transitoriamente um direito, de modo a que, na eventualidade de se verificar o acontecimento pré-estabelecido, a contraparte possa dispor na íntegra do seu direito.

No caso de **atos conservatórios (art.273)**, a lei atribui legitimidade à contraparte, enquanto terceiro especialmente qualificado para proteger a conservação da coisa, apesar de não ser proprietário e de numa situação geral apenas este ter a possibilidade de a conservar. Note-se que trata-se de um ónus, não de um dever – a contraparte não tem nenhuma obrigação de proteger, tem apenas o direito de intervir na conservação da coisa.

Já no caso de **atos dispositivos (art.274)**, a lei entende que ninguém pode dar uma coisa que não tem na sua totalidade, no limite, o detentor do objeto que é alvo da condição apenas poderia dispor do direito transitoriamente até se verificar a condição.

Exemplo: A e B celebram contrato sujeito a condição suspensiva para a transferência de propriedade. A, enquanto proprietário transitório da coisa, aliena a coisa a C. Caso se verificasse a condição e B passasse a ser proprietário estaríamos numa situação de impasse, uma vez que C detinha a coisa. Assim, este artigo vem esclarecer que nesses casos o negócio entre A e C, caso não tenha sido sujeito a condição, é dado como **inexistente**, e portanto quando se verificasse a condição, C teria necessariamente de repor a coisa ao A, para que este pudesse transferi-la para B.

Note-se que este regime é aplicável *salvo disposição em contrário*, ou seja, caso o prejudicado consinta na disposição da coisa, este artigo já não é aplicado.

**ARTIGO 275º**  
**(Verificação e não verificação da condição)**

1. A certeza de que a condição se não pode verificar equivale à sua não verificação.
2. Se a verificação da condição for impedida, contra as regras da boa fé, por aquele a quem prejudica, tem-se por verificada; se for provocada, nos mesmos termos, por aquele a quem aproveita, considera-se como não verificada.

Este artigo reporta-se às situações em que uma parte tem hipótese de manipular a verificação da condição – nesse caso a condição tem-se como **verificada**. Ou seja, uma condição tem de ser deixada ao arbitrio, não podendo ninguém intervir, de má fé, na sua verificação/não verificação.

Exemplo: Os meus pais dizem que me dão um carro caso tenha mais de 15 a TGDP. Se nesse dia me trancarem em casa, e eu não puder ir ao exame, a condição dá-se como verificada e os meus pais têm de me dar o carro.

Além disso, o artigo estatui que, no caso em que passe a ser certo que uma condição não se pode verificar, a condição tem-se como **não verificada**. Esta norma serve para evitar situações de dependência desnecessárias.

**ARTIGO 276º**  
**(Retroactividade da condição)**

Os efeitos do preenchimento da condição retrotraem-se à data da conclusão do negócio, a não ser que, pela vontade das partes ou pela natureza do acto, hajam de ser reportados a outro momento.

*Regra geral*, não obstante o facto do acontecimento à condição ser futuro, este tem eficácia retroactiva e portanto é como se, para efeitos jurídicos, a condição estivesse cumprida desde a data em que foi acordada.

Exemplo: (retomando o anterior), caso A entrasse em insolvência antes de se verificar a condição, nesse caso, quando se verifica a condição, a propriedade passa para o B e é como tivesse sido desde o início. Portanto, o Estado (que dada a insolvência penhorou a casa) deve devolver a casa ao B.

Assim, o art.277 estabelece um conjunto de exceções ao **princípio da retroactividade da condição** estabelecido no 276º, nomeadamente:

- ✓ *Contratos de execução continuada ou periódica.*
- ✓ *Atos de administração ordinária.*
- ✓ *Aquisição dos frutos pela parte de boa fé.*

**Termo**

**ARTIGO 278º**  
**(Termo)**

Se for estipulado que os efeitos do negócio jurídico comecem ou cessem a partir de certo momento, é aplicável à estipulação, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 272º e 273º.

Neste artigo, a expresso “momento” é usada num sentido diferente do habitual. Normalmente, “momento” refere-se a uma localização temporal não específica, contudo, para efeitos deste artigo, momento é um facto de verificação certa, pelo que apenas se associa ao termo.

O termo é sempre de verificação certa, mas o momento da sua verificação pode ser incerto. A certeza não se reporta à verificação, mas sim ao momento em que esta ocorre.

Segundo este artigo, ao termo aplicam-se os regimes de 272º e 273º:

- ✓ Existe o dever de agir de acordo com a boa fé.
- ✓ Podem existir atos de conservação.
- ✓ Não podem existir atos de disposição

## 12. Efeitos do tempo nas declarações negociais

A vida das pessoas no direito precisa de estabilidade e segurança. Para isso, existem institutos estabilizadores do direito que determinam um prazo para que os particulares exerçam os seus direitos, sendo que, em caso de inércia, o OJ associa consequências negativas.

São estes a *prescrição*, a *caducidade* e o *não uso* (*não exercício*) do direito

### ARTIGO 298º

#### (Prescrição, caducidade e não uso do direito)

1. Estão sujeitos a prescrição, pelo seu não exercício durante o lapso de tempo estabelecido na lei, os direitos que não sejam indisponíveis ou que a lei não declare isentos de prescrição.
2. Quando, por força da lei ou por vontade das partes, um direito deva ser exercido dentro de certo prazo, são aplicáveis as regras da caducidade, a menos que a lei se refira expressamente à prescrição.
3. Os direitos de propriedade, usufruto, uso e habitação, enfiteuse, superfície e servidão não prescrevem, mas podem extinguir-se pelo não uso nos casos especialmente previstos na lei, sendo aplicáveis nesses casos, na falta de disposição em contrário, as regras da caducidade.

**Nº1.** O princípio geral é que todos os direitos podem estar sujeitos a *prescrição*, a não ser que sejam indisponíveis (o titular não os pode renunciar) ou que a lei, enquanto norma especial, estabelece que não são suscetíveis de prescrição. Ou seja, a prescrição é um princípio de aplicação genérica, ao que aplicamos este regime quando a lei não estabelece um prazo específico para a concretização de um direito, ou quando a lei, mesmo estabelecendo um prazo para o seu exercício, remete para este regime.

**Nº2.** Existe *caducidade* quando a lei fixa um determinado prazo para que um certo direito seja exercido. Contrariamente à prescrição, a caducidade é uma figura de aplicação específica que apenas se aplica nos casos em que a lei preveja expressamente um prazo para um dado direito ser exercido. Quando a lei estabelece um prazo, pode parecer complicado distinguir se se trata de um caso de prescrição ou de caducidade: na opinião do prof. VN, *aplicamos este regime sempre que, a propósito de um direito, a lei fixe um prazo para a sua concretização, e caso a lei não refira expressamente que se trata de um caso de prescrição*.

**Nº3.** À semelhança da caducidade, o *não uso* é uma figura de aplicação específica aplicável aos direitos reais de gozo. Neste caso, o facto de eu não usar uma coisa por um determinado período de tempo pode gerar que o direito que tinha sobre essa coisa se extinga, *nos casos em que a lei estabeleça que tal pode acontecer*. Salvo disposição em contrário, nesses casos é aplicável o regime da caducidade.

## **Prescrição**

Importa salientar como traços relevantes deste instituto:

- ✓ *Imperatividade (art.330º)* – as partes não podem dispor sobre este regime. Qualquer disposição contrária ao regime será nula
- ✓ *Irrenunciável (art.302º)* – A prescrição apenas pode ser renunciada depois do prazo ter decorrido. Esse prazo é, regra geral, de **20 anos** nos termos do art.309.
- ✓ *Não é de conhecimento oficioso* – Os tribunais não podem tomar conhecimento da prescrição a menos que esta seja invocada. Mesmo que o tribunal facilmente conclua que pelo decurso do tempo o direito prescreveu, não pode declarar a menos que uma das partes o invoque, e tudo passando como se não tivesse prescrito a menos que uma das partes o suscite.
- ✓ *Aproveita a todos aqueles que possam tirar benefício (art.301º)* – Sem exceção dos incapazes
  - *Beneficiário direto* – devedor
  - *Beneficiários indiretos* – todos aqueles que ficam melhor perante a declaração da prescrição do que estavam antes.

### **ARTIGO 304º**

#### **(Efeitos da prescrição)**

1. Completada a prescrição, tem o beneficiário a faculdade de recusar o cumprimento da prestação ou de se opor, por qualquer modo, ao exercício do direito prescrito.
2. Não pode, contudo, ser repetida a prestação realizada espontaneamente em cumprimento de uma obrigação prescrita, ainda quando feita com ignorância da prescrição; este regime é aplicável a quaisquer formas de satisfação do direito prescrito, bem como ao seu reconhecimento ou à prestação de garantias.

A prescrição não é uma causa extintiva de direitos mas sim uma causa *modificativa de direitos*, pelo que o direito prescrito não se extingue, modifica-se:

Quando devemos alguma coisa a alguém, e cumprimos com essa obrigação, o OJ tem uma dupla perspetiva: se eu devo, tenho de pagar pelo que se não pagar espontaneamente, o credor pode recorrer a meios coercivos para me forçar a pagar; num segundo momento, depois de ter pago, o OJ considera que já não posso ser restituído. *No caso de um direito prescrito, o OJ “parte” estas características:*

- ✓ O credor tem um crédito prescrito, pelo que já não pode recorrer a meios coercivos para forçar o devedor a pagar. O credor só recebe se o devedor pagar espontaneamente.
- ✓ Caso o devedor pague espontaneamente, então o facto de ter pago, ao abrigo deste artigo, implica que já não pode ser restituído. Ou seja, o devedor não pode reclamar aquilo que pagou espontaneamente.
  - Assim, no caso de um direito de crédito, a obrigação de pagar modifica-se passando a tratar-se de uma obrigação natural (art.402)



### *Como opera a prescrição?*

- ✓ O prazo da prescrição (20 anos – art.309º) começa a correr quando o direito puder começar a ser exercido nos termos do art.306
- ✓ Decurso do prazo prescricional (art.309 a 311)
  - Com o esgotamento desse prazo temos a prescrição, e daí em diante a aplicação do art.304.

Note-se que, diferentemente da caducidade, o prazo prescricional está sujeito a causas de suspensão e interrupção, nos termos dos art.318º a 327º.

As *prescrições presuntivas* (art.312 a 317) são aquelas que assentam na presunção de cumprimento. Ou seja, se passar o tempo (mais curto que o normal) presume-se que houve cumprimento das dívidas. Apenas se pode mostrar que a prescrição não está cumprida caso o devedor confesse que assim o é, caso contrário a lei prevê que esteja cumprida.

### **Caducidade**

Existem traços característicos da caducidade que contrariam os princípios estruturais da prescrição, nomeadamente:

- ✓ *Regra geral, prazo não suspende nem se interrompe* (art.328), *senão nos casos em que a lei determine*
- ✓ *A única forma de evitar a caducidade é exercer o direito no prazo estabelecido*
- ✓ *Supletividade* (art.330) – As partes podem dispor livremente sobre a caducidade, alterando os prazos previstos na lei, o seu regime, etc. Assim, no âmbito da sua autonomia privada podem aplicar o regime como bem entenderem.
- ✓ *Conhecimento oficioso* (art. 333) – Se alguém iniciar uma ação cujo prazo de caducidade já tenha passado, mesmo que nenhuma das partes o invoque, o tribunal pode rejeitar a ação com fundamento de que a dívida caducou.
- ✓ *Verdadeiro facto extintivo de direitos* – A consequência jurídica da caducidade é a extinção do direito. Não há norma semelhante ao art.304 para este instituto, portanto, decorrido o prazo da caducidade, o direito considera-se **extinto**, não produzindo qualquer efeito jurídico daí em diante.

Um caso típico de caducidade é o da anulabilidade, em que os interessados dispõem do prazo de 1 ano a contar da cessação do vício para a arguir, e passado esse prazo, o vício sana e já não podem anular o negócio.

## Casos práticos resolvidos em aula:

### I.

***A escreve a B, no dia de casamento desta: “dou-te todos os meus anéis”. B responde, agradecendo. A entrega a B todo os seus anéis, exceto aquele com um valioso relógio incorporado. A nega-lho dizendo tratar-se de um relógio, e não de um anel. Quid iuris?***

- Neste caso está em causa uma doação, onde há uma divergência interpretativa naquilo que é o objeto do negócio.
- Nesta declaração negocial A é o declarante e B o declaratário, e antes de tudo o resto o problema é determinar qual o sentido da DN, para sabermos se incluiu ou não o anel-relógio em disputa. O que temos de fazer é interpretar a DN para saber qual o sentido jurídico que a declaração deve ter.
- 1º - **art.236º CC** para tentar interpretar, depois, caso fiquemos com dúvidas, **art.237º**. Do art.236º tem-se que:
  - B conhece a vontade real de A? 236/2 é a regra geral. Sabemos se o B sabia se o lote de anéis incluía aquele anel em específico? → Não
  - Como não conhecia – art. 236/1: a DN vale com o sentido que uma pessoa normal colocada na posição do B poderia deduzir do comportamento do A.
    - A ponderar:
      - A referia-se ao anel relógio como anel ou como relógio? Se o B soubesse qual o sentido que o A lhe dava então valia esse sentido. Não há informação suficiente.
- Após este percurso, continuamos com dúvidas, logo aplicamos o **art.237º**. Deste artigo concluímos que, como se trata de uma doação (negócio gratuito) prevalece o sentido menos gravoso para o disponente (A), logo **o anel-relógio não está incluído na doação**.

*Outras considerações que podiam ser feitas:*

- Neste caso, faz sentido falarmos num **vício na formação do negócio**? Não porque não há nenhuma deficiência na forma como A representou a realidade, ele sempre soube o que queria dizer com anéis.
- Haverá outro vício? A haver um problema seria na exteriorização da decisão. Para haver este problema tinha de haver uma divergência entre a vontade real e a vontade declarada:
  - *Vontade declarada* – Todos os anéis menos o anel-relógio. (Era o sentido que tiraríamos da declaração no art.236/1, e do art.237)
  - *Vontade real* – Todos os anéis (O único caso em que teríamos um vício na formação do negócio, na fase da exteriorização seria se a partir do art. 236/1 chegássemos a conclusão que uma pessoa normal considerasse o anel-relógio como um anel)
    - Caso isso acontecesse temos uma divergência **não intencional** – **art.247º CC**.
      - Nestas condições, poderia o A anular o negócio? Para que fosse anulável era necessário que, por erro (=em termos não intencionais pelo declarante) *a vontade real é diferente da vontade declarada, pode o declarante anular*

*se mostrar que o declaratório conhecia ou devia conhecer a essencialidade do elemento sobre o qual recai o erro.*

- O elemento (anel relógio) é essencial para o declarante? Ou seja, sem ele teria celebrado o negócio nas mesmas circunstâncias se estivesse alerta para o erro em causa? Claramente não celebraria – **o elemento é essencial.**
  - No entanto, neste caso concreto não temos nada que nos mostre que o B conhecia essencialidade sobre a qual recaiu o erro? **Não temos informação** Mas, devia B conhecer esta essencialidade? **Sim, qualquer pessoa diligente teria o cuidado de perceber qual o universo de bens que lhe estava a ser doado.**
    - Por este motivo, **está cumprido o requisito do art.247º para A requerer a anulação do negócio.**
      - Qual a consequência da anulabilidade? Art. 287º: Atribui-se à pessoa no interesse da qual a lei prevê que tem legitimidade para arguir a anulabilidade (A) no prazo de 1 ano a contar da cessação do vício.
      - Só passamos para o art.289º caso o A efetivamente venha a requerer a anulabilidade! **A CONSEQUÊNCIA DA ANULABILIDADE NÃO É O ART.289º É O ART.287º!**
      - **O art. 289º são os efeitos caso a consequência seja positivada:**
        - *Destruição retroativa do negócio e de todos os efeitos que tenham sido produzidos:* Anéis voltam a pertencer ao A, logo devem ser restituídos ao A.
- A quer dar os anéis e B aceita-os. Por virtude de erro na declaração, o negócio é anulável e todos os efeitos seriam destruídos, logo todos os anéis voltariam a posse do A. No entanto, A queria celebrar o negócio, queria doar os anéis, à exceção daquele, logo está a perder uma vantagem com o negócio todo. Podemos salvar o negócio? **Art.248º**
- **No regime do erro na declaração temos um REGIME ESPECIAL para a anulabilidade – art.248º**, porque o declarante (A) quis celebrar o negócio, só não quis incluir o anel relógio.
  - Logo, se o B aceitar que o A modifique o negócio no sentido de dar apenas os anéis menos o relógio, **o negócio é salvo mas nos termos desse mesmo conteúdo, nos termos da vontade real do declarante..**
- **IMPORTANTE:** Ou seja, no final de contas, não existe erro na exteriorização porque a partir dos critérios do art. 236º e 237º chegamos à conclusão que o sentido que deve ascender é o sentido “todos menos 1”. Caso chegássemos a uma conclusão diferente da vontade real por estes critérios, aí sim teríamos um erro na exteriorização

II.

***A, general de golpe de Estado, diz a B, ministro do GV deposto, que lhe compra a sua moradia por 100 000€, garantindo-lhe uma fuga em segurança para o estrangeiro, evitando, assim a prisão. B, sabendo que casa vale 750 000€, diz-lhe: “as regras são as suas”. A escritura é lavrada e, após golpe de Estado, B regressa ao país e pretende reaver a casa. A dispõe-se a pagar o preço justo. Quid iuris?***

- Em que fase do processo de formação da DN é que houve perturbações? Representação da realidade, tomada de decisão, ou exteriorização? → **Tomada de decisão**
- Na fase da tomada de decisão há, em abstrato 3 opções possíveis? Coação moral, usura ou ~~incapacidade acidental~~
- **O que distingue a usura da coação moral?**
  - **Art. 255º1:** para haver coação moral era necessário que o golpe de Estado tivesse sido feito com o intuito de conseguir a casa por um preço mais barato. Tinha de haver uma ligação causa-efeito entre a criação do medo e a declaração negocial, sendo que a primeira seria fundamental para a obtenção da segunda-feira
  - **Na usura**, tratamos de uma situação em que o medo pré-existe, ainda que seja causado pelo declaratário, **mas que não foi criada de forma intencional para a obtenção da declaração.**
- O general faz uma ameaça suplementar ao medo, e é dessa forma que consegue a declaração. *O prof acha que é coação moral porque o general está a dizer “ou dás a casa ou vais preso”, mas eu não acho que seja isso e o prof diz que seria admissível porque é uma situação de fronteira. Porque se considerarmos que ia para a prisão de qualquer forma, independentemente de dar ou não a casa, seria usura.*
- O que importa é que as consequências são diferentes: no caso de considerarmos coação moral a declaração seria anulável ao abrigo do art. 256º e B teria 1 ano a contar do prazo em que voltava, porque já tinha acabado o medo, para a arguir (art.287º)
- Se fosse usura, B também poderia arguir a anulabilidade mas nos termos do art. 281/2, podendo, no entanto, o general A opor-se ao pedido, declarando aceitar o negócio nos termos que o declarante queria (pagaria os 650 000€ restantes) e o negócio seria válido, já que tiraríamos todas as vantagens excessivas que A conseguiu da situação de usura.
  - Temos de considerar a hipótese extrema em que o negócio nunca poderia ser salvo porque o problema não está no excesso de benefícios numa condição do negócio, mas sim no negócio todo, e que sem usura não teria havido negócio. Nesse caso, **não há forma de salvar o negócio**

III.

***A telefona ao antiquário B dizendo querer ficar com o quadro exposto na montra, à venda por 4 000€, pagando no mesmo dia por transferência bancária. O quadro que A pretende comprar fora entretendo substituído por uma réplica, com o mero fim de decorar a montra. A constata o engano e pretende reaver o seu dinheiro. B nega-lhe, entregando-lhe o quadro inicialmente exposto. A recusa qualquer compra no antiquário.***

- A quer comprar o quadro original por 4000€ - esta é a sua vontade real
  - Decisão esclarecida, com representação da realidade correta
  - Decisão livre, sem constrangimentos externos
  - **Formação da decisão perfeita, s/vícios.**
  - E na exteriorização, vontade real é igual à vontade declarada? Art.236º e no limite art.237º
    - B sabe qual a vontade real do declarante? **SIM, porque o quadro réplica nem sequer estava a venda, logo quando A liga e diz especificamente que quer o quadro que custa 4000€, qualquer declaratório normal compreenderia.** O que está na montra atualmente é meramente decorativo, nem sequer está a venda → **Art. 236/1**
    - No entanto, mesmo que fossemos a considerar que o declaratório percebeu mal, neste caso, um declaratório normal perceberia que o declarante se está a referir ao quadro original, logo **o sentido da declaração que vale é o sentido da vontade real: o negócio incide sobre o quadro original à venda por 4000€ → art. 236/2**
- Perante o exposto, **não há erro na declaração!** O que acontece é que é que B incumpriu o contrato que realizou com A.
- **O contrato é válido e produz efeitos. A não pode querer recusar a compra no antiquário porque celebrou uma compra válida**
  - Claro que não podemos ignorar a situação em que este foi enganado, mas é matéria de cumprimento ou incumprimento dos contratos (obrigações) e isso ainda não demos, por isso a solução basta-se por aqui

IV

***A pretende vender a sua casa luxosa, embora lhe falte piscina. A contacta X, sociedade de mediação imobiliária, a quem promete 3% do valor da venda se lhe encontrar comprador, por 2 500 000 €. B, emigrante, vê as fotografias da casa e presume que a mesma tem piscina. Z responde-lhe “claro que tem todos os luxos”. B compra a casa por 3 000 000€ e, quando meses mais tarde vem a Portugal, depara-se com a casa sem piscina. Quid iuris?***

- A declaração que está em causa é a de B que quer comprar a casa (que acha ter piscina) por 3 milhões de euros.
  - Essa decisão é esclarecida? **Não, houve uma representação errada da realidade.**
    1. Vontade real, por inerência, não é esclarecida, porque pensa que tem piscina mas não tem.
    2. Estamos perante um **erro vício – art.251º a 254º CC**

- Chegando a conclusão que estamos perante o erro vício, temos de apurar, é erro espontâneo ou causado por dolo?
  - É possível que exista dolo pelo simples facto de manter o outro em erro. Não foi Z que gerou o erro no outro, mas manteve o outro em erro.
  - Não podemos apurar que prestar uma solução inexata corresponda a uma situação de erro espontâneo, **por isso seria uma situação de erro qualificado por dolo – art.253º**
  - **Quando achamos que há dolo temos de passar por 2 fases:**
    1. Demonstrar que estão preenchidos os requisitos do nº1
    2. Só qualifica o erro o dolo ilícito (mau), e por isso temos de excluir as hipóteses do nº2. Porque se for dolos bônus não qualifica o erro.
- Sabendo que o erro é qualificado por dolo, temos de aferir: é dolo mau ou dolo bônus? **Dolo mau → serve para qualificar o erro**
- Prosseguimos para art.254: Importa agora saber, **o dolo foi provocado pelo declaratário (nº1) ou por terceiros (nº2).**
  - Caso o erro tenha sido provocado pelo declaratário, a declaração é desde logo anulável apenas por força do dolo do declaratário – nº1
    - Nesse caso, declarante teria 1 ano a contar da cessação do vício (do dolo) para arguir a anulabilidade, nos termos do art. 287/1. A declaração da anulabilidade teria efeito retroativo, devendo ser restituído tudo o que tenha sido prestado (art.288/1), logo, A deveria restituir os 3 milhões e B a casa.
  - Caso tenha provindo de terceiro, para que a declaração seja anulável era necessário demonstrar pelo art.254/2 que o A, **declaratário, conhecia ou devia conhecer o dolo?**
    - Das duas uma: ou a hipótese diz que conhecia ou dá ideia de que com toda a probabilidade sabia, ou então não podemos supor que sabia.
    - Devia conhecer? Temos de aferir se uma pessoa normal colocada nas mesmas circunstâncias que A, exercendo uma diligência que a maior parte das pessoas usa, teria sabido dessa informação
- Dolo causado por terceiro, e declaratário não conhecia nem devia conhecer o dolo – **não anulável por dolo, negócio válido por aplicação deste artigo.**
- **No entanto, nada quer dizer que pelo regime do erro vício não cheguemos à anulabilidade. Agora voltamos atrás e vemos se o erro fosse espontâneo se podíamos lá chegar, porque vamos ver: já percebemos que pelo caminho fácil não chegamos lá, mas pelo caminho difícil pode conseguir.**
- Prosseguimos para art.251º e 252º e vemos sobre que matéria incidiu o erro, sendo que temos as seguintes alternativas disponíveis: objeto, pessoa do declaratário, base do negócio ou outros motivos determinantes da vontade. É **erro sobre o objeto**
- **Art.251º → Art.247º:** O que releva neste caso é a parte que inicia em “desde que”. Ou seja, aquilo que temos de ver em primeiro lugar é se o A conhecia ou devia conhecer a essencialidade da piscina para B: sim a piscina era essencial (essencialidade absoluta ou relativa aqui não interessa). Deveria o A ter em conta que a piscina é um elemento fundamental para muitos declarantes? O prof acha que sim e eu acho que não mas tudo era argumentável.
- O que importa para este artigo não é o conhecimento do erro, mas sim o conhecimento da essencialidade da matéria sobre a qual recai o erro. A fundamentação tinha sempre de ser que uma pessoa normal que comprasse uma casa de luxo, não dava habitualmente valor a piscina.

- Caso considerássemos que o declaratório devia conhecer essa essencialidade, então **a declaração seria anulável.**
- Não consideramos que Z fosse representante, no entanto, caso considerássemos toda a hipótese mudaria:
  - Art.259º - o que é relevante é o estado subjetivo do representante. Logo quando nos deparássemos com o art.254º/2 chegávamos a e conclusão que seria anulável

## V

***A, professor, tendo errado a consultar a pauta de colocação, pensa que vai se transferido para uma escola em Portimão e arrenda uma casa a B, revelando-lhe o motivo do arrendamento. A verifica posteriormente ter sido colocado em Aveiro***

- DN em causa é A toma de arrendamento a B. A declarante, B declaratório.
- 3 perguntas:
  - Decisão esclarecida? **Não**
    - A não representou a realidade tal e qual como ela é.
  - Decisão livre?
  - Decisão bem exteriorizada?
- Houve um caso de erro vício: espontâneo ou causado por dolo? **Espontâneo (arts 251º e 252º)**
- Qual a matéria sobre a qual recaiu o erro: a dificuldade trata-se de saber se neste caso se trata da base do negócio ou não.
- **Não se trata uma vez que o conceito de base do negócio passa pelas circunstâncias em que ambas as partes fundaram a decisão de contratar.** Neste caso, B teria alugado a casa independentemente do prof ter sido colocado lá ou não, isso não lhe interessa. A circunstância de ficar lá colocado apenas é relevante para A, que fundou a sua decisão de contratar nesse pressuposto. Mas isso não interessa, é uma circunstância que determinou a vontade de ma das partes – daí cairmos no caso de **outros motivos determinantes da vontade**.
- Nos termos do **art.251/1** é necessário que as partes tenham reconhecido por acordo a essencialidade do motivo. Reconheceram? Não temos dados na hipótese que permitam dizer que sim.
  - Reconhecer por acordo é ter consciência e aceitar o carácter determinante sobre aquele motivo
  - O facto de ter revelado que só arrendava por um motivo não chega para afirmar que houve acordo sobre a essencialidade da matéria. Ele sabe que para o outro é essencial, mas não sabemos que reconhece que é essencial.
- Ou seja, **o contrato de arrendamento não é anulável.**

## VI

***A, dono de um estádio, celebra com B, agente musical, um contrato para utilização da sala para celebração de um concerto. A e B estavam certos da presença do grupo C2, facto que justificava o elevado preço acordado. Todavia, antes da celebração do contrato, os C2 haviam sofrido um grave acidente de viação.***

- A declaração relevante é: B aluga sala de estádio a A pelo preço X.

- *Importante: temos de ver a perspetiva de que declaração é que pode estar em cheque. Quem teria interesse em anular era B logo vamos assumir que este é o declarante*
- **B declarante A declaratário**
- Decisão esclarecida? **Não**
  - **Erro vício**
- Sobre que matéria recai o erro? **Base do negócio porque tem a ver com as circunstâncias em que ambas as partes fundaram a decisão de contratar – art.252/2**
  - E se o acidente tivesse ocorrido depois do contrato e antes do concerto? Aí não existia erro no momento em que foi tomada a decisão de contratar, o que acontece é que a realidade se alterou entre a celebração do contrato e a concretização das obrigações.
  - Aplicamos diretamente o art.437º - alteração das circunstâncias. **A consequência deste é a modificação do contrato ou a resolução deste, não faz sentido ter efeitos retroativos se o problema só veio depois. A anulabilidade é apenas a consequência para o erro vício porque houve um erro na decisão de contratar, logo faz sentido que hajam efeitos desde essa data.**
- Chegando a este artigo, seguimos para o art.437º/1 e temos de verificar se estão cumpridos cumulativamente os 3 requisitos pedidos:
  - Não se trata de alteração de circunstâncias porque estamos perante um erro desde o início na representação das circunstâncias: ***devemos antes ler, anormal representação da realidade***
  - ***A exigência do cumprimento das obrigações na realidade real faz com que sejam afetados gravemente os ditames da boa fé – criação situação injusta***
  - ***Situação que não esteja prevista pelos riscos próprios do contrato***
- **NOTA:** Não ligar ao nº2 porque não estamos a falar deste regime. A consequência para este caso é a anulabilidade porque estamos a falar do regime do erro, só viemos parar a este artigo com base na remissão da norma do art.252/2, que é o que realmente nos importa.
- Ou seja, a **declaração seria anulável por estarem verificados todos os requisitos cumulativamente do art.437º.**
  - OU SEJA: Art.437 e respetivas consequências aplicável quando há uma alteração posterior à celebração do contrato das circunstâncias; Art.252/2 e respetivas consequências aplicável quando há uma representação da realidade deficiente das circunstâncias em que foi fundado o contrato, para ambas as partes, daí que haja erro vício, porque todo o contrato foi celebrado devido a uma falsa representação das circunstâncias para ambas as partes, daí que a circunstância seja a anulabilidade retroativa do negócio; e que no caso do art.437º seja a resolução do contrato, porque só a partir do momento em que se deu a alteração de circunstâncias é que houve problema.



## VII

***A propõe vender a B um dos dois quadros avaliados em 250 000€ que herdou. Disse-lhe “vendo-te um destes se quiseres”. B escolheu o quadro da autoria do pintor Malhoa, propondo entregar um apartamento em vez de dinheiro. A aceita a proposta. Um ano depois, celebrado o negócio, A sugere a B a ida ao notário. Serviu-se do pretexto para avaliar, de igual modo, o quadro em metade do valor, a fim de “poupar em impostos”. B aceita a sugestão. A escritura é lavrada.***

- Quais são as declarações a considerar?
  - **Declaração que A faz a B – venda do quadro por 250 000€, em troca do imóvel (inclui tudo até à escritura, que é a exteriorização da decisão)**
  - A avaliação que faz do quadro é de 250 mil € e troca esse quadro pelo imóvel – esta é a sua decisão
- Decisão esclarecida, livre e **mal exteriorizada**
  - Vontade real diferente da vontade declarada, intencional ou não intencional?
    - Intencional – **simulação ou reserva mental**
    - Não intencional – erro na declaração
- Estamos perante um caso de simulação porque a divergência tem origem no acordo entre declarante e declaratário com o intuito de enganar terceiros.
  - Na reserva mental a divergência tem origem na intenção do declaratário de enganar o declarante
- O negócio simulado é **nulo (art.240º/2)**. Simulação absoluta ou relativa? Relativa porque as partes queriam efetivamente um negócio, se bem que não era o que declararam (**art.241º**)
  - Negócio dissimulado válido, desde que corresponda às características de substância e de forma que deveria suportar.
  - Neste caso, compra e venda de imóveis tem forma especial (Art.875º). Apesar de termos a satisfação da forma, não foi nos termos e com os valores do negócio dissimulado.
  - Podemos aproveitar a satisfação da forma para salvar o negócio dissimulado? Art.241º com art.221º sobre o âmbito da forma legal
- **Art.221º: Prof acha que nada impede a salvação do negócio porque a divergência de preço não é nenhuma das razões que leva ao não aproveitamento do negócio.**
- **O que é importante é centrarmo-nos nas razões que levaram à exigência de forma. O que a lei diz é tem estar comprovados os elementos que levaram à exigência de forma: neste caso, existe um preço (que podemos admitir como uma razão que leva à forma). O que era determinante era haver um preço, qual o preço seja já não é relevante para o contrato, logo poderíamos salvar o negócio.**

## VIII

***Eduardo, crendo que o Clássico Domingo atuaria nessa noite na Expo98, comprou um bilhete de ingresso a exposição, descobrindo depois que o cantor atuaria no Restelo, Eduardo exige a devolução do preço do bilhete, o que os serviços da Expo recusam. Quid jûris?***

- Negócio a ter em conta: Eduardo compra a Expo o bilhete. Eduardo – declarante, Expo – declaratário

- Decisão esclarecida? Não, pensa que CD atuará na expo e afinal atuará no restelo
  - Há uma deficiente representação da realidade – erro vício
  - Espontâneo ou dolo?
- Qual a matéria sobre a qual recai o erro? Eduardo só compra o bilhete porque o motivo que o leva a comprar o bilhete para aquele sítio, é o cantor. Ou seja, tem a ver com outros motivos determinantes da vontade
- Art.252/1 – Temos primeiro de passar pelo nº2, porque o nº1 é residual só aplicamos caso não encaixe no nº2
  - Houve reconhecimento por acordo da essencialidade? Não, apenas Eduardo sabia que era essencial, os serviços da expo não.
- **Negócio válido, não anulável**

IX

*Artur escreveu uma carta a Bento, propondo-lhe a venda por 500€ de uma enciclopédia. Bento enviou um telegrama a Artur a dizer “não aceito”, porém, por lapso dos CTT no texto emitido por Artur foi omissão a palavra “não”, pelo que, de imediato, Artur mandou entregar a enciclopédia a Bento, exigindo-lhe o preço.*

- Qual a declaração cuja validade vamos discutir? Bento (declarante) diz a Artur (declaratário) que não quer a enciclopédia
- Decisão esclarecida, livre? Sim
- Bem exteriorizada? Não
  - Vontade real – não comprava a enciclopédia
  - Vontade declarada – obtida a partir dos arts. 236º e ss
  - Divergência
- Divergência intencional ou não intencional? Não intencional porque não corresponde à intenção do declarante. Resulta de um lapso na transmissão, culpa de terceiro s/dolo
  - Erro na transmissão da declaração – **art.250/1 → art.247º**
- **Art. 247º:** Questão essencial? Sim, declarante não quer celebrar o negócio, logo claramente recai sobre matéria não essencial. Essencialidade conhecida ou devia ser conhecida pelo declaratário? Sim, celebrar ou não o negócio é estrutural para a celebração do negócio, logo o declaratário deveria conhecer
  - **IMPORTANTE: LEMBRAR QUE O DECLARATÁRIO DEVE CONHECER A MATÉRIA SOBRE A QUAL RECAI O ERRO, NÃO O ERRO EM SI**

Hipótese 2:

*Supondo que Artur, por engano, enviou a carta a Bentinho, que imediatamente declarou aceitar, exigindo agora a entrega dos livros.*

- A declaração que pode estar em crise e que vamos analisar é: Artur (declarante) propõe compra e venda, das suas enciclopédias por 500€ a Bentinho (declaratário)
  - O declaratário na vontade real é Bento

- Mas o problema está na vontade declarada, logo é essa que queremos anular e o declaratório relevante é Bentinho
- Decisão esclarecida e livre? Sim
- Decisão bem exteriorizada? Não
  - Erro na declaração
    - *Erro de cálculo ou de escrita* – Para haver é necessário que o erro seja perceptível, o erro não é perceptível, ou seja, não estamos perante esta hipótese
      - Ex: para que neste caso houvesse devia a carta estar endereçada a Bento, ao que facilmente Bentinho percebia que a carta não lhe era dirigida.
      - Neste caso, a consequência seria a retificação nos termos do art.249º, ao que não seria celebrado qualquer negócio com Bentinho uma vez que a retificação trataria precisamente de endereçar a carta a Bento.
- Excluída a hipótese de erro de cálculo ou de escrita, vamos para o art.247º acerca do erro sobre a declaração (norma residual)
- A hipótese depende do que considerarmos, se considerarmos que preenche os requisitos do art.247º, seria inválido e consequentemente anulável; caso considerássemos que não preenchia, o negócio era válido.

#### *Hipótese 3:*

*Bruno recebeu a carta a 1 de abril, e de imediato, por brincadeira, enviou um fax a Artur aceitando a proposta. Artur exige agora o pagamento do preço, enquanto Bento afirma que a nada se vinculou. Quid iuris?*

- Declaração em cheque: Artur (declarante) aceita a proposta de Bento (declaratório)
- Decisão esclarecida, livre? Não houve sequer decisão, logo estamos perante uma declaração não séria (art.245º), o que significa que a **declaração não produz quaisquer efeitos, no entanto pode haver dever de indemnização pelos danos que eventualmente o seu comportamento tenha causado → A consequência é a inexistência jurídica da declaração**
- É uma declaração não séria porque tem confiança que o outro irá pressionar a não seriedade da sua declaração. Na reserva mental o declarante quer efetivamente exteriorizar uma DN, mas quer que haja uma divergência intencional entre a sua vontade real e a vontade declarada, com o intuito de enganar o declaratório.

#### *Hipótese 4:*

*Bento aceitou a proposta de Artur, acreditando que a enciclopédia era formada por 50 volumes. Na verdade tratava-se de uma pequena enciclopédia com apenas 8 volumes, pelo que Bento sustenta que não terá de pagar o preço*

- Declaração em causa é a que Bento (declarante) aceita comprar a Artur (declaratório) as enciclopédias
- Decisão esclarecida? Não, erro vício
  - Espontâneo ou dolo? Espontâneo
- Matéria sobre a qual recai o erro? Objeto do negócio – art.251 → art.247º

- Declaração anulável, porque um declaratório normal colocado na mesma posição reconheceria a essencialidade do nr de volume

*Hipótese 5:*

*Artur fixou o preço em 500€ embora soubesse que a enciclopédia valia mais do dobro, por querer agradar a Bento que sempre pensou ser seu primo. Por seu lado, Bento declarou quer comprar a enciclopédia para substituir uma outra que lhe haviam furtado. Posteriormente, descobriu-se que Bento não era primo de Artur, e que o autor do furto era já havia sido capturado pela polícia, e Bento havia recuperado a enciclopédia.*

Pode Artur recuperar a enciclopédia?

- Para que tal seja possível é preciso que anule a sua declaração. A sua declaração é anulável?
- A decisão que tomou foi vender a enciclopédia a Bento por 500€. Esclarecida? Não, pensa que Bento é seu primo quando na realidade não é – erro vício
- Erro vício espontâneo que recai sobre a pessoa do declaratório → art.251º → Art. 247º
- Essencialidade relativa mas não interessa, existe essencialidade porque não teria vendido a enciclopédia por aquele preço se não fosse seu primo. Admitimos que Bento não sabia isso, e devia ser conhecida pelo declaratório, por um lado pela relação de família que achavam que tinham e ambos conheciam, e pelo facto do preço ser manifestamente inferior ao que valia a enciclopédia
- Declaração anulável.

Caso Bento já não queira o negócio, pode Artur invocar isto?

- Não podemos aplicar este regime porque o facto de Bento ter sido roubado não fundou a decisão de ambas as partes em contratar.
- Então neste caso o erro recaía sobre outros motivos determinantes da vontade (art.252/1 → art.247), a declaração não seria anulável porque não houve acordo com o Artur da essencialidade do furto da enciclopédia para a celebração do negócio.

*- Hipótese 6*

*Na sua carta, Artur esclarecia que precisava desesperadamente do dinheiro, para pagar uma dívida e que se não obtivesse rapidamente se mataria. Apenas para evitar o suicídio de Artur, Bento enviou-lhe um telegrama de aceitação. Atualmente, Artur exige os 500€ a Bento que recusa, alegando que não deseja receber enciclopédia alguma.*

- Declaração cuja validade aqui está em causa: Bento (declarante) compra e venda a Artur (declaratório) da enciclopédia.
  - A decisão que interessa é a deciso que o declarante tomou no sentido de gerar certos efeitos jurídicos. Neste caso verificamos que o declarante não quis efeitos jurídicos nenhuns, então a sua vontade real corresponde a uma não decisão.

- **É uma NÃO DECISÃO, , uma declaração não séria, a coação física, uma simulação absoluta ou reserva mental.**
  - No entanto, nas duas primeiras nunca há decisão, nas outras 2 hipóteses pode ou não haver decisão, temos de averiguar. Pode acontecer apenas que a vontade real seja divergente da declarada.
- Ele não toma a decisão de comprar a enciclopédia, o que ele faz é enganar o outro, apenas para ele não se matar → **reserva mental**
- Qual é a consequência da reserva mental? Art.244º/2
  - A reserva não prejudica a validade da declaração, exceto se for conhecida pelo declaratório. Como não é, a declaração seria válida, de acordo com a letra do artigo.
  - No entanto, de acordo com o espírito do artigo, quem merece ser protegido seria o declaratório que foi enganado. Contudo, neste caso o declaratório não merece ser protegido.
  - Relembrar que o legislador tenta conciliar os interesses contraditórios do declarante e declaratório: declaratório nunca quer anular declaração, declarante ao mínimo quer. A lei tenta proteger a tutela da confiança do declaratório, no entanto, neste caso a lei considera que no caso em que o declaratório saiba funcione como simulação e não merece ser protegido, ora, daqui pomos a situação que há também casos objetivamente parecidos que possam encaixar neste caso.
  - Neste caso reserva mental prejudica a validade, logo declaração inválida e anulável

**X**

*A quer fazer negócio com B. Mas B não está interessado em celebrar com A, então, A combina com C conferir-lhe uma procuração para que C em representação de A, possa adquirir imóveis até ao valor de 2 milhões e 500 mil €. O objetivo é APENAS que C mostre a procuração ao B, para que o B fique convencido que A tem dinheiro. No uso da procuração, o C compra em representação de A um imóvel a D por 2 milhões de €.*

- Duas declarações: A confere poderes a C de representação; C compra a D imóvel, em representação de A (em teoria)
- Em primeiro lugar: validade da procuração. A procuração tem inerente uma simulação: não há intenção de conferir quaisquer poderes (divergência vontade real e declarada), concordada por declarante e declaratório (A e C), em que o objetivo é enganar B, terceiro → Simulação. Negócio nulo por força do art.240º. Neste caso a simulação é absoluta
- Procuração nula
- Não obstante isso, C no uso da procuração adquire imóvel a D. Ou seja, C usa uma procuração nula para representar A. No entanto, a simulação é contra um terceiro de boa fé, logo não pode ser oponível a D (art.243º) sendo que para D não interessa minimamente se a procuração resulta de um negócio simulado, tudo se passa como se a procuração fosse válida.
- Haverá mais algum fundamento para se desvincular? Ainda temos de fazer um juízo sobre a atuação do C e sobre a conformidade com os poderes que A lhe conferiu → **Abuso de representação**
  - C fez algo que A não queria que fosse feito – C não foi fiel em relação aos limites de poderes representativos que lhe tinham sido conferidos.

- Falta de poderes de representação ou abuso de poderes?
  - Olhamos para a procuração e interpretamos de acordo com art.236º e ss e vemos se o ato praticado se incluía dentro dos poderes que a procuração atribuiu, ou se pelo contrário, ato praticado excedia os poderes que a procuração lhe atribuía.
    - Se ato praticado se incluía dentro dos limites → abuso de representação
      - Nesse caso declaração eficaz a não ser que mostremos que terceiro conhecia o abuso
    - Se ato praticado excedia o limite dos poderes que procuração atribuía → falta de poderes de representação
      - Declaração sempre ineficaz
- Há 2 limites aos poderes representativos:
  - Que resultam do texto da procuração
  - Que resultam das instruções dadas pelo representado ao representante sobre a forma como a procuração deve ser usada.
    - Habitualmente o texto é mais amplo do que as instruções/conhecimento da vontade do representado
- Há falta de poderes de representação quando estão fora dos limites da procuração – art.268º
  - A procuração apenas mencionava que podia comprar imóveis até 2 milhões e 500, logo a compra de um imóvel por 2 milhões está dentro da letra. Há cumprimento dos limites da procuração (apenas da letra mas chega)
- Há um **abuso de representação – art.269º** - o representante respeitou os limites da letra da procuração mas não a vontade e as orientações, que conhecia, do representado.
  - Por aplicação do artigo, o negócio só seria ineficaz caso D conhecesse ou devesse conhecer do abuso de representação – neste caso um declaratório normal colocado nesta posição não tinha forma de saber, nem devia saber, porque tal ia de acordo com o texto da procuração.
- **NÃO PADECE DE QUALQUER VÍCIO, NÃO É VÁLIDO/INVÁLIDO! PROBLEMA É EFICAZ/INEFICAZ**

## *Casos práticos resolvidos de outros anos, e de outros autores*

### Livro de Carlos Lacerda Barata

#### **Caso nº9**

1) A declaração negocial de Alberto é constituída por duas propostas negociais: uma primeira, uma proposta para a celebração de um contrato de comodato ( cf. 1207.º) cujo objeto seria o cão do declarante; uma segunda, uma proposta para a celebração de um contrato de compra e venda ( cf. 874.º) que teria por objeto o seu veículo. Em ambos os casos, como já referido, estamos perante propostas negociais na estrita medida em que os requisitos necessários para tal qualificação ( suficiência formal – aqui, em ambos os casos, 219.º; completude; firmeza) se encontram satisfeitos;

2) Da declaração constava ainda uma cláusula que previa a não produção de efeitos da proposta de compra e venda do veículo, a sua revogação, dentro de um quadro circunstancial determinado, o que é permitido, atendendo à primeira parte do número 1 do artigo 230.º;

3) Aceitação de Bernardino de ambas as propostas a 6 de Fevereiro, com conhecimento por parte de Alberto a 9 de Fevereiro ( aqui, parecem satisfeitos os requisitos da alínea a), do nº1, do artigo 128.º – estando, teoricamente, ainda obrigado o proponente pela proposta realizada, à data da receção da aceitação);

4) Em princípio, do quadro descrito, resultaria a concretização de ambos os negócios jurídicos. Ocorre que, ainda antes da tomada de conhecimento da declaração negocial de Bernardino por parte de Alberto, acontecimento que daria a sua eficácia, recebeu o declarante proposta negocial mais favorável ( a de Celestino), no que concernia ao contrato de compra e venda do veículo; destarte, atendendo ao proposto por Alberto, e aceite por Bernardino, ficou a proposta negocial referente a tal negócio revogada ( de novo, primeira parte do número 1 do artigo 230.º), não se concretizando qualquer negócio jurídico. Quanto ao contrato de comodato, a aceitação de Bernardino, e seu conhecimento por parte de Alberto, fez com que se concretizasse o negócio jurídico, começando este a produzir efeitos a 9 de Fevereiro;

5) Quanto à compra e venda, da sobreposição das declarações negociais de Alberto e Celestino, celebrou-se negócio jurídico, mais concretamente aquando do exercício do direito potestativo de aceitação daquele em relação à proposta recebida, ou seja, a 10 de Fevereiro. Não obsta, nos termos do artigo 231.º, nº1, à concretização do negócio jurídico, a morte do proponente, excepto se ficar provado que diversa era a sua vontade. Ora, da análise da substância da declaração, nada nos faz crer em tal estado de coisas, pelo que se concluiu o negócio em discussão. ( Nota: da proposta negocial de Celestino deve ser votada à irrelevância a cláusula que atribui valor ao silêncio, atento o disposto no artigo 218.º);

6) Como ficou provado pelo acima exposto, Bernardo não tem razão na pretensão de receber o carro, já que não foi celebrado qualquer contrato de compra e venda envolvendo o veículo com Alberto. No tocante ao cão, de facto, houve contrato celebrado. Mais, o telegrama de Alberto denota que, provavelmente, o contrato de compra e venda celebrado com o primo deste já havia ocorrido ao mesmo tempo, ou ainda antes ( o cão já estava vendido e no algarve...), da celebração do contrato de comodato, na sua fase de formação. Destarte, é nossa convicção que foram violados, por Alberto, deveres pré-contratuais, associados à boa-fé, violação essa que resultou em responsabilidade pré-contratual ( culpa in contrahendo – artigo 227.º). Os deveres violados foram, mormente, os de informação – que obrigam as partes a informarem-se reciprocamente de todos os dados relevantes e atinentes à conclusão do contrato, designadamente em relação à possibilidade de o contrato não se concluir – e os de lealdade – que vedam a prática de atos inesperados, potenciadores de danos, e violadores da confiança da contraparte na conclusão do contrato. Da situação descrita abre-se porta à responsabilidade civil e à compensação pelo

interesse contratual negativo ( dano de confiança), *in casu*, a compensação pelos gastos efetuados na construção da casota; intenta-se, desta forma, colocar o lesado na posição em que se encontrava imediatamente antes do início das negociações;

7) A Daniel, pela conclusão do contrato, e atendendo ao disposto no artigo 405.º, deve ser entregue o carro;

8) Bernardino não vendeu coisa alheia ( 892.º), pelo que o contrato de compra e venda celebrado entre este e o primo não é nulo. Com efeito, o comodato implica que o direito sobre a coisa permaneça com o comodante. Tinha, pois, à data da celebração do contrato com o primo, Alberto direitos sobre a coisa, direitos esses transferidos, por força do contrato, para esse familiar, Ernesto.

### **Caso nº 10**

#### **1) A declaração publicada no jornal constitui proposta negocial?**

Uma declaração para constituir proposta negocial, e não um mero convite a contratar, deve conter todos os elementos julgados necessários do conteúdo do futuro contrato e, ainda, no domínio da forma, satisfazer as exigências de forma que o contrato em causa possa exigir. Desta forma, é proposta negocial toda a declaração que coincide tanto num plano de substância como de forma com o futuro contrato, de tal modo que baste a sua aceitação pelo declaratório para se concretizar o negócio jurídico. In casu, parece-nos que a declaração constitui, de facto, uma proposta negocial: substancialmente, são facultadas informações sobre o preço ( 18 000 euros) e sobre as qualidades do objeto, através da publicação de fotografias do veículo, assim, tendo sido fornecidos todos os elementos tidos por necessários, nada há aqui a obstar; formalmente, e porque a lei não exige forma especial para a celebração de um contrato de compra e venda de veículos, aplica-se o artigo 219.º do CC, não existindo, pois, neste domínio, qualquer ilícito;

2) **Avaliação da declaração negocial de Asdrúbal a Birmínio:** aqui levantam-se duas questões – a primeira é a de saber se podia Asdrúbal, sem revogar a declaração negocial publicada no jornal, emitir nova declaração negocial sobre o carro. A resposta deve ser positiva, mas com a ressalva de a manutenção desta situação ser potenciadora de uma violação dos deveres decorrentes da boa-fé ( cf. 227º), mormente os deveres de lealdade e de informação, consubstanciando *culpa in contrahendo*, que lese o declaratório que emita uma declaração negocial em último lugar. A segunda questão é a de saber, se o silêncio de Birmínio, pode valer, como pretende Asdrúbal, como declaração negocial e ser relevante juridicamente. A resposta deve ser negativa, bastando a este título interpretar declarativamente o artigo 218.º do CC – o silêncio só releva se tal for estabelecido por convenção, uso ou pela Lei. Ora, no caso concreto, tal manifestamente



não sucede – Birmínio não aceitou atribuir valor ao silêncio - pelo que o silêncio deste, ou a falta dele, não pode ser tido em conta. Consequentemente, deve afastar-se da declaração negocial por nulidade a cláusula que atribui, unilateralmente, valor ao silêncio, atento o número do 1 do artigo 280.º. Todavia, ao considerar-se o princípio *favor negotii*, estruturante no nosso ordenamento jurídico, deve aproveitar-se o remanescente da declaração, por não se descortinar no que respeita às restantes cláusulas quaisquer vícios que ponham em causa a sua validade. Desta forma, constitui declaração negocial válida de Asdrúbal a Birmínio - a venda do carro por 20 000 euros, sem qualquer outro circunstancialismo;

**3) Avaliação da declaração negocial de Birmínio a Asdrúbal:** aqui devem avaliar-se duas questões. Primeiramente, o processo de formação de vontade de Birmínio, com o propósito de se perceber se houve ou não vícios na formação desta e, existindo, se deve tal vício ter ou não relevância jurídica caso se concretize o negócio; seguidamente, e em último lugar, se a resposta de Birmínio pode ou não constituir declaração negocial concretizadora do negócio jurídico, atento o seu conteúdo.

Diz-nos o texto que Birmínio decidiu comprar o veículo por pensar que ele havia, em tempos, pertencido ao avô; fundou, pois, a sua decisão de contratar nesta circunstância. Tal veio a verificar-se falso. Desta forma, houve uma deficiente representação da realidade no que concernia à identidade/qualidades do objeto *stricto sensu* - Birmínio pensava que o objeto era um, o antigo carro do avô, quando na realidade era outro. Esta deficiente representação da realidade pode constituir erro-vício, na sua variante erro sobre a pessoa ou objeto do negócio ( artigo 251.º do CC). Todavia, antes de avaliarmos a conformação da situação em análise às exigências que a Lei prescreve para se poder falar de erro sobre o objeto, deve estabelecer-se a natureza de um possível erro: a existir, foi ele espontâneo ou qualificado por dolo?

Tendo em conta o texto do caso, não se pode afirmar que houve *dolus malus*, não é a referida a existência de quaisquer artifícios utilizados **intencionalmente** por Asdrúbal com o propósito de **manter** Birmínio em erro. Não são, em consequência, aplicáveis os artigos 253.º e 254.º referentes ao dolo e seus efeitos, devendo considerar-se o erro, caso exista, como espontâneo.

Resta agora avaliar se a situação descrita cumpre os requisitos necessários para que se possa falar de erro sobre o objeto, a saber ( por remissão para o regime do erro na declaração, artigo 247.º): a essencialidade do elemento sobre o qual incidiu o erro e a sua cognoscibilidade para o declaratório. Sobre o primeiro requisito poucas dúvidas podem levantar-se: Birmínio decidiu adquirir o veículo porque pensava que a coisa havia pertencido ao seu avô, foi este o fundamento da sua decisão de contratar, pelo que o elemento deve ser tido por essencial. Contudo, não é exigível, para um homem de diligência média, atuando de acordo com os ditames da boa-fé, colocando-se na posição do declaratório ( artigo 236.º, nº1), que perceba que esse elemento é essencial para a decisão de contratar. Falhando o requisito da cognoscibilidade, não se pode relevar o erro que ocorreu, não sendo anulável o negócio a ser celebrado.

Quanto à segunda questão a ser tratada, referente ao conteúdo da declaração negocial de Birmínio, note-se que, na verdade, não foi exercido o direito potestativo de aceitação da proposta negocial. Com efeito, diz Birmínio que aceita comprar o veículo por 19 000 euros, isto é, pretende comprar por um preço diverso daquele proposto por Asdrúbal, o que faz com que, ao invés de uma sobreposição perfeita das declarações negociais atinentes à concretização do negócio jurídico, haja na verdade uma contradição entre as mesmas sobre um elemento fundamental, o preço. Destarte, a resposta de Birmínio deve ser entendida como uma rejeição da proposta de Asdrúbal, ou no máximo como uma contraproposta (cf. Artigo 233.º). Contudo, a ação subsequente de Asdrúbal, de tapar a caixa de correio para não receber mais propostas pelo veículo, bem como o envio posterior de carta a exigir o pagamento do preço proposto, denota da parte deste uma

aceitação, ainda que tácita ( cf. Artigo 217.º, nº1), da contraproposta de Birminio. Consequentemente, houve concretização do negócio jurídico entre Birminio e Asdrubal.

**4) Pode a ação de obstrução à caixa de correio constituir uma revogação da declaração negocial publicada no jornal?**

Diz-nos o texto do caso que, depois de tomar conhecimento da declaração negocial de Birminio, Asdrubal tapou a caixa de correio com o objetivo de não receber quaisquer outras declarações negociais atinentes à compra do veículo. A intenção, era, pois, evidente: Asdrubal queria revogar a declaração negocial publicada no jornal. O instituto da revogação da declaração negocial vem, entre nós, consagrado no artigo 230.º do CC. Aí é estabelecido que, por norma, a proposta negocial é irrevogável, excetuando nos casos em que ( artigo 230.º, nº2) seja conhecida pela contraparte antes ou ao mesmo tempo em que esta emita a sua declaração, desde que, nos casos de ofertas ao público ( artigo 230.º, nº3), a revogação assuma a mesma forma da oferta. Existem, assim, dois requisitos estabelecidos por Lei para atribuir eficácia a uma revogação de proposta, um requisito temporal e outro de forma. *In casu*, pelo menos, um deles, o formal, foi incumprido.

Com efeito, a forma de revogação foi diversa da forma da oferta, para ter eficácia havia então de ter sido publicado novo anúncio no jornal, onde se declarasse que ficava sem efeito a proposta apresentada. O incumprimento deste requisito acarreta, desde logo, a invalidade da revogação. Temporalmente, a revogação foi produzida, no máximo, ao mesmo tempo da declaração produzida por Celso ( segunda-feira, se a carta foi enviada por correio azul) havendo, destarte, fundadas dúvidas igualmente no que respeita o cumprimento deste requisito.

Em suma, manteve-se a proposta negocial. Mais, tornou-se eficaz a declaração de Celso por força do artigo 224.º, nº2. Houve, pois, negócio jurídico celebrado entre ambos, embora ferido de nulidade como adiante se verá.

**5) Conclusões - 1)** O negócio jurídico válido ocorreu entre Asdrubal e Birminio;

**2)** O negócio jurídico celebrado entre Asdrubal e Celso é nulo, já que o direito sobre a coisa, por conclusão do negócio entre Asdrubal e Birminio, já se havia transmitido para este. Constituiu-se assim, nos termos do artigo 892.º, uma situação de venda de bens alheios, o que determina a nulidade do negócio;

**3)** Há lugar a responsabilidade civil pelos danos causados por Birminio a Celso, nos termos do artigo do 227.º, já que manifestamente houve violação do dever de boa-fé na fase pré-contratual, com a violação de vários deveres, designadamente os de informação. Houve, pois, *culpa in contrahendo*.

**Caso nº11**

**1) Qualificação da declaração negocial de Armindo: proposta negocial ou mero convite a contratar?**

Para além de formalmente suficiente e completa, uma declaração negocial, para constituir proposta negocial, e não mero convite a contratar, deve também ser firme. A firmeza existe quando se expressa uma vontade séria e inequívoca de contratar nos precisos moldes projetados na proposta.

Ora, se analisarmos o conteúdo da declaração de Armindo difícil será argumentar que esta é firme, tendo em conta, essencialmente, as especificidades linguísticas da mesma. Diz Armindo que está a "pensar vender", o que não nos permite concluir pela existência de um desejo consolidado de venda, mas antes por um estado de espírito favorável à venda - apenas isso. Conclui perguntando se Belmiro "concorda"; abre, desta forma, caso a resposta seja desfavorável, a nosso ver, a porta a uma discussão sobre a própria substância daquilo que foi proposto: mormente, o preço.

Afigura-se, assim, como o mais correto, pela inobservância do requisito de firmeza, que a declaração seja qualificada de convite a contratar e não como proposta negocial;

**2) Qualificação da declaração negocial de Belmiro:** Belmiro respondeu negativamente à declaração de Belmiro, propondo um preço mais baixo, de 9 000 euros, pelo veículo. Ora, tal declaração consubstancia uma contraposta ( veja-se o regime previsto no artigo 233.º, a exigência da precisão parece-nos satisfeita, com a definição do preço); neste caso, verdadeiramente, a primeira proposta negocial, já que a declaração de Armindo constitui somente um convite a contratar;

**3) Segunda declaração negocial de Armindo:** Aqui, na verdade, Armindo, conhecendo a declaração negocial de Belmiro e tornando-se ela eficaz ( artigo 224.º, nº1) exerceu o direito potestativo de aceitação do negócio gerado na sua esfera jurídica por tal declaração da contraparte, assim o fez recorrendo a mensagem gravada;

**4) A morte do destinatário implica a ineficácia da proposta?** A resposta deverá ser positiva, atento regime do artigo 231.º, nº2. Acrescente-se ainda que aquando da exteriorização da declaração, que ocorreu a 12 de Março, o destinatário já havia falecido ( o óbito ocorreu a 11). Deve, assim, concluir-se que a conclusão do contrato fica sem efeito. Se, em todo o caso, Armindo quiser contratar com Célia, viúva de Belmiro, deve emitir nova declaração negocial tendo-a agora como destinatária da sua vontade.

**Caso nº40**

**1) A declaração negocial de Olímpio deve ser qualificada de não-séria, atento o disposto no artigo 245.º, devendo ser votada à inexistência, falhando, em consequência, na produção de qualquer efeito;**

2) Com efeito, o contexto fáctico em que ocorreu a emissão de tal declaração ( o contexto teatral, cénico) deve levar-nos à conclusão que não existiu qualquer voluntariedade no ato, isto é, a vontade negocial precursora da declaração, e que lhe serviu de fundamento, na verdade não existe, constituindo tão-só uma aparência. O suposto declarante sabia que se “ mexia” em campo jurígeno, mas estava convicto, e bem, que não se criaria nos outros uma expectativa de concretização de qualquer negócio. Existem, aliás, neste domínio, objetivamente ( aqui, quanto ao requisito objetivo, cf António Menezes Cordeiro, Tratado de Direito Civil, tomo II) , dados que nos permitem chegar a tal conclusão: mais ninguém, excetuando Marcília, se levantou e acorreu ao ator declarando aceitar o proposto. Daqui se retira muito claramente que o sentido da proposta, para qualquer declaratário normal, colocado na posição do real declaratário (cf. 236, nº1), seria o de que ela, na verdade, por falta de vontade negocial antecedente, não constitui qualquer proposta a contratar. É apenas uma intervenção de um ator, aquando da apresentação de uma peça de teatro. Ora, se, in casu, as circunstâncias, por demais evidentes, como vem acima exposto, não podem induzir o declaratário a acreditar justificadamente na seriedade da proposta deve recusar-se a aplicação do número 2 do artigo 245.º;

3) Analisando agora o contrato de casamento celebrado entre Marcília e Olímpio deve concluir-se que o mesmo, na medida em que a vontade de Olímpio se formou sob o vício de coação moral, é anulável ( 255.º e 256.º). De facto, a ação intimidatória protagonizada por Narciso, lesiva da integridade física, pôs em causa a liberdade decisória de Olímpio, restringindo-a: o seu agir negocial foi acompanhado ( *co-actus*) e não totalmente livre. De qualquer forma, estando perante uma vontade condicionada pelo medo, embora existente ( *coacta voluntas sed voluntas*), há que afastar a hipótese de que ação de Narciso constitua coação física. Com efeito, a coação física ( ou vis absoluta) subtrai ao coagido todo o seu espaço de liberdade, aí, pois, nem vontade existe, o exteriorizado traduz tão-só uma aparência de vontade. Acrescenta-se que o facto de a coação ter sido consubstanciada por meios físicos não constitui objeção à qualificação apresentada; de facto, é hoje já pacificamente aceite que o critério distintivo entre os dois tipos de coação é o do resultado, e não o do meio.

### **Caso nº49**

#### **1ª Hipótese**

- 1) Existência de erro-obstáculo, na vertente erro de transmissão da declaração ( artigo 250.º, nº1);
- 2) O vício não ocorreu na exteriorização da declaração, *stricto sensu*, já que ela, sem qualquer tipo de lapso, com exatidão, expressava a vontade do declaratário. O vício surge na sua transmissão por parte do intermediário, neste caso os CTT, por mero erro – não se verificam os pressupostos para se concluir pela existência de uma conduta dolosa do nuncio ( artigo 253.º - regime geral do dolo);
- 3) Ademais, e já que o regime do erro na transmissão da declaração é o mesmo do erro na declaração ( remissão para o 247.º), há que verificar se se cumprem os requisitos necessários para que a declaração possa ser anulada, isto é, se o erro, neste caso, releva ou não para o Direito:

Essencialidade – cumprida: naturalmente que o elemento sobre o qual incidiu o erro é essencial para o declaratório já que, na verdade, incide sobre o juízo de mérito que este fez da proposta contratual, in casu, negativo; do erro resultou, sem sombra de dúvidas, a transformação de uma rejeição da proposta numa aceitação;

Cognoscibilidade – cumprida: embora desconhecendo, à partida, a existência de erro, um homem de diligência média compreende, não devendo ignorar, que o juízo de mérito feito pelo declaratório sobre a proposta contratual é elemento essencial, aliás, central, para este, constituindo a substância da sua declaração negocial.

**Consequência Jurídica: A declaração negocial é anulável nos termos do artigo 247.º**

## **2ª Hipótese**

1) Existência de erro-obstáculo, na vertente erro na declaração ( artigo 247.º), por desconformidade entre a vontade real do declaratório e a vontade declarada no que concerne ao destinatário da proposta contratual;

2) Fica evidente que, por força do erro, Bentinho obteve um benefício injustificado. Todavia, por outro lado, não fica claro, pelo texto do caso, se houve aproveitamento intencional da situação ou se, em alternativa, também em erro, Bentinho pensou ser o destinatário da proposta. Desta forma, uma interpretação conservadora do enunciado, que nos parece mais cautelosa, deve resultar no afastamento da hipótese de existência de negócio usurário ( nos termos do 282.º);

3) Resta verificar se os pressupostos necessários para a anulabilidade da declaração negocial ( artigo 247.º) se verificam, a saber:

Essencialidade – verificado: com efeito, Artur queria contratar com uma pessoa determinada, o Bento. O facto de lhe ter enviado uma carta e de não ter, por exemplo, publicado um anúncio no jornal, de não ter feito uma oferta pública, demonstra que fundou a decisão de contratar na expectativa de ter Bento como contraparte;

Cognoscibilidade – verificado: um homem de diligência média consegue concluir que, se se pretende contratar por carta, a identidade da pessoa é relevante, um erro aí, de tão essencial, não deve ser ignorado pelo declaratório.

**Consequência jurídica: A declaração negocial é anulável nos termos do artigo 247.º**

### 3ª Hipótese

1) Exteriorização por parte de Bento de uma declaração secretamente não séria, equiparável a reserva mental, e, portanto, irrelevante para o Direito ( cf. António Menezes Cordeiro – Tratado de Direito Civil, Tomo II);

2) O Direito Civil, por norma, não releva, mantendo delas desvinculados os seus declarantes, as declarações não sérias: concretizando, declarações feitas na expectativa de que a sua falta de seriedade não seja desconhecida – aqui, sem dúvida, integramos as declarações feitas num contexto académico, as hipóteses, ou num contexto social descontraído, por exemplo. Todavia, deve ser sempre tido em conta, na avaliação da seriedade da declaração, o quadro fáctico em que esta é produzida e do qual nasce: se é produzida numa aula de direito, uma coisa será; se é produzida, como resposta a uma proposta contratual, como aqui parece ser, outra será. Por outras palavras, diferentes quadros circunstanciais obrigam o declarante/declaratário a calibrar o conteúdo da declaração querida como não séria, devendo esforçar-se para ser diligente a esse nível, de forma a que, de facto, possa ser possível que a natureza não negocial da declaração seja suficientemente percecionada pelo destinatário desta. Ora, *in casu*, não nos parece que a substância da declaração, com a agravante do quadro fáctico em que foi produzida, pudesse ser entendida como uma " brincadeira", expressão de uma vontade não negocial, pela contraparte, Artur. Esta conclusão levar-nos-ia, numa análise superficial, a afastar o artigo 245.º, nº1 - e bem, pela fundamentação já apresentada – e a aplicar o artigo 245.º, nº2 - desta feita, precipitadamente. Com efeito, deve também ser afastado este último preceito: a declaração negocial, em circunstância alguma, atendendo às vicissitudes da sua exteriorização, podia ser entendida, qualquer que fosse o destinatário, como não séria. Isto é, só o seu emissor é que podia conhecer da sua não seriedade. Desta forma, parece-nos, seguindo aqui, por concordância, os ensinamentos do Professor Menezes Cordeiro, que a declaração deve ser qualificada como secretamente não séria - denotando uma manifesta desconformidade com a vontade real do declaratário. Atento a isto, só a uma solução podemos chegar: deve aplicar-se o regime da reserva mental porque, na verdade, é disso que aqui se trata.

**Consequência Jurídica: A declaração negocial é válida e eficaz, atento o número 1 do artigo 244.º**

**( Nota: o caminho de aplicar o 245.º, nº2, diretamente, também é aceitável - PPV – e, provavelmente, mais consensual)**

### 4ª Hipótese

1) Existência de erro-obstáculo, na vertente erro de cálculo ou de escrita ( artigo 249.º);

2) De facto, Bento foi claro ao afirmar que " aceitava o preço dos dez livros", preço esse explicitamente estipulado na proposta de Artur, à razão de 50 euros por livro. Consequentemente, tendo em conta a clareza da proposta apresentada, surge-nos como improvável a hipótese de ter ocorrido uma fraca representação do preço do objeto ( uma das suas qualidades), reconduzível à situação de erro sobre a pessoa ou objeto (250.º). Destarte, há que considerar que o erro se cinge a um lapso de cálculo.

**Consequência jurídica: Nos termos do artigo 249.º, há apenas lugar à retificação da declaração**

## Casos práticos I

**1 - A, general de um golpe de Estado, diz a B, ministro deposto, que lhe compra a sua moradia por 100.000€, garantindo-lhe uma fuga em segurança para o estrangeiro. B, sabendo que a casa vale 750.000€ diz-lhe que as regras são suas. A escritura é outorgada e, após o golpe de estado, B volta ao país e quer reaver a casa. A dispõe-se a pagar o preço justo para evitar devolver a casa.**

Problema na declaração que A emitiu?

I - Será que representou deficientemente a realidade? Não. Deitamos fora o erro vício.

II - Quando o A tomou a decisão, estava numa situação de plena liberdade ou, pelo contrário, a sua decisão foi influenciada por elementos externos que limitaram a sua liberdade? Foi influenciada por elementos externos

III – Existe uma divergência entre a vontade real e a vontade declarada? Segundo os critérios dos art. 236.º e seguintes não houve nenhum problema com o sentido da declaração negocial. Deitamos fora a reserva mental e a simulação.

O problema só poderá ser o negócio usurário ou coação moral.

Seria **coação moral** se chegássemos a conclusão que entre o comportamento do B (declaratário) e a situação de medo em que A (declarante) se encontra, existisse uma relação causa-efeito, ou seja, se a declaração tivesse sido emitida numa situação de medo provocada pelo declaratário.

Se, pelo contrário, a situação de medo resultar do golpe de estado e não pelo comportamento do general, que se limitou a explorar uma situação de medo que preexistia ao seu comportamento, seria **usura**.

Se fosse coação moral, a consequência seria a anulabilidade, resultante do disposto no art. 256.º. A primeira parte deste artigo diz-nos qual a consequência da coação moral; a segunda parte só se aplica quando a coação provém de terceiros: temos de saber quem faz a ameaça, quem provoca a situação de medo. Se for do declaratário, basta a ameaça, seguida da declaração, para que seja anulável. Se a ameaça não vier do declaratário, mas for proveniente de um terceiro, a declaração só é anulável se for grave o mal e justificado o receio da sua consumação. Quem pode invocar esta anulabilidade é apenas o A, de acordo com o art. 287.º. Tem o prazo de um ano, a contar da cessação da ameaça, ou seja, quando cessa um golpe de estado começa a contar um ano para invocar a anulabilidade.

Sabemos que vendeu por 100.000€ uma casa que valia 750.000€ e ele dispõe-se a pagar o preço justo. Terá alguma consequência? A consequência da anulabilidade está prevista no art. 289.º. Assim, de nada lhe vale isso, pois terá que devolver a sua casa e verá de volta os seus 100.000€. Vamos destruir, retroativamente, todos os efeitos que eventualmente se tenham produzidos. Portanto, a casa passou para A e B recebe o dinheiro, dado que existiu uma outorga da escritura. O general terá que devolver a casa e o ministro tem que restituir os 100.000€.

Se em vez da coação moral, tivéssemos dito que era usura, iríamos aos art 282.º e 283.º. Teríamos que verificar os pressupostos da usura, dizendo que o golpe de estado que estava em curso colocou B numa situação de inferioridade, e que essa situação foi explorada pelo A no sentido de obter uma declaração negocial que se traduzia na concessão de benefícios excessivos e injustificados, estando assim verificados os

requisitos previstos no art. 282.º. Iriamos aplicar, quanto às consequências, o art. 283.º e a consequência normal seria a anulabilidade. De acordo com o 287.º, seria o declarante a ter legitimidade para pedir a anulabilidade, no prazo de um ano a contar do momento da cessação da situação de inferioridade.

Pedida a anulabilidade, a outra parte pode opor-se, oferecendo a modificação do negócio, nos termos do artigo 283.º, n.º 2, segundo “juízos de equidade”.

**2 - A telefona ao antiquário B dizendo querer ficar com o móvel exposto na montra à venda por 4000€, pagando no mesmo dia por transferência bancária. O móvel que A pretende comprar fora, entretanto, substituído por outro defeituoso, com o mero fim de decorar a montra. A constata o engano e pretende reaver o seu dinheiro. B nega-lhe e propõe-se entregar o móvel que estava no dia anterior. A recusa.**

1) A representa adequadamente a realidade?

Sim → ~~Erro-vício~~

2) A formou livremente a sua decisão de contratar?

Sim → ~~Coação moral/ Usura~~

3) Entre o que A decidiu e o sentido da sua declaração, existe alguma divergência?

Vontade declarada: decidiu comprar um determinado móvel que estava na montra à venda por 4000€;

Sentido da declaração: art. 236.º

Não → Outra opção (e mais provável) é, através do art. 236.º, colocarmo-nos na posição do vendedor e ver a interpretação que uma pessoa normal com os conhecimentos do vendedor faria. Ele sabia que o móvel tinha sido trocado por um defeituoso, logo tinha condições para associar que A estava enganado, logo tinha condições para saber a vontade real do declarante. Não existe divergência entre os sentidos das declarações, não existe invalidade da declaração, nem padece de nenhum vício.

Sim → Se de acordo com o art. 236.º, chegássemos a conclusão que o vendedor não tinha possibilidade de se aperceber da vontade real do declarante, estamos perante uma divergência entre a decisão de A e o sentido da sua declaração.

Existe uma divergência intencional ou não? Se for intencional é uma reserva mental ou uma simulação, se não for intencional é um erro na declaração. Não havendo aqui nenhum comportamento para enganar, a divergência não é intencional e aplicamos o regime do erro na declaração, art. 247.º.

Requisitos para invocar a anulabilidade:

Elemento sob o qual recaiu o erro – objeto – é essencial para o declarante: comprar um móvel que vale 4.000 € ou comprar um móvel defeituoso.

E o B conhecia (não sabemos) ou deveria conhecer a essa essencialidade

= logo, a declaração negocial é anulável.

A anulabilidade era anulável, mas valida-se por força do art. 248.º - o declaratário aceita o negócio como o declarante queria.



**3 - A pretende vender a sua luxuosa casa, embora lhe falte piscina. A contrata C, sociedade de mediação imobiliária, a quem promete 3% do valor da venda, se lhe encontrar comprador por 2.500.000 €. B, emigrante, vê as fotografias da casa e presume que a mesma tem piscina. Questionando C sobre o assunto, C responde “claro que tem todos os luxos”. B compra a casa por 3 milhões e quando, meses mais tarde, vem a Portugal depara-se com a casa sem piscina.**

Declarante – B

Declaratário – A

Terceiro – C

1 - B representou adequadamente a realidade?

Não → Erro vício

B não representou a realidade como existia.

Erro vício simples ou dolo?

Começamos por ver se existe dolo → Ver art. 253.º e a distinção entre dolus bonus (nº2) e dolus malus (apenas o dolus malus tem relevância)

Existe dolus malus do C – o terceiro manteve o declarante em erro.

Foi o terceiro, portanto vamos para o art. 254.º, nº2.

Para ser anulável, é necessário que o declaratário conhecesse ou devesse conhecer o comportamento, dolo, de C. Ele conhecia? Não. Devia conhecer? Não. Logo, não é anulável.

2ª parte do nº2 do art.254.º -> “mas, se alguém tiver adquirido diretamente algum direito por virtude da declaração, esta é anulável em relação ao beneficiário, se tiver sido ele o autor do dolo ou se o conhecia ou devia ter conhecido” → aplica-se apenas a casos em que do contrato de compra e venda, resulta diretamente deste contrato, direitos para terceiros. Neste caso, temos um contrato a favor de terceiros (433.º e ss.) -> direitos para terceiros.

Se através do regime do dolo, não conseguimos alcançar a anulabilidade, recorremos ao regime do erro vício simples.

Sob onde recai o erro vicio simples? Sob o objeto – art. 251.º

Recai sobre uma matéria essencial para o declaratário, i.e., dependentemente

Requisitos para que a declaração seja anulável:

(requisito 1) o erro recai sobre **matéria essencial** para o declarante, i.e., dependentemente desta matéria, o declarante emitiria uma condição diferente (ex. um preço mais baixo)

e

(requisito 2) o declaratário tem que conhecer ou devia conhecer essa essencialidade. Ele conhecia? Não. Devia conhecer? Podemos dizer que era razoável que o declaratário conhecesse que a existência da piscina era essencial para o declarante. Podemos também dizer que não.

2 – B formulou livremente a sua decisão de contratar?

Sim.

3 – Existe alguma divergência entre o que B decidiu e o sentido da sua declaração?

Não.

Outra hipótese: A era emigrante e emitiu uma procuração a C para a venda da casa, pelo preço mínimo de 2.500.000 euros. Isto muda alguma coisa na resolução da hipótese?

Se o C fosse representante do A, faríamos o mesmo caminho.

1 – B não representou adequadamente a realidade. Estamos perante erro vício. Concluíamos que houve dolo do B.

Aplicamos o nº1 ou 2 do art. 254.º?

B é terceiro ou como está a representar A e a atuar em nome deste, os efeitos jurídicos repercutem-se na esfera jurídica de A?

Aplicação do numero 1: Dolo provem do A. Só que dolo não é um ato jurídico, mas um ato ilícito. Podemos fazer a atribuição desses efeitos à esfera jurídica de A? A representação jurídica funciona em relação a atos jurídicos, não atos ilícitos, logo não vamos para o nº1 do artigo. Afastamos essa hipótese.

Logo, B é terceiro (nº2) -> só é anulável se A (declaratário) conhecia ou devia conhecer a atuação dolosa de C. A conhecia ou devia conhecer a existência do dolo? Não

Mas ele fez-se representar por alguém, logo não é relevante o que A sabe, mas sim o que o seu representante sabe. O dolo vem de C.

Segundo o art. 259.º, é na pessoa do representante que deve verificar-se, para efeitos de nulidade ou anulabilidade da declaração, o conhecimento, ou a obrigação de conhecer o dolo.

**4 - A, professor, tendo errado ao consultar a pauta de colocação, pensa que vai ser transferido para uma escola em Portimão. Arrenda uma casa a B, revelando-lhe o motivo do arrendamento. A verifica posteriormente, ter sido colocado em Aveiro e pretende desfazer o contrato de arrendamento.**

Declarante – A

Declaratário – B

1 - A representou adequadamente a realidade?

Não → estava em erro: erro-vício

Estamos perante dolo ou não? Não.

Estamos perante erro vício simples → art. 251.º ou 252.º

O erro recaiu sobre que matéria do negócio?

**Erro recai sobre outros motivos determinantes da vontade – art. 252.º, nº1**

É apenas anulável se ambas as partes tenham reconhecido por acordo a essencialidade da matéria sobre a qual recai o erro.

B foi informado sobre o motivo que era essencial para o A. Mas B não aceitou a relevância determinante para o contrato desse motivo.

Não basta que B saiba que era essencial, B tem que querer, aceitar a essencialidade daquele motivo, através do acordo expresso ou tácito.

Logo, não é anulável.

**5 - A, dono de um estádio, celebra com B, agente musical, um contrato para utilização do estádio para realização de um concerto. A e B estavam certos da presença do grupo X, facto justificável do alto preço acordado. Todavia, antes da celebração do contrato, os membros do grupo X haviam sofrido um grave acidente de aviação que os impedia de estarem presentes no concerto.**

Existe algum vício nestas declarações negociais?

1 – Existe algum vício na fase da representação? Quando os sujeitos decidiram contratar, tinham uma adequada representação da realidade? → Sim

2 – Existe algum vício na fase da tomada da decisão? Os sujeitos estavam constrangidos por algum elemento externo que limitava a sua capacidade de decisão? → Não

3 – Existe algum vício na fase da exteriorização? Aquilo que foi decidido não corresponde ao que foi decidido? → Não

1 - Sim → Erro Vício

1.1 – Existe dolo (art. 253.º)? → Não, logo estamos perante Erro Vício Simples ou Espontâneo

1.2 – Vamos aos arts. 251.º ou 252.º sobre o regime do Erro vício simples. Qual a matéria sob qual recai o erro?

1.2.1 - Erro recai sobre o objeto – art.251.º → Não

1.2.2 - Erro recai sobre a pessoa do declaratório – art. 251.º → Não

1.2.3 - Erro recai sobre a base do negocio – art. 252.º, nº2 e remissão para o art. 437.º → Sim

Erro perante uma circunstância que foi pressuposto **comum a ambas as partes**. Este pressuposto justificou para ambas o preço que decidiram aplicar no contrato.

1.2.4 - Erro recai sobre outros motivos determinantes da vontade – art. 252.º, nº1 → Não

**Erro recai sobre a base do negócio**

Definição da base do negócio está no art. 437.º, nº1. A consequência não é a modificação, nem a cessação do contrato, de acordo com o art. 437.º, nº2. Quando aplicamos o art. 437.º por remissão do art. 252.º, a consequência é a **anulabilidade**, pois o contrato desde o início está viciado por erro (critério cronológico), logo

não podemos modificar nem cessar um contrato que é inválido. As consequências do erro devem ser as consequências gerais do erro e não as que o art. 437.º (alteração de circunstâncias) faz referência.

Já vimos as consequências do erro, agora temos que ver se todos os requisitos do art. 437.º, nº1 se reúnem para se considerar que houve um erro sobre a base do negócio, segundo o regime da alteração das circunstâncias:

É necessário que entre as circunstâncias representadas pelas partes e as reais, exista uma decisão que possamos considerar anormal (**sim**, houve uma alteração inesperada, imprevisível e relevante, significativa, material), não coberta pelos riscos próprios do negócio (**sim**, não faz parte do âmbito previsível normal dos riscos associados a esta atividade) e que a exigência da manutenção do contrato nestas circunstâncias reais em comparação com as circunstâncias representadas afetem gravemente os princípios da boa-fé (**sim**, a pessoa razoável, justa, honesta não iria tornar indiferente esta matéria que foi essencial para a realização e que levou ao alto preço acordado). **Logo, a declaração negocial é anulável.**

→ **E se o acidente de aviação tivesse ocorrido uma semana depois da celebração do contrato?**

Já não haveria um erro vício simples, sobre a base do negócio, não haveria uma não adequada representação da realidade, mas sim uma alteração das circunstâncias (art. 437.º). No momento em que as partes celebraram o contrato, tinham uma adequada representação da realidade. Logo, aplicamos o art. 437.º diretamente e não por remissão do art. 252.º, nº2. As consequências passam a ser a modificação ou a resolução segundo juízos de equidade.

→ **O acidente foi anterior à celebração do contrato. Quando as partes celebram o contrato, sabiam do acidente, mas estimaram que a recuperação em condições normais seria feita a tempo para o concerto. No entanto, isso não aconteceu.**

Estamos perante um erro vício simples, erro sobre a base do negócio. Existiu uma não adequada representação da realidade, houve um erro na previsão. Apesar da divergência ser posterior ao contrato, de acordo com a perspectiva jurídica, é vista como um erro simultâneo ao contrato. As partes tomaram a sua decisão de contratar com base numa expectativa valorativa para ambas as partes de como as coisas iriam evoluir. Quando o declarante prevê e incorpora no seu processo de decisão uma determinada evolução expectável das circunstâncias, estamos perante

No momento da celebração, as partes previram e incorporam na sua decisão contratual essa evolução expectável das circunstâncias. Se as circunstâncias não evoluíram como as partes estavam à espera, estamos perante algo presente, e não algo realmente futuro, foi um erro na previsão e tratamo-lo como erro sobre a base do negócio.

**6 - A foi contactado por C, que pretendia ter o estádio naquela mesma noite para um outro concerto. Ao saber que A tinha contratado com B, C oferece a A um valor substancialmente superior. Entusiasmado com**

o valor muito alto, depois de ter tomado conhecimento do acidente de aviação do grupo musical, A comunica a B que infelizmente o contrato celebrado entre ambos é inválido, pretendendo proceder à imediata evolução do valor. B não aceita porque pretende manter o contrato, não obstante da indisponibilidade do grupo musical.

A tem legitimidade para arguir a anulabilidade?

*“Só têm legitimidade para arguir a anulabilidade as pessoas em cujo interesse a lei a estabelece”* (art. 287.º).

*“tem a parte lesada direito à resolução do contrato, ou à modificação dele segundo juízos de equidade”* (art. 437.º)

*“A anulabilidade é sanável mediante confirmação.” “A confirmação compete à pessoa a quem pertencer o direito de anulação, e só é eficaz quando for posterior à cessação do vício que serve de fundamento à anulabilidade e o seu autor tiver conhecimento do vício e do direito à anulação.”* (art. 288.º)

A não é parte legítima. A anulabilidade é restringida ao B.

Imaginemos que A tinha legitimidade para arguir a anulabilidade. Nos termos do art. 334.º, se A invocasse a anulabilidade estaria a ter um comportamento contrário à boa-fé, um comportamento abusivo.

**7 - A propõe a B vender um dos dois quadros, avaliados em 250.000 Euros que herdou. Disse-lhe “vendo-te um deles, aquele que quiseses”. B escolheu o quadro de autoria do pintor X. B entrega-lhe um apartamento em vez de dinheiro. A aceita. Um ano depois, celebrado o negócio, A sugere a B, a ida ao notário. Serviu-se do pretexto para avaliar de igual modo o quadro em metade do seu valor, a fim de poupar impostos. B aceita a sugestão. A escritura é assim lavrada.**

O acordo de trocar um quadro por um imóvel é válido? Inválido. Invalidade por falta de forma, art. 220.º. O regime da compra e venda é aplicável aos demais contratos onerosos pelos quais se alienam bens ou se estabeleçam encargos sobre eles, logo teria que ser celebrado por escritura pública ou documento particular autenticado (art. 939.º) A falta de forma leva à nulidade (art. 220.º)

O problema da escritura pública é resolvido e surge um problema no processo de formação da decisão, na fase da exteriorização da decisão. Existe uma divergência entre o conteúdo que as partes tomaram e a decisão que as partes emitiram.

Foi intencional ou não? Não. Excluímos o erro na declaração.

Foi para enganar terceiros ou o de o declarante enganar o declaratório? Terceiros. Excluímos a reserva mental.

Estamos perante um caso de simulação.

Requisitos para se considerar que estamos perante uma simulação (art. 240º):

1. Divergência entre a vontade real e a vontade declarada
2. Divergência intencional
3. Divergência resulta de um acordo dissimulatório
4. Objetivo seja enganar terceiros

Logo, o negócio que as partes celebraram é simulado, sendo, portanto, nulo (art. 240.º, nº2).

Existe uma simulação relativa, logo encontramos um negócio dissimulado por baixo do negócio simulado. Regra geral, o negócio dissimulado é válido e aplicamos o regime que aplicaríamos em condições normais. No entanto, neste caso, o negócio dissimulado tem a validade dependente da forma exigida por lei – art. 242.º, nº2 – *“Se, porém, o negócio dissimulado for de natureza formal, só é válido se tiver sido observada a forma exigida por lei”*.

Admitimos, que a forma foi satisfeita quer pelo negócio simulado quer relativamente ao negócio dissimulado. Podemos aproveitar a forma do negócio simulado para salvar o negócio dissimulado.

238.º, nº2 os elementos em que assenta a divergência entre a vontade real e a declarada, são aqueles elementos que a lei exige a forma especial. Se aqueles elementos forem aqueles que a lei exige a forma especial, não podemos salvar o negócio dissimulado sob a forma do negócio simulado, pois este não tem todos os elementos exigidos. Mas se for relativo a elementos acessórios, já podemos salvar.

Se forem elementos centrais que justificam a existência da forma, então não podemos salvar o negócio dissimulado sob a forma do negócio simulado. Se não forem, então podemos salvar, pois tudo o que a lei exige estão previstos no negócio dissimulado.

O nº 2 do 242.º, deve ser lido de acordo com o princípio do aproveitamento do negócio, através do aproveitamento do negócio dissimulado sob a forma do negócio simulado, com os limites dados por analogia do art. 238.º, nº2.

Não é em razão do preço, que a lei faz a exigência da escritura pública ou do documento particular autenticado. A especificação do preço exato não é uma razão determinante da forma, é um elemento acessório. Por isso, podemos salvar o negócio dissimulado.

Por isso, por força do art. 241.º, o negócio dissimulado é válido.

Se existisse uma divergência em relação aos elementos essenciais entre os dois negócios, não poderíamos salvar o negócio dissimulado. Exemplo de elementos em razão dos quais a lei exige a forma – identificação concreta do imóvel.

## **Casos Práticos II**

**1 - Nuno comprou um bronzeador no estabelecimento de Gil, que lhe assegurou a alta qualidade do produto. Todavia, depois de utilizar o bronzeador, Nuno ficou com uma terrível irritação cutânea, não podendo voltar a praia nessas semanas. Nuno pretende que lhe seja devolvido o preço do bronzeador. *Quid Juris?***

Deficiente representação da realidade – Nuno quando contratou tinha uma determinada imagem do produto que não existia. Problema de Erro Vício – artigos 251.º a 254.º;

O erro é espontâneo ou qualificado por dolo? Temos que ver o artigo 253.º que distingue o dolos bonus e o dolos malus.

Como saber que estamos perante dolos bonus? Corresponde a uma prática usual, um comportamento que as pessoas naquelas circunstâncias adotam, num contexto de normalidade, pois um contexto anormal poderá transformar uma prática usual, numa prática desonesta.

O Gil dizer que o produto é de boa qualidade é dolos bonus, pois é uma prática habitual, os donos dos estabelecimentos dizerem que os seus produtos são de boa qualidade. Se o empregado soubesse que o

bronzeador várias vezes causa esta reação, estaríamos perante dolos malus. Depende das circunstâncias que o envolvem.

Se chegássemos à conclusão que estamos perante dolos malus, aplicaríamos o art. 254.º e teríamos que ver donde provém o dolo, do declaratório ou de terceiro. Estaríamos perante dolo do declaratório (Gil) – nº 1 do art. 254.º - a declaração negocial seria anulável, segundo o regime do art. 289.º de anulabilidade.

Se chegássemos à conclusão que estamos perante dolos bonus, teríamos que partir para o regime do erro vício simples ou Espontâneo, ao qual aplicamos os artigos 251.º e 252.º. Temos que ver em que matéria recai o erro: pessoa do declaratório, objeto, base do negócio ou outros motivos determinantes da vontade. Neste caso, o que estaria em caso seriam as características do objeto, logo aplicaríamos o art. 251.º

O artigo 251.º, remete-nos para o artigo 247.º que nos diz que para o negócio ser anulável é necessário que o erro recai sobre matéria essencial para o declarante e que o declaratório soubesse ou devesse souber a essencialidade, para o declarante, do elemento sobre qual incidiu o erro.

Requisito 1 - É essencial? Se o declarante soubesse deste erro, estabeleceria este negócio?

Não, logo recai sobre uma matéria essencial absoluta.

Não, celebraria o negócio em outras circunstâncias; estamos perante uma essencialidade relativa.

Sim, não estamos perante uma matéria essencial.

Neste caso, Nuno não iria celebrar o negócio, logo o primeiro requisito é preenchido e estamos perante uma essencialidade absoluta.

Requisito 2 - Gil sabia ou devia saber da essencialidade da matéria sobre a qual incidiu o erro?

Em condições normais, quem vende um bronzeador sabe ou deve saber que o declarante não terá interesse nele se este causar irritações cutâneas. Logo, é óbvio que devia saber que o elemento era essencial para o declarante. Uma pessoa diligente que está a vender um creme, tem que saber que se o creme tem qualidade é essencial para o declarante. Ele deveria saber que a qualidade do produto é essencial para o declarante. O requisito 2 é se o declaratório sabe ou devia saber que aquela matéria era essencial para o declarante e não se sabia ou não do erro, que iria causar uma irritação cutânea.

Se a irritação cutânea for resultado da má qualidade do bronzeador, então estão preenchidos os requisitos do artigo 247.º

se a irritação cutânea tiver acontecido por haver uma reação alérgica daquele consumidor, não estão preenchidos os requisitos do artigo 247.º

**2 - Lionel, acreditando que o carro fora de Pedro Lamy, compra a Manuel, que não desfaz o equívoco. Na verdade, o carro tinha sido doado por Nuno a Manuel, desde que este não voltasse a alienar antes de 32 de maio. *Quid Juris?***

Temos dois negócios: compra e venda do carro celebrado entre Lionel e Manuel e a doação de Nuno a Manuel.

Compra e venda do carro → erro vício, pois Lionel, no momento que celebra o contrato, representa a realidade de forma incorreta. Ele acredita que o carro pertencia a uma celebridade, mas tal não aconteceu.

Causa do erro? Foi causado por erro qualificado por dolo (art. 253.º e 254.º) ou erro espontâneo (art. 251.º e 252.º)?

Estamos perante uma situação de dolos malus, pois a atuação de Manuel que se traduz na manutenção do declarante em erro. Aplicamos o art. 254.º - o dolo provém do declaratório ou de terceiro? Provém do declaratório, logo é anulável – nº 1 do art. 254.º - regime da anulabilidade – artigo 284.º;

Doação do carro → hipótese 1: representaram mal a realidade; hipótese 2: sabiam que maio tem 31 dias.

Hipótese 2: deficiente exteriorização da decisão, divergência entre o que foi decidido e o que exteriorizado – vício da terceira fase da formação de declarações negociais. Para sabermos que a decisão tomada não corresponde à que foi expressa temos que **interpretar** – artigo 236.º.

Erro na declaração pressupõe que a decisão é diferente da declaração. Para sabermos que é diferente temos que nos reger pelo artigo 236.º, só depois poderemos aplicar o artigo 247.º - 250.º.

Nestes casos, se os dois tivessem em vista uma data específica, seria essa a data que revelaria, por força do art. 236.º, nº 2:

Se não tivessem em vista uma data específica que não o dia 32 de maio, teríamos que ver se esta data correspondia à decisão tomada ou correspondia a uma exteriorização errada da decisão tomada.

Se corresponder a uma decisão tomada, iríamos para o regime da condição e do termo. Substancialmente é uma condição – algo incerto; mas também um termo – pois é um prazo para a coisa se realizar. Aplicaríamos o regime da condição. A condição era possível, o que não era possível era o prazo fixado para que a condição se verificasse. Pelo princípio do aproveitamento do negócio jurídico, isto valeria como o dia 31 de maio.

Se tivéssemos chegado à conclusão que a data fixada não correspondia à decisão tomada, mas, sim, a um erro na exteriorização, estaríamos perante um erro de escrita, nos termos do artigo 249.º, havendo direito à sua ratificação.

**3 – Marcília E Narciso, irmãos, assistem à representação de uma peça teatral. No último ato, Olímpio, ator principal, em monólogo pelo de dramatismo e emoção, afirma em tom convincente e perentório, casarei com a primeira mulher que me quiser. Subitamente, Marcília salta para o palco, agarra Olímpio, beija-o efusivamente e perante uma plateia entusiasmada que aplaude insistentemente, grita “aceito, aceito”, caindo o pano de imediato. Hoje, Marcília e Olímpio são casados. Com efeito, depois de resistir as exigências de Marcília para que cumprisse a promessa de casamento que fizera perante centenas de pessoas, Olímpio acabou por ceder as sucessivas tareias e ameaças de morte providas de Narciso, defensor da honra da irmã. Quid Juris?**

Olímpio diz que casa com a primeira mulher que o quiser. → Ele não tomou nenhuma decisão: coação física, declaração não séria ou falta de consciência da declaração?

Ele emite a uma declaração que não corresponde a nenhuma decisão tomada. Ele não quer a produção de quaisquer efeitos jurídicos associados a esse comportamento.

Coação física afasta-se. Ficamos com declaração não séria e falta de consciência da declaração. Ele está firmemente convencido que todos sabem que ele está a representar e que não vão atribuir valor jurídico à declaração que está a emitir. Logo, estamos perante uma declaração não séria - artigo 245.º. Consequência: inexistência, logo não existem efeitos jurídicos provenientes desta declaração.



Olímpio casa com Marcília → Estamos perante coação moral. Ele tinha estado sujeito a ameaças de morte e tarefas de Narciso. Aplicamos o art. 255.º e temos que ver se a coação vem do declaratário (Marcília) ou de terceiro (Narciso). No número 1 do art. 255.º encontramos os requisitos gerais da coação moral “*receio de um mal de que o declarante foi ilicitamente ameaçado com o fim de obter dele a declaração*” e no art. 256.º o requisito quando a coação moral provém de terceiro “*seja grave o mal e justificado o receio da sua consumação*”. A consequência é a anulabilidade, art. 256.º. Olímpio poderia anular, até um ano desde a cessação do vício, i.e., desde o fim da coação moral, segundo o regime da anulabilidade presente no art. 289.º.

**4- Hilda decide vender por 100.000 euros o seu apartamento a Júlio. Mas para afastar a preferência do Lopes, contorna uma escritura de doação. Todavia, Hilda sempre se recusou a entregar a chave a Júlio, inteirando o facto deste se encontrar embriagado quando celebraram o acordo. Quid Juris?**

Há uma divergência entre a vontade real e a vontade declarada. Foi intencional ou não intencional? Se foi intencional, reserva mental ou simulação. Se não foi intencional, estamos perante erro na declaração.

Houve uma divergência intencional entre a vontade real e a vontade declarada. Estamos perante uma simulação ou uma reserva mental? A reserva mental destina-se a enganar o declaratário enquanto que a simulação resulta num acordo simulatório entre declarante e declaratário com o objetivo de enganar terceiros. Estamos perante simulação. Consequência: negócio simulado é nulo. Sendo a simulação relativa (pois estamos perante um negócio que as partes queriam realmente celebrar, a compra e venda do apartamento – negócio dissimulado), não ficamos no artigo 240.º, vamos para o artigo 241.º

O negócio dissimulado é válido ou inválido? Forma: escritura pública (art. 875.º); o negócio dissimulado não foi celebrado nessa forma, por isso deveria ser nulo.

No entanto, podemos salvar o negócio dissimulado se aproveitarmos a forma celebrada no negócio simulado, segundo o art. 241.º. Para o fazermos temos que comparar o negócio simulado com o negócio dissimulado e ver se todos os elementos essenciais do negócio dissimulado, estão presentes no negócio simulado. O que diverge desde logo é o tipo de contrato que está em causa (doação – negócio gratuito vs. contrato de compra e venda – negócio oneroso), a natureza do negócio. Devido a esta grande divergência dos dois negócios, não é possível salvar o negócio. O negócio simulado não reúne os elementos essenciais do negócio dissimulado que justificam a sua forma. Logo, o negócio dissimulado é nulo. Esta anulação não resulta do regime da simulação, mas sim do artigo 220.º

Hilda recusa-se a entregar a chave a Júlio. Pode fazê-lo? Sim, porque o contrato que foi celebrado entre eles é nulo. Logo, o direito de propriedade não foi transferido para a esfera jurídica de Júlio. Hilda não tem que entregar a chave devido a nulidade do negócio simulado e a nulidade por falta de forma do negócio dissimulado. Hilda, no entanto, não pode invocar a embriaguez como motivo para não entregar a chave. A consequência dessa embriaguez seria a anulabilidade, e assim sendo, apenas a parte cujo interesse a lei estabelece a anulabilidade, a parte desprotegida, Júlio, pode invocar a anulabilidade - art. 287.º, nº1. Mesmo em abstrato, estando os requisitos da incapacidade accidental reunidos - art. 257.º - falta a Hilda legitimidade para o fazer.

**5 - Pretendendo beneficiar a sua irmã Bela, evitando os ciúmes da restante família, Amélia outorgou uma escritura pública de compra e venda de uma vivenda onde se estipulava que Bela pagaria o preço de 150 mil euros. Todavia, e na verdade, Amélia, apenas quis doar o imóvel a Bela que pretendia recebê-lo gratuitamente. Porém, mais tarde, Amélia veio exigir o pagamento dos 150 mil euros, o que Bela se**

**recusou a fazer. Quer esta, quer Celso, seu marido, sempre soube do acordo das duas irmãs, sempre sustentaram a invalidade da venda. *Quid Juris?***

Divergência intencional que resulta de um acordo simulatório entre declarante e declaratório para enganar terceiros, o resto da família → simulação relativa → a compra e venda é nula, pois a simulação é oponível entre simuladores

Célsio é um interessado, pois é uma pessoa que é afetada mediante a validade ou invalidade do negócio, já que ele é casado com Bela. É um terceiro de boa ou má-fé? Má-fé pois ele conhece a existência da simulação desde que o contrato foi celebrado. Isto afeta a possibilidade de poder

Não deixa de ser um interessado,

por maioria de razão não faz sentido retirar a possibilidade, já que a lei prevê que os próprios simuladores podem invocar a simulação contra eles, de invocar a nulidade

em relação ao terceiro de má-fé a lei só prevê que a simulação não possa ser invocada contra ele, nada diz sobre ele invocar contra os simuladores.

Divergência substancial entre negócio simulado e dissimulado, logo o negócio dissimulado também é nulo

**6- Depois de combinarem que fariam por escrito, Gaspar vendeu verbalmente um relógio o Élio. Todavia este, só o comprou porque Gaspar comunicou que caso não o fizesse contaria à polícia um furto que Élio cometera há dias num hipermercado. Em 2 de Junho, o furto foi denunciado à polícia. Em 3 de junho do ano seguinte, Élio pretende a invalidação do contrato. *Quid Juris?***

Compra e venda de coisa móvel pode ser feita de qualquer forma – art. 219.º liberdade de forma – o negócio é válido independentemente da forma que foi celebrado. Não há problema na forma legal do contrato. O problema foi terem dito que iriam celebrar o contrato de forma especial. Há, portanto, falta de forma pois as partes convencionaram que iriam celebrar o contrato por escrito, art. 223.º. Nº1, art. 223.º é ilidível? Nós presumimos que as partes não se iriam querer vincular sem respeitar a forma convencionada. No entanto, os factos permitem-nos inverter o juízo de probabilidade no qual o legislador assentou a presunção, o que nos permite concluir que as partes decidiram vincular sem a forma convencionada, até porque executaram o pagamento do objeto, houve a entrega do objeto, cumpriram as suas obrigações, etc.

Élio decidiu livremente? Não. A sua liberdade de decisão foi prejudicada por elementos externos, alheios ao negócio que a condicionaram – ameaça de denúncia do furto.

A ameaça é relevante como coação moral? Art. 255.º: *“receio de um mal de que o declarante foi ilicitamente ameaçado com o fim de obter dele a declaração”*. O mal não tem que ser ilícito, o desvalor não está no mal. O desvalor está em querer retirar desse mal um proveito na celebração do contrato. O processo é que deve ser ilícito, não o mal.

### Casos práticos III

**1 - Damião é violentamente espancado por Eliseu, que lhe exige o empréstimo do seu telemóvel, pelo que Damião lho doa, o que Eliseu agradece. Damião procurando auxílio, recorre ao enfermeiro Francisco, que embriagado lhe exige 2000 euros para o tratar. Damião passa-lhe logo o cheque.**

Dois contratos: Damião e Eliseu | Damião e Francisco

#### 1º negócio: empréstimo/ doação do telemóvel

Contrato não possui vícios que têm a ver com a forma ou com o conteúdo, mas sim com o processo formativo da declaração negocial.

Damião representou corretamente a realidade? Sim.

O conteúdo dos efeitos exteriorizados corresponde à decisão que tomou? Sim, então não estamos perante a uma divergência entre a decisão exteriorizada e a tomada.

Ele foi livre na tomada da sua decisão ou a tomada de decisão foi prejudicada por fatores externos? Foi prejudicada.

Houve uma decisão, coagida por fatores externos autónomos aos seus interesses. Estamos perante uma coação moral ou usura.

Coação moral: art. 255.º - Podemos reconhecer um momento em que Damião decidiu doar o telemóvel, baseando-se no mal que lhe podia acontecer.

No entanto, não estamos perante uma coação moral. Estaríamos perante uma coação moral, se Damião emprestasse o telemóvel. E a declaração seria anulável por força do art. . No entanto, doou-o.

Falta a relação de causa e efeito da ameaça e da consequência obtida e isso impede-nos de estar perante

Falta a relação de causalidade, entre o comportamento do declaratório/terceiro e declaração emitida, que neste caso não é a que o declaratório coagiu o declarante a emitir.

Naquelas circunstâncias, Damião não tem o livre exercício da sua vontade. Não tendo o livre exercício, a declaração é anulável por força do art. 257.º

Incapacidade accidental: art. 247.º - Não foi o comportamento do Eliseu que levou Damião a doar o telemóvel, mas sim,

#### 2º negócio: prestação de serviços

Francisco está embriagado por isso pode estar perante uma incapacidade accidental. Para que a incapacidade accidental releve é necessário que seja notório (conhecido ou suscetível de ser conhecido), podendo levar a anulabilidade da declaração do Francisco, mas só o Francisco poderia invocar a anulabilidade.

Damião não foi livre na sua decisão, pois estava numa situação de necessidade que foi explorada pelo declaratório. Estamos perante um negócio usurário. É necessária que conjuguem vícios da formação negocial - o declarante deve estar numa situação de necessidade, fragilidade (requisito 1) e o declaratório se aproveite disso (requisito 2) - com o conteúdo da declaração negocial - que da declaração resultem benefícios, vantagens excessivas, que se desviem do padrão normal, do justo, para o declaratório (requisito 3).

Logo, a declaração é anulável ou suscetível a modificação. Art. 243.º - o lesado pode requerer a modificação do negócio segundos juízos de equidade.

**2 – Totalmente embriagados, Gil e Hugo chegaram a acordo quanto à compra e venda de um terreno por 20.000 euros, mas para convencerem os seus amigos que tinham feito um grande negócio, declararam na escritura o preço de 40.000 euros.**

Simulação: divergência intencional entre a vontade real e a vontade declarada, estabelecida por acordo, com o objetivo de enganar terceiros. Art. 240.º

Simulação relativa. Negócio simulado: compra e venda de um terreno por 40.000 euros. Consequência: nulo. Negócio dissimulado: compra e venda de um terreno por 20.000 euros, corresponde à vontade real das partes. Aplicamos o art. 241.º.

O negócio dissimulado não é prejudicado pela existência da simulação. Ele será valido consoante o regime que lhe será aplicado.

Tínhamos que ver a questão da forma: podemos aproveitar os requisitos formais do negócio para salvar o negócio dissimulado? A circunstância do preço ser diferente, não significa que todos os elementos que a lei exige não estejam satisfeitos. Logo, podemos através do aproveitamento da forma, salvar a compra e venda.

Tínhamos que ver a questão do conteúdo: não há qualquer vício.

Tínhamos que ver a questão do processo formativo da declaração negocial: estamos perante uma possível situação de incapacidade accidental. O negócio podia ser inválido, pois estavam completamente embriagados, estavam perante uma incapacidade accidental (art. 257.º). Logo, o negócio podia ser anulável por iniciativa das partes, num prazo de um ano.

**3 – João vendeu a Leandro um terreno por 25.000 euros, embora na escritura publica tivessem escrito o valor de 2.500 euros, para diminuírem o imposto a pagar. De seguida, Leandro vendeu o terreno a Miguel, que o comprou a pensar que o imóvel que tinha, em tempos, sido pertença do seu avô, o que efetivamente não se verificara.**

1º negócio: compra e venda do terreno – João e Leandro

Estamos perante uma simulação relativa. Negócio dissimulado válido através do aproveitamento da forma.

2º negócio: compra e venda do terreno – Leandro e Miguel

Existe um vício na primeira fase do processo formativo da declaração negocial, há uma deficiente representação da realidade. Vamos para o regime do Erro-vício, art. 251.º e ss. Há dolo? Não. Então estamos perante erro espontâneo – art. 251.º ou 252.º. O erro recai sobre que matéria? Não sobre o objeto, porque não recai sobre as características do objeto, mas sim sobre as motivações que o levaram a adquirir o objeto → art. 252.º, nº1 erro sobre motivos determinantes da vontade.

É necessário que as partes estabeleçam por acordo a essencialidade do erro, tal não aconteceu, logo não estão reunidas as a declaração é válida.

**4 – Eurico querendo Plácido domingo que atuaria nessa noite na Expo 98, comprou um bilhete de ingresso na exposição. Descobrindo depois que o cantor atuaria no restelo, Eurico exige a devolução do bilhete, o que os serviços da expo recusaram. De seguida, Eurico espancou Firmino, conseguindo que este doasse um bilhete para o restelo.**

1.º contrato: compra e venda do bilhete: Eurico e Expo

Situação de erro-vício. Eurico no momento que emite a sua declaração negocial, está perante uma deficiente representação da realidade. Existe dolo? Não, o erro é espontâneo – arts. 251.º ou 252.º. Matéria sobre a qual recaiu o erro? Recaiu sobre os motivos determinantes da vontade. Não é o objeto do negócio, pois, comprou o bilhete sabendo as características que este tinha, o acesso que lhe permitia, acesso à Expo.

Nº 1 do art. 252.º - Erro só é relevante se for essencial, determinante. Para levar à anulação da declaração é necessário que o declaratório reconheça a essencialidade do erro por acordo expresso ou tácito, o que não aconteceu. Logo, o erro não é juridicamente relevante e o contrato não é anulável.

2.º contrato: doação: Eurico e Firmino

A declaração do Firmino padece de um vício relacionado com a liberdade da sua decisão – situação de coação moral. Eurico cria uma ameaça e Firmino perante essa ameaça, doa o bilhete. Ainda existe, nesta situação, uma decisão, que, no entanto, se encontra contaminada por elementos externos à vontade de Firmino. Se Firmino não tivesse dado e Eurico tivesse arrancado o bilhete das mãos de Firmino, estaríamos perante uma coação física.

**5 – Telmo vendeu a Xavier uma casa por 150.000 euros, mas para afastar a preferência do inquilino Saul, inscreveram na escritura um preço de 250.000 euros, a pagar no prazo de um mês. Não dispondo da quantia necessária, Xavier pediu emprestados 75.000 euros a Jaime, que, em tom de brincadeira, respondeu “podes contar com isso”. Agora, Telmo exige 250.000 euros a Xavier e este reclama 75.000 euros a Jaime, enquanto Saul tenta obter a casa.**

Contrato entre Telmo e Xavier: Simulação de preço, relativa – art. 240.º, nº1: requisitos:

Negócio simulado – nulo: a compra e venda da casa por 250.000 euros é nula. Telmo não pode exigir esse valor a Xavier. Art. 242.º, nº1 – A simulação pode ser oposta aos simuladores.

Negócio dissimulado – válido: questão da forma, aproveitar a forma do negócio simulado para aproveitar o negócio dissimulado. Telmo não pode exigir a Xavier 250.000 euros, mas pode exigir 150.000 euros.

Saul quer adquirir a casa por direito de preferência, por isso, pode adquirir por 150.000 euros. Regra geral do art. 242.º - Saul pode invocar a nulidade do negócio simulado.

Xavier e Jaime

Jaime – declaração não séria: Jaime não tomou nenhuma decisão, não há vontade. Ele emite o que na aparência é uma declaração, mas à qual falta a substância da própria declaração. Há uma falta de raiz interna, pois não tomou nenhuma decisão cujo os efeitos jurídicos quisesse vê-los ser produzidos e atuou na expectativa que o outro se apercebesse. Logo, é inexistente. A ordem jurídica não o reconhece.

Mas em determinadas circunstâncias, o declarante poderá ter que ser indemnizado.

I

**A**, proprietário de uma loja de brinquedos, enviou a **B**, importador de bonecas, pelo Natal, uma carta com o seguinte teor:

“Envie, de imediato, 150 bonecas italianas marca *Beta*, porque espero grande procura, devido à publicidade que lhes fazem na T.V. Pago, no máximo, 15 euros por unidade”.

Na verdade, **A** pretendia comprar bonecas italianas da marca “*Bela*”- as únicas publicitadas na T.V. – e só por erro de dactilografia referiu as da marca *Beta*, imitação espanhola, de qualidade e preço inferiores.

**B** respondeu a **A**, dizendo:

“Vou enviar as bonecas, ao preço de 15 euros cada”.

Simultaneamente, **B** enviou 150 bonecas *Beta*.

**A**, entretanto, fora passar férias em Itália, deixando o seu estabelecimento a ser gerido por **C**. Este, embora soubesse que **A** pretendia comprar bonecas *Bela*, aceitou as *Beta*, persuadido, por **B** de que elas se venderiam tão bem como as outras – as quais, aliás, segundo falsa informação de **B**, teriam esgotado.

Posteriormente, **B** enviou a **A** 150 bonecas *Bela*, conjuntamente com uma carta em que dizia o seguinte:

“Recebi uma nova remessa destas bonecas, em que julgo que está interessado, de Itália. O preço por unidade é de 25 euros. Considero o negócio fechado se as não devolver”.

Regressado de Itália, **A** pretende pagar apenas 15 euros por cada boneca *Bela*. Por outro lado, devolveu a **B** as bonecas *Beta* e pediu-lhe uma indemnização por não ter vendido bonecas *Bela* durante o Natal.

**B** exige, por seu turno, o pagamento das bonecas *Bela* e *Beta* a 25 e 15 euros por unidade, respectivamente.

**Questão:** Identifique as declarações negociais e os negócios jurídicos eventualmente celebrados e aprecie a respectiva validade.

Resposta: Proposta de compra e venda em que houve erro na escrita da boneca. Aceitação do **B** por carta e por actos. Há um erro de mera escrita porque **A** queria bonecas italianas e não espanholas. O negócio seria anulável pelo art.247.º - produto que vai revender é um elemento essencial do negócio. O vendedor causou dolo mas o comprador aceitou as espanholas. A confirmação é a aceitação das bonecas espanholas, viciada por erro culposos, qualificada por dolo. O contrato é ou rectificável ou anulável e a confirmação é anulável porque é uma declaração realizada por erro, qualificada por dolo. **A** aceitou as bonecas persuadido por **B**.

Proposta de revenda do **B** ao **A**, por uma remessa por 150 bens (bonecas italianas) por uma declaração expressa (carta). Proposta que não foi aceite por ninguém e por isso não se celebrou nenhum contrato. Comprador quer pagar 15 euros pelas bonecas *Bela* (2ª remessa) e o que há é uma tentativa de abusar do seu direito, ao aproveitar-se do seu erro para não sair prejudicado pelo seu erro mas para obter uma vantagem a propósito do seu erro. Lei não dá direitos aquele que erra para se aproveitar do seu erro em detrimento da contraparte. Pretende-se é evitar que a parte que cometeu um erro sofra desvantagens. Quando devolve as *Beta* está a dizer que quer a anulação do contrato porque está errado, foi erro. Quando

pede a indemnização pode estar a dizer outra coisa, que o negócio é anulável por erro. Pedido de anulação extra-judicial, pretensão de indemnização.

A indemnização pedida por A significa que A aceitou a proposta por B e que agora é que está a declarar que compra mas como isto não lhe serve, quer receber a indemnização pela compra que fez. Considerou as bonecas como dele e meteu-as à venda só que não as conseguiu vender. Declaração de aceitação da compra que o outro lhe propôs. Com base no seu erro inicial ele pretende apenas aceitar as bonecas se elas lhe custarem 15 euros. A indemnização não tem relevância nem fundamento nenhum. É descabida. Declarações tácitas muitas das vezes são susceptíveis de serem deduzidas através de certos factos. A lei diz que uma aceitação com modificações equivale a uma rejeição mas que se a modificação for suficientemente precisa então temos uma contraproposta – art.233.º O comprador quanto ao pagamento das primeiras bonecas diz que não paga o valor porque houve um erro de escrita (erro na declaração), devolvendo-as. Em relação às segundas, aceita mas só por 15 e não por 25.

Alfredo e Bernardo estão em negociações com vista à celebração de um contrato de compra e venda de um terreno de que Alfredo é proprietário.

Em dado momento, Alfredo enviou uma carta a Bernardo, onde estabelece como último preço 20 000 euros e diz que considera a venda acordada se Bernardo nada lhe disser no prazo de 15 dias.

Quando, ultrapassado tal prazo, Alfredo telefona a Bernardo para marcar a escritura, este alega não ter celebrado qualquer contrato. Quem tem razão?

Resolução:

Na fase das negociações não há ainda qualquer proposta. Existe apenas um convite a contratar, não vinculativo, que poderá ou não levar à formulação de uma proposta, esta sim vinculativa.

A carta de Alfredo – declaração negocial de proposta de venda - ao estabelecer os 20.000€ como preço último, dá-nos a entender que se trata de uma verdadeira proposta (vinculativa, definitiva e firme) e não de um mero convite a contratar. Mas visto tratar-se de uma proposta de venda de um bem imóvel, a mesma deve revestir a forma que a lei exige para a celebração do contrato (compra e venda de um bem imóvel), ou seja, a de escritura pública ou de documento particular autenticado (art.875º) – daí ser nula.

Dado tratar-se de uma proposta de venda, deve ser posteriormente acompanhada de uma aceitação por parte de Bernardo, só assim se formalizando o contrato. Não houve qualquer declaração negocial de Bernardo neste sentido, pelo que não há qualquer celebração de contrato – art. 218º – O silêncio de Bernardo não tem qualquer valor negocial.

Concluindo, quem tem razão é Bernardo pois, de facto, não houve qualquer contrato.

em que este se propunha comprar-lhe um terreno sito em Portugal pelo preço de 150 000 euros.

Na referida carta, Baltazar dizia que o terreno se destinava a ampliar a casa onde vivia. A proposta foi aceite, vindo o contrato a ser formalizado por escritura pública em Maio do mesmo ano.

Em Fevereiro de 2011, António faleceu no Brasil. Sucedeu-lhe seu filho **Carlos** que, em Janeiro de 2012, veio a Portugal para tratar de vender os bens que o seu falecido pai tinha no nosso país. Constatou então que o prédio vendido a Baltazar fora por este revendido a **Dionísio** em 2011 por 290 000 euros e que para o local estava autorizada a construção de um edifício de 10 apartamentos. Além disso, verificou que Baltazar nunca tivera a intenção de ampliar a sua casa, e que a verdadeira razão da compra tinha sido o facto de a Câmara Municipal ter aprovado um plano de construção que valorizava extraordinariamente o referido terreno.

Nestas circunstâncias, **Carlos** pretende saber se pode anular o contrato de compra e venda do terreno celebrado entre seu pai e Baltazar.

Resposta: A proposta de compra e venda seria nula por falta de forma.

Art.293.º, proposta de compra e venda poderia ser convertida num contrato promessa de compra e venda. Não havia grande necessidade de tratar deste contrato nulo para aproveitar a sua conversão visto que a compra e venda se celebrou validamente em Maio de 2010. Efeitos da compra e venda – direito de propriedade do terreno passou para baltazar (transmissão de um direito real). Obrigação de entregar o terreno e pagar o preço pelo terreno.

Vendedor morre. Não há relação causa/efeito entre o negócio e a morte.

Há dolo. Erro qualificado por dolo. Regime aplicável.

Em última análise, o erro é sobre o valor – dolo

Negócio seria anulável por Carlos. **Carlos pode arguir a anulação do negócio com fundamento em erro do vendedor qualificado por dolo do comprador.** Carlos ia a tempo de pedir a anulação do negócio? Veio a Portugal em Janeiro de 2012.

Problema só se coloca se Dionísio for um terceiro que se encontra de boa-fé. Para que se aplique o n.º2 do 291.º é preciso que a acção tenha sido registada para que a anulação resultante da sentença dessa anulação, seja invocada, mesmo contra terceiro de boa-fé.

Carlos que é o proprietário do terreno tem a obrigação de devolver a Baltazar 150.000 euros e tem o direito de ficar com o terreno em seu poder.

Lei impõe que Carlos exija de baltazar o que por sua vez baltazar exigir de dionisio. Lei só refere alienação gratuita por entender que a alienação onerosa se encontra no n.º1.

Quando há subalienação, o obrigado a restituir é sempre o primeiro adquirente. E portanto para ser restituído tem ele próprio de ter de restituir ao primitivo proprietário.

Problema das benfeitorias coloca-se. – voluptuária

Direito de propriedade de Dionísio prevalecia desde que este tivesse registado o bem em seu nome antes do registo.



## Ângela e Bernardo – escritura compra e venda

Ângela, prima de Bernardo, que tem 17 anos, tendo se ausentar inesperadamente por motivos profissionais, deixou àquele um bilhete do seguinte teor: “Como sabes, tenho a escritura de compra e venda da casa nova marcada para dia 10. Como não posso estar presente, deixo-te esta procuração para intervires na referida escritura”.

1. — Bernardo apresenta-se para a escritura e o notário, verificando pelo respectivo bilhete de identidade, que é menor, não quer realizar a escritura. Pode fazê-lo?
2. — Bernardo tem um exame nessa data e falta à escritura; Carolina, promitente-vendedora da “casa nova” de Ângela, quer processar Bernardo por não ter celebrado o contrato. E Ângela tem idêntica intenção. *Quid iuris?*
- 3 — Ainda no quadro do número anterior, suponha que Bernardo pede a Diana, sua irmã, que o substitua, escrevendo num papel que lhe transmite os poderes que recebeu de Ângela. Diana pode apresentar-se no cartório notarial para a escritura?
- 4 — Bernardo vai ao cartório, mas esquece-se de levar consigo a procuração. Pode a escritura ser celebrada? Em caso afirmativo, quais os seus efeitos jurídicos?
- 5 — Se Ângela tivesse telefonado a Bernardo pedindo-lhe para ele a substituir na conclusão da compra e venda, tendo ele respondido afirmativamente, alguma das suas respostas se alteraria?

1)

O notário não podia negar-se a fazer a escritura por Bernardo ser menor.

Segundo o artigo 263º, para a intervenção de Bernardo na escritura, basta que este compreenda o negócio de compra e venda que se vai celebrar e que tenha vontade e liberdade para intervir.

Este artigo constitui uma excepção à incapacidade dos menores, previsto na 2ª parte da alínea 1 do artigo 127º. Isto acontece porque Bernardo não está a agir em seu nome, mas sim em nome de Ângela que lhe outorgou a procuração, e como tal, o efeitos jurídicos do contrato de compra e venda projectam-se sempre na esfera jurídica da última.

No entanto, o notário podia recusar fazer a escritura arguindo que a procuração que Bernardo apresentou não era formalmente válida: conjugando o artigo 262º/2 com o 875º compreendemos que a procuração para intervenção numa escritura de compra e venda tem também de ter a forma de escritura.

2)

Ângela não pode processar Bernardo por não a ter representado, pois este não tinha nenhuma obrigação para com ela.

Uma procuração é um negócio unilateral de atribuição de poderes representativos, pelo que desta atribuição não resultam obrigações para Bernardo enquanto representante.

Por sua vez, Carolina também não o pode processar pois, em relação a si, Bernardo é terceiro, não fazendo parte do negócio.

Quem tem a responsabilidade de indemnizar Carolina por todos os prejuízos causados é Ângela.

3)

A procuração assim como o papel que Bernardo escreve a sua irmã são formalmente inválidos pois conjugando o 162º/2 com o 875º compreendemos que deveriam ter a forma de escritura.

Segundo o artigo 264º, Bernardo podia fazer-se substituir por Diana, se Ângela o permitir.

A permissão por parte de Ângela pode ser expressa ou tácita, tendo em conta o 217º.

4)

Segundo o artigo 262º/2 a procuração tinha de revestir a forma de escritura, logo para representar Ângela, Bernardo não podia apenas dirigir-se ao cartório afirmando verbalmente ter poderes de representação.

Nesta situação a escritura foi celebrada sem poderes de representação.

Atendendo ao artigo 268º/1, o negócio é ineficaz em relação a Ângela se esta não o ratificar posteriormente.

Esta ratificação teria de ser feita também sobre a forma de escritura (268º/2).

5)

Se tivesse existido uma conversa telefónica entre A e B, na qual B tivesse aceitado substituir Ana na escritura, estaríamos perante um contrato de mandato.

Neste âmbito, B obrigava-se a intervir na escritura pública por conta e em nome de A, sendo praticado um mandato com representação.

Do ponto de vista formal o contrato de mandato seria válido, pois não é necessária forma legal ao abrigo do 219º, no entanto, do ponto de vista formal é colocada uma questão: podia B enquanto menor ser mandatário de A?

Como já vimos este é um mandato com representação e, de acordo com o artigo 1178º, a este tipo de mandatos é aplicável o disposto nos artigos 258º e seguintes.

Ora aplica-se também o 264º que conjugado com o 127º/1 segunda parte constitui uma excepção à incapacidade dos menores.

Podemos portanto afirmar que o contrato de mandato com poderes de representação é válido, na medida em que B não está a agir em seu nome e os efeitos jurídicos da compra e venda projectam-se sempre na esfera jurídica de A.

Na segunda questão, ao aceitar o contrato de mandato, B fica com responsabilidades para com A.

Nos termos do artigo 1161º, está obrigado a representar A na escritura de compra e venda. Se não cumprir a sua obrigação incorrerá em responsabilidade civil, pelo que terá de indemnizar A pelos prejuízos causados.

Na terceira questão, B podia ser substituído por Diana nos mesmos termos da procuração (1165º).

Na quarta questão, a escritura não podia ser celebrada por B como representante de A. Este é um mandato com poderes representativos, logo, era necessária a procuração sob a forma de escritura, tendo em conta o artigo 1178º/1 conjugado com o 262º/2.

Em 1 de Setembro de 2004, Carlos propõe, por escrito, a Duarte vender-lhe um andar nas Amoreiras por 100 000 euros.

No dia 5 do mesmo mês, Duarte responde que aceita.

No dia 7 seguinte, Ernesto, exibindo uma procuração de Carlos, escrita em papel de 25 linhas, encontra-se com Duarte no notário para autenticarem as cartas, o que o notário recusa.

Resolução:

A proposta de venda tem de revestir a forma de escritura pública ou documento particular autenticado, visto tratar-se de um contrato de compra e venda de um bem imóvel (875º). A proposta é, por isso, nula por falta de forma.

A aceitação terá também de revestir a mesma forma, verificando-se a nulidade por falta de forma.

Carlos podia nomear um procurador, nos termos do art. 261º/1. Todavia, nos termos do nº2 do mesmo artigo, esta procuração teria de revestir a forma do negócio a celebrar pelas partes. Se Carlos tivesse atribuído a Ernesto poderes representativos com o intuito de este o representar na autenticação das cartas, tornando-as assim válidas (documento particular autenticado), a procuração que a tal o habilitava teria de revestir essa mesma forma. Sendo assim, o notário pode recusar a autenticação das cartas, pois a procuração que legitimava Ernesto a representar Carlos, era também nula por falta de forma (220º).

Caso prático “Francisco e a sociedade X”

Francisco, o único administrador da sociedade X, cujo objeto é a produção de peças de telemóveis, decidiu doar a Gabriela, jovem brasileira, um prédio urbano pertencente à sociedade. A fim de não intervir pessoalmente na escritura, outorgou para esse efeito uma procuração da sociedade a Hélder, a quem explicou que o negócio tinha em vista obter os bons ofícios de Gabriela junto de uma empresa alemã, fabricante de telemóveis e com cujos administradores Gabriela alegadamente tinha estreitas relações, no sentido de aquela passar a comprar à sociedade X todos os componentes por esta fabricados. Tudo isto falso.

a) Aprecie os factos descritos do ponto de vista jurídico e a validade dos negócios jurídicos realizados.

- Francisco não deveria ser o único administrador da sociedade X. Nos termos do art. 157º, as disposições relativas às pessoas coletivas são extensíveis às sociedades, quando a analogia das situações o justifique. Ora, recorrendo ao artigo 162º, a pessoa coletiva deve, entre outros órgãos, possuir um órgão colegial de administração e não apenas um único administrador. Pode ter um só administrador, nos termos do Código das Sociedades Comerciais.
- Capacidade jurídica (art.160º) – a capacidade das pessoas coletivas abrange todos os direitos e obrigações necessários e convenientes à prossecução dos seus fins, ou seja, limita-se ao princípio da especialidade. Ora, considero que a doação não se inclui na capacidade jurídica da sociedade. A doação nada tem que ver com o objeto da sociedade (“produção de peças automóveis”). Não é certo: pode, se proporcionar negócios à sociedade.

- Representação da pessoa coletiva está prevista no art. 163º e cabe apenas a quem os estatutos determinarem, à administração ou a quem por ela for designado. Neste sentido, parece ser legítimo que Francisco (administrador) nomeie Hélder como procurador da sociedade. No entanto, o motivo que o leva a outorgar a procuração não faz qualquer sentido. O negócio celebrado produz efeitos unicamente na esfera jurídica do representado, neste caso a Sociedade, e não na esfera jurídica do representante (que ideia!... A procuração confere poderes representativos ao procurador). Este age por conta, mas também em nome da sociedade e, se Francisco é o seu único administrador, forçosamente seria (não pessoalmente; a sociedade é que o seria) implicado nesta doação. É irrelevante, para os efeitos jurídicos do negócio, se quem intervém pessoalmente é Francisco ou Hélder. Mais, ainda que Francisco possa outorgar a procuração, o negócio a celebrar por Hélder será sempre inválido pois a sociedade (entidade representada e na esfera da qual recaem os respetivos efeitos jurídicos) não tem capacidade jurídica para doar o prédio a Gabriela.

☐ A procuração é nula por falta de capacidade jurídica do representado para a doação.

- Podemos entender que há contrato de mandato devido a toda a argumentação de Francisco no sentido de convencer Hélder a intervir pessoalmente no negócio. Há, então, mandato com representação, previsto no art. 1178º e ao qual são aplicáveis as disposições relativas à representação. Portanto, se Francisco não queria intervir pessoalmente no negócio, não deveria ter outorgado qualquer procuração a Hélder, mas sim celebrado um contrato de mandato (sem qualquer exigência de forma). Neste caso, Hélder agiria em nome próprio, apenas por conta mas não em nome do mandante, Francisco. O negócio seria celebrado em seu nome e só posteriormente os efeitos do mesmo passariam para a esfera jurídica do mandante. Ninguém lhe pediu conselhos.

- Ora, uma vez que a persuasão de Francisco foi baseada em pressupostos falsos, se Hélder expressar a sua aceitação e o contrato de mandato for efetivamente celebrado, este poderá ser anulado por Hélder, devido a dolo de Francisco (253º e 254º). Todas as informações falsas foram proferidas com a intenção de induzir Hélder em erro quanto à alegada estreita relação entre a brasileira e os membros da empresa alemã, levando-o a aceitar celebrar o contrato de mandato, intervindo em nome da sociedade e doando o prédio a Gabriela.

☐ O contrato de mandato, a ter sido efetivamente celebrado, é anulável porque há dolo do mandante qualificado por erro do mandatário.

b) Suponha, entretanto, que os factos relatados por Francisco são verdadeiros, mas que Helder, desconfiando das motivações de Francisco, acabou por decidir não intervir na doação, que, por isso, não teve lugar, o que deixou Gabriela furiosa e a levou, com êxito, a mover influências no sentido de a empresa alemã não comprar mais nada à sociedade X. Reavalie a situação agora descrita.

A situação difere:

- i) Se Hélder demonstrou (expressa ou tacitamente – art. 217º e 218º) a sua aceitação em celebrar o contrato de mandato, então fica, nos termos dos arts. 1157º e 1161º/a), obrigado a celebrar o negócio de doação por conta de Francisco da sociedade ;

ii) Se Hélder não demonstrou qualquer vontade de aceitação (silêncio não vale como declaração negocial – 218º). Neste caso, não há contrato de mandato e Helder não fica obrigado a nada.

☐ Ao contrário do que respondi na questão anterior, o contrato de mandato, após aceitação de Helder, já seria válido pois já não haveria dolo do mandante.

☐ Quanto à procuração, continuaria a ser nula.

- Conduta de Gabriela – poderá ter havido abuso de direito (334º). De facto, Gabriela tem direito a ver o negócio de doação ser celebrado. No entanto, age de má fé e não tem qualquer legitimidade para levar a empresa alemã a não comprar mais nada à sociedade X. Confunde — o que é vulgar, mas não desculpável, a violação da boa fé objectiva que caracteriza o abuso do direito com má fé subjectiva, que aqui não há nada que indici

c) Admita que a situação era a que foi descrita inicialmente, tendo, porém, Gabriela relações com administradores da empresa alemã, a quem convenceu de que as peças fabricadas pela sociedade X tinham características muito diversas das que possuíam. Os alemães fizeram um contrato de fornecimento exclusivo de peças com a sociedade X. Se fosse aplicável a lei portuguesa a este contrato, que poderia fazer a empresa alemã quando verificou que os componentes de nada lhe serviam?

Nesta situação, considero que houve dolo da parte de Gabriela. Efetivamente convence a empresa alemã de que as peças fabricadas pela sociedade X têm características muito diferentes das que na realidade possuem, induzindo-a por isso em erro quanto às reais características do objeto. Gabriela é terceira neste negócio e age dolosamente com vista a beneficiar a sociedade X, de modo a que esta celebre um contrato de exclusividade de fornecimento das peças com a empresa alemã, o que vem mesmo a suceder. Aplica-se a este caso o disposto na primeira parte do art. 254º/2: esta diz-nos que um negócio jurídico viciado por dolo de terceiro só é anulável se a parte beneficiada tiver ou devesse ter conhecimento do dolo. Ora, para que a empresa alemã pudesse anular o negócio com base no dolo de terceiro (Gabriela) qualificado por erro de uma das partes (empresa alemã) terá de provar que a Sociedade X tinha ou deveria ter conhecimento de que Gabriela induziu a empresa alemã em erro quanto às reais características das peças comercializadas, com vista a beneficiá-la.

Sub- hipótese

Se, aquando do dolo de Gabriela, a doação do prédio urbano ainda não tivesse sido realizada e estivesse dependente de uma condição suspensiva – art.270º- (a doação é celebrada se Gabriela consiga levar a empresa alemã a assinar o contrato de exclusividade de comércio de peças informáticas com a sociedade X), poder-se-ia aplicar a segunda parte do artigo 254º/2: o beneficiário do dolo é o terceiro, pelo que a doação, a ter-se efetivado, seria anulável.

**1. António adquire a bento um carro desportivo antigo, julgando que o mesmo pertencera a um corredor**

### Caso Prático das Olimpíadas - II edição

António, que pretende candidatar-se à presidência de um conhecido clube de futebol, resolveu tentar “ganhar” mais uns votos com a promessa de realização de umas “contratações sonantes”. Para esse efeito, António telefonou a Bento, seu advogado, e pouco conhecedor de futebol, solicitando-lhe que tentasse contratar diversos jogadores, entre os quais se encontrava o jogador Adrien, que António colocou no topo da lista.

Bento, conhecido pela sua rapidez e eficácia, fez uma rápida pesquisa na net para localizar o referido jogador e rapidamente contactou o Invicta FC, dizendo-se incumbido por António para contratar Adrian com a máxima brevidade possível, para que António pudesse fazer a apresentação deste nas suas acções de campanha. O Invicta FC mostrou-se interessado na transferência de Adrian, tendo o acordo ficado rapidamente concluído. Bento comunicou de imediato a António que “o primeiro já está”, enviando-lhe cópia dos documentos assinados com o Invicta FC. Ao ver os documentos, António, furioso, responde que Bento é um incompetente pois, em vez de contratar Adrien ao Leões CP, tinha ido contratar um jogador que estava “praticamente parado” no Invicta FC.

⇒ António rasgou os documentos e nunca mais se lembrou daquele triste incidente.

No entanto, para sua surpresa, recebeu ontem uma carta do Invicta FC a reclamar o pagamento de um montante previsto no acordo celebrado e que há muito deveria estar pago e que estava expressamente assumido, no mesmo acordo, como devido, ainda que, por qualquer razão, a transferência de Adrian não se viesse a concretizar.

✦ António recusa fazer aquele pagamento, até porque (i) nunca falou antes com o Invicta FC; (ii) nunca teve qualquer interesse no jogador Adrian; e (iii) entretanto perdeu as eleições e “não tem por hábito coleccionar jogadores de futebol nas estantes”. Quid juris?

#### **1º argumento**

- Falar do instituo da representação - arts 258 e ss. A circunstância de ele não ter falado com o clube não era decisiva, dado que na nossa esfera jurídica repercutem-se tbm os efeitos jurídicos dos actos das pessoas que o fazem em nosso nome. Para isso é necessário confirmar que a pessoa que actuou tinha poderes para representar o interessado e para praticar os actos que praticou
- Arts 268 => se agir fora desses limites o negócio é ineficaz
- + 258º => é necessário a existencia efectiva dos poderes
- + 260º => recaia o ónus sobre o 3º sobre a suficiência dos poderes do Bento p/ vincular o António. O clube devia exigir do Bento a justificação dos poderes
- O argumento não em si mm decisivo. A resposta à sua vinculação depende dos poderes q ele tiver atribuído e da forma como ele atribuiu esses poderes.
- Se chegarmos à conclusão que sim: ele está vinculado
- se chegarmos à conclusão que não: ele não está vinculado
- Não há elementos suficientes no caso para determinar isso
- poderíamos referir a forma como a representação deveria ser feita ou não: procuração, e que a falta disto, q não temos elementos p/ saber, podia constituir nulidade

#### **2º argumento**

- a declaração não é livre (o q está em causa é a declaração de bento ao invicta fc)
- o erro é na fase de representação ou de exteriorização? Art 259º nº1 -> que sujeito e as circunstancias relevantes

- tínhamos de ver se esta era matéria p/ qual seria decisiva a vontade do representado. E foi. Aquilo que determinou a DN foi o representante. E portanto a vontade decisiva foi a do representante e a ãa do representado. No caso de acharmos q o erro fosse do representado iríamos p/ o erro na declaração, mas o prof ã concorda com este caminho: acha que foi do representante. Assim, somos remetidos p/ o erro vicio -> erro no objecto. Temos de ver se há ou não há dolo - lógico q não há. Temos de ver o elemento sobre o qual recaiu o erro - era o objecto. Então somos remetidos para o art 251 e 247. O 247 consagra aqueles dois pressupostos: essencialidade (ã há duvidas que sim) + cognoscibilidade (ã temos info se o invicta conhecia ou devia conhecer o erro. Aquilo que temos de ver é se o invicta devia ou não conhecer a essencialidade do objecto. Para ele é claro q os 2 pressupostos estão preenchidos. Assim -> anulabilidade (287º)
- Temos always de analisar o protótipo de uma declaração livre, esclarecida e bem intencionada

### 3º argumento

- ele estava interessado em adquirir jogadores, caso ganhasse as eleições, mas n ganhou
- arts 236 e ss - interpretação do acordo
- ele so poderia pagar se tivesse um motivo p/ ã pagar. Se houvesse uma alteração fundamental das circunstâncias. Neste caso não estamos, dado q não reúne os requisitos do 437º. São riscos posteriores (a perda das eleições)
- qt mt podíamos ter uma situação de erro sobre os motivos (252º) mas seria necessário q as partes teriam de ter acordado q exepção de se ele não ganhasse as eleições p/ haver anulabilidade. Mas isso não ocorre.
- Este argumento é pointless.

### Glossário de conceitos de “Teoria Geral do Direito Privado” (João Francisco Barreiros)

**Facto jurídico:** acto natural ou humano capaz de criar efeitos de direito. Em sentido estrito, facto jurídico, por contraposição a acto jurídico, é aquele que não consiste num acto da vontade humana.

**Acto jurídico:** acto jurídico é o facto voluntário que produz, em atenção à vontade que exprime, efeitos de direitos.

Diversamente do que acontece no negócio jurídico, no acto jurídico simples, os efeitos são resultantes da manifestação de vontade, mas independentes de esta se dirigir à sua produção.

É assim que a maioria dos actos ilícitos constituem actos jurídicos simples, pois a vontade do respectivo autor não se dirige à produção do efeito sancionatório que lhe está ligado. Muitos actos lícitos são também meros actos jurídicos, dado que produzem efeitos de direito que o seu autor desconhecia e, como tal, não podia querer.

**Personalidade jurídica (art.º 66 do CC):** susceptibilidade de ser titular de direitos e obrigações, reconhecida a toda a pessoa humana (personalidade singular) e também a organizações de pessoas e/ou de bens (personalidade colectiva).

O artigo 66º, nº 1, do CC determina que a personalidade jurídica singular se adquire no momento do nascimento completo e com vida. Embora assim seja, a lei protege, em alguns casos, os interesses dos nascituros e mesmo dos concepturos.

Com a morte cessa a personalidade singular. Uma parte dos direitos pertencentes ao *de cujus* extingue-se (é a regra quanto aos direitos pessoais, muito embora se possam extinguir direitos patrimoniais, ou por força da lei ou por vontade do próprio *de cujus*, se nesse sentido a manifestou e se se tratavam de direitos renunciáveis), outra parte transmite-se aos sucessores (é a regra quanto aos direitos patrimoniais). A personalidade colectiva começa com a constituição nos termos legais (para as associações) ou com o reconhecimento (para as fundações) e cessa com a dissolução da pessoa colectiva, sua liquidação e transmissão de seus bens.

Todo o sujeito de direito é necessariamente titular, pelo facto de ser pessoa, de um círculo de direitos de personalidade.

**Pessoa colectiva (art.º 160 do CC):** organização de pessoas ou bens destinada a prosseguir determinados fins, a que a lei atribui personalidade jurídica, isto é, que pode ser titular de direitos e obrigações. As pessoas colectivas podem ser de direito público ou de direito privado.

A capacidade de gozo das pessoas colectivas está limitada, no sentido de excluir aqueles direitos que realizam fins próprios exclusivos da pessoa humana e ainda todos os direitos que não se integram nem são convenientes à prossecução dos respectivos fins - princípio da especialidade.

**Pessoa singular:** todo o indivíduo nascido com vida é uma pessoa jurídica.

**Nascituro (art.º 66 do CC):** Em sentido estrito, nascituro é aquele que, tendo sido já concebido, ainda não nasceu. O nascituro não tem personalidade jurídica, embora a lei tutele os seus interesses em certos casos. O nascituro tem capacidade sucessória geral e capacidade para receber doações.

**Nascimento:** O momento do nascimento completo e com vida é aquele em que se adquire personalidade jurídica. Os direitos reconhecidos pela lei aos nascituros dependem do seu nascimento.

**Capacidade de gozo:** é a medida de direitos e de obrigações de que uma pessoa pode ser titular. Toda a pessoa singular tem capacidade de gozo, a que não pode renunciar, sendo esta tendencialmente ilimitada; em alguns casos, ela encontra-se limitada: assim, por exemplo, os menores não têm direito de voto como não têm direito a testar; os menores até aos dezasseis anos não têm direito a casar. Já a capacidade de gozo das pessoas colectivas é limitada pelo chamado princípio da especialidade, isto é, abrange apenas os direitos e as obrigações necessários ou convenientes à realização dos respectivos fins, excluindo necessariamente aqueles que lhe estejam "vedados por lei ou que sejam inseparáveis da personalidade singular" (art.º 160 do CC).

**Capacidade de exercício:** a possibilidade que uma pessoa tem de praticar, pessoal e livremente, actos jurídicos, isto é, de exercer direitos e cumprir deveres. A capacidade de exercício de direitos de uma pessoa singular pode encontrar-se temporariamente excluída ou limitada. A plena capacidade de exercício é reconhecida aos indivíduos que atingem a maioridade (art.º 130 do CC).

**Ónus:** comportamento necessário para o exercício de um direito ou realização de um interesse próprio. Figura distinta do dever, dado que o comportamento não é obrigatoriamente imposto pela lei - está na disponibilidade da pessoa realizá-lo ou não, sabendo tão-somente que a sua realização é condição necessária para o exercício de um seu direito, para a obtenção de uma vantagem, para a realização de um seu interesse ou para evitar uma desvantagem (que não é, em qualquer caso, uma sanção). Aquele sobre quem impende o ónus tem, pois, de cumpri-lo para obter a vantagem ou evitar a desvantagem.



Por exemplo, o réu numa acção tem o ónus de impugnação dos factos invocados pelo autor; não se trata aqui de um acto que ele tenha o dever de praticar: na realidade, ele pode impugnar os factos ou deixar de o fazer; só que, não impugnando, a lei determina que eles se tenham por confessados.

**Relação jurídica:** em sentido amplo, é toda a relação da vida social relevante para o Direito, isto é, produtiva de efeitos jurídicos e, portanto, disciplinada pelo Direito; em sentido restrito ou técnico, é a relação da vida social disciplinada pelo Direito, mediante atribuição a uma pessoa de um direito subjectivo e a imposição a outra pessoa de um dever jurídico ou de uma sujeição. Os sujeitos, o objecto, o facto jurídico e a garantia são os quatro elementos da relação jurídica.

**Dever Jurídico:** situação jurídica passiva, que determina para uma pessoa a necessidade de praticar ou não praticar determinado acto. O dever jurídico pode ter um titular determinado (quando lhe corresponde um direito de crédito de alguém) ou recair sobre todas as pessoas, exceptuando o titular do direito correspondente (quando este tem um direito real ou outro direito absoluto); pode ainda recair sobre a generalidade dos sujeitos ou sobre um grupo e não existir nenhum direito subjectivo que se lhe contraponha: assim sucede quando o dever é imposto no interesse geral ou no interesse público. Por vezes o cumprimento de um dever exclui o carácter ilícito do incumprimento de um dever.

**Direito subjectivo:** poder ou faculdade, provindos do direito objectivo, de que dispõe uma pessoa, e que se destina, normalmente, à realização de um interesse juridicamente relevante.

**Direito potestativo:** diz-se potestativo o direito subjectivo que se caracteriza por o seu titular o exercer por sua vontade exclusiva, desencadeando efeitos na esfera jurídica de outrem independentemente da vontade deste. O sujeito passivo nada pode fazer, nem para cooperar na realização do direito nem para a impedir.

Por exemplo, o inquilino tem o direito potestativo de se opor à renovação do contrato de arrendamento, findo o prazo dele: a este direito não corresponde um dever do senhorio, mas tão-somente um estado de sujeição; ainda no quadro da extinção dos contratos, também o direito de resolução é potestativo: quando uma das partes tem fundamento, na lei ou no próprio contrato, resolve-o por declaração unilateral dirigida ao outro contraente, que vê o contrato e respectivos efeitos jurídicos extintos na sua esfera, independentemente do que queira ou faça.

**Sujeição:** situação jurídica passiva em que se encontra o sujeito que não pode evitar a produção de determinados efeitos na sua esfera jurídica, decorrentes do exercício por outrem de um direito potestativo. A sujeição distingue-se do dever jurídico, porque, enquanto este é violável, aquela não o é, dado que a sua realização é independente da vontade do sujeito por ela vinculado.

É, por exemplo, a situação em que se encontra o proprietário de um prédio, relativamente ao qual há uma servidão legal: esta constitui-se pelo exercício do direito do titular do prédio dominante, ficando o prédio serviente por ela onerado, independentemente do que queira ou faça o proprietário deste.

**Direito absoluto:** é o direito oponível *erga omnes*, isto é, aquele que impõe a todos os sujeitos jurídicos um dever geral de respeito. A violação deste dever, quando cause danos ao titular de direito, constitui o lesante em responsabilidade civil extracontratual (artigo 483º, nº1 do CC). Paradigmáticos de direitos absolutos são os direitos de personalidade e os direitos reais.

**Direito relativo:** é o direito subjectivo que apenas produz efeitos entre partes, isto é, que só pode ser exercido contra o respectivo sujeito passivo

**Direito objectivo:** conjunto de regras gerais, abstractas, hipotéticas e dotadas de coercibilidade, que regem as relações inter-subjectivas e sociais numa dada comunidade; nesta acepção, o direito desempenha, pois, uma função de instrumento de disciplina social fundamental, visando realizar valores como a justiça, a oportunidade, a exequibilidade, a certeza e a segurança.

**Direito indisponível:** direito que não é susceptível de ser objecto de actos de disposição por parte do seu titular, isto é, direito relativamente ao qual a vontade do titular é ineficaz para a sua transmissão ou extinção. Os direitos de personalidade só são disponíveis na medida em que tal não contrarie a ordem pública, uma proibição legal ou os bons costumes (melhor exemplo, o direito à vida).

**Direito de personalidade (arts.º 70 e ss. do CC):** direitos absolutos, que se impõem ao respeito de todos os outros, incidindo sobre os vários modos de ser físicos ou morais da sua personalidade. Incidem sobre a vida, a saúde física, a integridade física, a honra, o nome, a imagem (art.º 79 do CC), a reserva sobre a intimidade da vida privada (art.º 80 do CC), etc. Os direitos de personalidade são irrenunciáveis; podem todavia ser objecto de limitações voluntárias que não sejam contrárias aos princípios da ordem pública (art.º 81 do CC). São gerais (todos deles gozam), extrapatrimoniais (embora as suas violações possam originar uma reparação em dinheiro, não têm, em si mesmos, valor pecuniário) e absolutos.

**Culpa (art.º 487 do CC):** Em sentido amplo, culpa é a imputação do acto ao respectivo agente. Em sentido restrito, culpa ou mera culpa, por contraposição a dolo, é a conduta omissiva da diligência exigível, isto é, a negligência, leviandade, imponderação ou imprudência. Para ser susceptível do juízo de culpabilidade, o agente tem de ser imputável.

A culpa é, em princípio, apreciada segundo a diligência do *bonus pater familias* ou do homem médio (apreciação em abstracto), e apenas nos casos em que a lei expressamente o estabeleça, pela diligência habitual do autor do facto.

**Comoriência:** morte simultânea de duas ou mais pessoas.

A lei portuguesa (artigo 68º, nº 2 do CC) estabelece uma presunção de comoriência para o caso de algum efeito jurídico depender da sobrevivência de uma ou outra pessoa, e haver dúvidas sobre o momento da morte de cada uma. Esta presunção tem especial interesse para o direito das sucessões, já que impede qualquer transmissão *mortis causa* entre os comorientes.

**Premorência:** situação em que falecem duas pessoas, sabendo-se ou presumindo-se que uma delas morreu antes da outra. A determinação do momento da morte é relevante nos casos que algum efeito jurídico dependa da sobrevivência de uma das pessoas à outra, designadamente em matéria sucessória.

**Sucessão legítima:** consiste no chamamento dos herdeiros legítimos à sucessão, por o autor da sucessão não ter disposto válida e eficazmente, no todo ou em parte, dos seus bens.

**Sucessão legitimária:** consiste no chamamento dos herdeiros legitimários à sucessão na chamada legítima, isto é, numa porção de bens de que o testador não pode dispor, por ser destinada por lei aos referidos herdeiros. Da parte da herança que excede a legítima – a quota disponível – pode o autor da sucessão

dispor por testamento ou por doação. No caso de não o fazer a quota disponível é devolvida aos herdeiros legítimos.

**Sucessão testamentária:** consiste no chamamento à sucessão dos herdeiros designados em testamento, isto é, num acto unilateral e revogável pelo qual um indivíduo dispõe de todos os seus bens ou parte deles para depois da morte.

**Negócio jurídico:** o negócio jurídico é o instrumento privilegiado da autonomia privada. O facto voluntário lícito cujo núcleo essencial é constituído por uma ou várias declarações de vontade privada, tendo em vista a produção de certos efeitos práticos ou empíricos, predominantemente de natureza patrimonial (económica), com ânimo de que tais efeitos sejam tutelados pelo direito - isto é, obtenham a sanção da ordem jurídica - e a que a lei atribui efeitos correspondentes, determinados, grosso modo, em conformidade com a intenção do declarante ou declarantes (autores ou sujeitos do negócio). Os negócios jurídicos podem ser unilaterais ou bilaterais (contratos).

**Negócio jurídico unilateral:** unilateral é o negócio jurídico que se completa apenas com uma declaração de vontade, como por exemplo o testamento.

**Contrato:** é o negócio jurídico bilateral ou plurilateral, isto é, integrado por duas ou mais declarações negociais exprimindo vontades convergentes no sentido da realização de um objectivo comum que justifica a tutela do direito. É, pois, a convenção pela qual duas ou mais pessoas constituem, regulam, modificam ou extinguem relações jurídicas, regulando assim juridicamente os seus interesses. O contrato é o instrumento que a ordem jurídica faculta aos sujeitos para, por acordo, realizarem as operações económicas e sociais que lhes convêm, atribuindo a esses acordos carácter jurídico, isto é, vinculativo. Quando se quer fazer um contrato, o importante é perceber qual a operação económica que está em causa, isto é, basicamente, o que as partes querem.

**Declaração negocial:** expressão, juridicamente relevante, da vontade de uma pessoa. A declaração pode ser realizada através de uma linguagem falada ou escrita, de linguagem gestual ou mímica, ou através de outro meio directo de expressão: diz-se então que se trata de uma declaração expressa; mas pode deduzir-se a vontade de uma pessoa a partir de um comportamento, da ausência de comportamento ou de um facto que, com grande probabilidade, a revele: trata-se aí de uma declaração tácita.

**Declaração tácita (arts.º 217 e 234 do CC):** a declaração negocial é tácita "quando se deduz de factos que, com toda a probabilidade, a revelam", não impedindo o carácter formal da declaração "que ela seja emitida tacitamente, desde que a forma tenha sido observada quanto aos factos de que a declaração se deduz". Há, pois, uma declaração de vontade tácita sempre que o seu autor pratica actos de que se deduz a existência da vontade; esta dedução corresponde a uma presunção, em regra judicial, mas que pode também ser legal. A declaração tácita não se confunde com o silêncio, já que nela, diversamente do que sucede neste, há uma manifestação de vontade, *rectius*, uma declaração, e neste há a ausência de qualquer comportamento declarativo.

**Silêncio (art.º 218 do CC):** total omissão de comportamento declarativo.

As declarações negociais fazem-se através da linguagem escrita, falada, gestual ou mímica, podendo também ser tácitas; a lei admite que, em alguns casos - quando as partes o tenham convencionado, quando haja uso nesse sentido ou quando exista disposição legal especial -, o silêncio valha como meio declarativo.

**Contrato-promessa (art.º 410 do CC):** É a convenção pela qual as partes se comprometem a celebrar, entre si ou com terceiro, um outro contrato ou um negócio jurídico unilateral (contrato ou negócio prometido). A lei admite que pelo contrato-promessa apenas uma das partes se obrigue à futura realização do contrato: é a chamada promessa unilateral. Sendo o contrato-promessa em princípio não formal, deixará de o ser sempre que o seu objecto seja um contrato para o qual a lei exija documento autêntico ou particular: nesse caso, por força do art.º 410, nº 2, do CC, a validade do contrato-promessa depende de ser celebrado por documento assinado pelas partes.

**Presunção (art.º 349 do CC):** é uma ilação que a lei (presunção legal) ou o julgador (presunção judicial) tiram de um facto conhecido para firmar um facto desconhecido. Quando alguém dispõe de uma presunção legal, não tem de fazer prova do facto, cabendo, em princípio, à outra parte fazer prova em contrário (presunção *juris tantum*); há, no entanto, casos em que as presunções legais não são ilidíveis mediante prova em contrário (presunção *juris et de jure*).

**Presunção absoluta:** a presunção legal absoluta ou *juris et de jure* é aquela que não admite prova em contrário, isto é, que não pode ser ilidida. Uma presunção legal só pode considerar-se inilidível quando a lei, que a consagra, o determinar (artigo 350º, nº 2 do CC). Assim acontece, por exemplo, com a presunção estabelecida no nº 3 do artigo 243º do CC, que dispõe que se considera "sempre de má fé o terceiro que adquiriu o direito posteriormente ao registo de acção de simulação, quando a este haja lugar".

**Ficção:** designação que alguns autores dão à técnica legal que consiste em a lei estabelecer que certo facto ou situação se deve considerar como idêntica a um ou uma outra que se encontre legalmente prevista e regulada. Trata-se, pois, da assimilação de realidades diversas para o efeito de as submeter a um mesmo regime jurídico.

Assim acontece, por exemplo, com o nº 2 do artigo 275º do CC, que determina que se tenha por verificada a condição quando tal verificação tiver sido impedida contra as regras da boa fé, ou com o nº 2 do artigo 805º do CC, que dispõe que o devedor se considere interpelado na data em que deveria tê-lo sido sempre que tenha sido ele a impedir a interpelação.

Embora nem sempre fácil, a linha de distinção entre as chamadas ficções legais e as presunções inilidíveis está em que, enquanto as primeiras se traduzem na atribuição de um facto, que a lei sabe e declara que não ocorreu, do regime jurídico de outro, nas segundas, a lei afirma a verificação de um facto que é presumido sem que seja possível refutar essa afirmação.

**Assistência:** medida de protecção de indivíduos maiores inabilitados, colocados em regime de curatela. O curador, como assistente, intervém para dar o seu consentimento, nos actos praticados pelo inabilitado que envolvam disposição de bens entre vivos e em todos os que forem especificados na sentença que declara a inabilitação. Difere da representação porque o assistente não emite, ele próprio, uma declaração de vontade cujos efeitos se vão produzir na esfera jurídica do representado, mas apenas dá a sua autorização para a prática de certos actos pelo inabilitado.

**Representação:** actua em representação de outrem aquele (representante) que realiza um ou mais actos jurídicos em nome desse outrem (o representado). Tendo o representante poderes para praticar o acto em

nome alheio e confinando-se, na realização dele, aos limites dos poderes que lhe competem, aquele produz os seus efeitos na esfera jurídica do representado.

Se o acto for praticado em nome de outrem sem que tenha havido atribuição de poderes de representação ao seu autor (representação sem poderes), o acto é ineficaz em relação ao representado enquanto não for por ele ratificado (ratificação – art.º 268, nº 1 do CC), o mesmo acontecendo se o representante exceder os poderes que detém, desde que a outra parte conhecesse ou devesse conhecer o abuso (abuso de representação – art.º 269 do CC).

A representação diz-se legal, quando resulta da lei para suprir as incapacidades do menor (art.º 124º do CC), do interdito (art.º 139º do CC) e até mesmo do inabilitado (artigo 154º do CC); e voluntária, quando resulta de negócio unilateral denominado procuração: "Acto pelo qual alguém atribui a outrem, voluntariamente, poderes representativos" (art.º 262º do CC).

Os poderes de representação podem ser atribuídos para uma generalidade de actos, para uma categoria de actos ou para um acto em concreto, isto é, o representante pode ter poderes gerais ou especiais para um acto.

**Representação legal:** existe quando a lei, para suprir a incapacidade de exercício, designa ela própria ou incumbe o tribunal de nomear alguém a quem atribui poderes de representação do incapaz.

**Representação judicial:** pode falar-se em representação judicial nos casos em que alguém é designado representante de outrem por decisão judicial.

**Representação orgânica:** utiliza-se esta expressão para designar a representação da pessoa colectiva pelos seus órgãos. Uma vez que os órgãos são elementos estruturais, isto é, interiores à pessoa colectiva, na representação orgânica não se está perante uma situação de representação em sentido próprio, sendo os actos dos órgãos actos da própria pessoa colectiva e não actos de terceiros praticados em seu nome.

**Representação sem poderes (art.º 268 do CC):** o acto jurídico que alguém celebre em nome de outrem, sem para tanto ter os necessários poderes de representação, é ineficaz em relação ao último, a menos que ele o ratifique.

A falta de poderes de representação tanto pode decorrer da pura ausência de procuração (ou de outro título de representação) como da invalidade desta, como ainda de o representante, tendo embora procuração, haver excedido os poderes que esta lhe conferia- abuso de poderes.

À outra parte, tratando-se de contrato, é dada por lei "a faculdade de o revogar ou rejeitar, salvo se, no momento da conclusão, conhecia a falta de poderes do representante".

**Procuração (art.º 262 do CC):** na definição da lei, é o acto pelo qual alguém atribui a outrem, voluntariamente, poderes de representação, devendo tal acto revestir, em princípio, a forma necessária para o acto que o procurador haja de realizar. Trata-se, pois, de um negócio jurídico unilateral através do qual o respectivo autor atribui a um terceiro poderes para actuar juridicamente em seu nome.

O terceiro, procurador instituído através deste negócio jurídico, não fica com qualquer dever perante o autor da procuração, não tendo, por isso, de a aceitar ou de a renunciar. A obrigação de alguém praticar actos jurídicos por conta de outrem emerge tipicamente do contrato de mandato, que poderá ser (e normalmente será) celebrado entre o autor da procuração e o procurador. A procuração extingue-se por renúncia do procurador, extinção da relação jurídica que lhe serve de base ou livre revogação pelo representado (art.º 265 do CC).

É curioso observar que a nossa lei (art.º 263 do CC) não exige, para a validade dos actos ou negócios realizados pelo procurador em nome do representado, que aquele tenha "mais do que a capacidade de entender e querer exigida pela natureza do negócio que haja de efectuar".

Caducada a procuração, o representante deve restituir o documento de onde constem os seus poderes. Pode-se ser ao mesmo tempo mandatário e procurador.

**Mandato (art.º 1157 do CC):** é o contrato pelo qual uma das partes se obriga a praticar um ou mais actos jurídicos por conta da outra.

O mandato é livremente revogável por qualquer das partes, sendo irrelevante convenção em contrário; "se, porém, o mandato tiver sido conferido também no interesse do mandatário ou de terceiro, não pode ser revogado pelo mandante sem acordo do interessado, salvo ocorrendo justa causa" (art.º 1170, nº 2 do CC). Trata-se, em princípio, de um contrato gratuito, salvo se as partes convencionarem diversamente ou se o contrato tiver por objecto actos que o mandatário pratique por profissão, caso em que a lei o presume oneroso.

**Mandatário:** No contrato de mandato, o mandatário é a parte que se obriga a realizar actos jurídicos por conta do outro contraente. Uma procuração a um advogado obriga um advogado a agir em conta do cliente, o mandante.

**Legitimidade:** no Direito Civil, diz-se que uma pessoa tem legitimidade para praticar certo acto quando é sujeito (passivo ou activo) da situação jurídica sobre a qual o acto vai exercer o seu efeito, quando tem título jurídico que lhe permita desencadear efeitos em esfera jurídica alheia (por exemplo, poderes de representação) ou quando, excepcionalmente, a lei expressamente lhe permite a prática do acto. Trata-se, portanto, de uma qualidade do sujeito jurídico, mas que - diversamente da capacidade - é aferida em cada relação e diz respeito ao conteúdo concreto desta.

**Nulidade:** característica de um negócio jurídico que, por enfermar um vício grave, não produz *ab initio* os efeitos jurídicos que lhe corresponderiam. A nulidade opera por força da lei, podendo ser judicialmente declarada. A declaração judicial da nulidade não tem efeitos extintivos do negócio jurídico, limitando-se a verificar uma situação de total ineficácia. A nulidade constitui, pois, um facto impeditivo da eficácia do negócio.

Daí que o negócio jurídico declarado nulo não produza quaisquer efeitos como tal, embora possa produzir efeitos a título de sanção. E daí também que a nulidade seja invocável a todo o tempo por qualquer interessado e possa ser declarada oficiosamente pelo tribunal (artigo 286º do CC). Declarada a nulidade do negócio, tudo o que tiver sido prestado (ou o valor correspondente, se a restituição em espécie não for possível) deve ser restituído.

**Anulabilidade:** a característica de um acto jurídico inválido, por sofrer de um vício que permite, por via de acção ou de excepção, requerer a respectiva anulação. Como regra, a anulabilidade decorre de uma desconformidade com norma destinada a proteger a posição ou a situação de uma das partes (ou do autor) no negócio jurídico (nesse aspecto - entre outros - se distinguindo da nulidade). O acto anulável, apesar de viciado, comporta-se juridicamente como se fosse válido, sendo os seus efeitos retroactivamente destruídos quando é exercido o direito potestativo de anulação.

Só podem arguir a anulabilidade de um acto as pessoas em cujo interesse a lei estabelece (art.º 125 do CC - quem pode requerer a anulação dos negócios jurídicos celebrados pelo menor) e só dentro do ano

subsequente à cessação do vício que lhe serve de fundamento, a menos que o negócio ainda não esteja cumprido, caso em que a anulabilidade pode ser arguida sem dependência de prazo.

É possível convalidar o negócio anulável por confirmação dele por parte daquele a quem pertence o direito a requerer a anulação. A confirmação - que pode ser expressa ou tácita - só é eficaz quando for posterior à cessação do vício que fundamenta a anulabilidade do acto e quando o autor tiver conhecimento do vício e do direito que tem a arguir a anulabilidade. A confirmação sana retroactivamente o acto. Por seu lado, a caducidade do direito a anular o acto, embora, em bom rigor, o não sane, consolida-o definitivamente, já que ele deixa de ser impugnável.

**Prazo:** lapso determinado de tempo dentro do qual deve ser exercido um direito, cumprida uma obrigação, praticado determinado acto ou produzido um efeito jurídico. Os prazos podem ser convencionalmente estabelecidos pelas partes num negócio jurídico, fixados pela lei, pelos tribunais ou por qualquer outra autoridade. O art.º 279 do CC (cômputo do termo) fixa regras relativas à contagem dos prazos, aplicáveis em caso de dúvida.

**Prescrição:** forma de extinção de um direito pelo seu não exercício por um dado lapso de tempo fixado na lei, e variável de caso para caso; só se encontram excluídos da prescrição os direitos indisponíveis e aqueles que a lei expressamente isenta dela, como acontece com os direitos de propriedade, uso, habitação, usufruto, superfície e servidão (art.º 298, nºs 1 e 3 do CC). Esta é a chamada prescrição extintiva ou negativa; dela se distingue a prescrição aquisitiva ou positiva, designada por usucapião, e que consiste na aquisição de um direito real em virtude da posse prolongada.

**Contrato entre ausentes:** um contrato considera-se celebrado entre ausentes quando entre as declarações negociais dos dois contraentes medeia um intervalo temporal juridicamente relevante. Assim, por exemplo, do ponto de vista jurídico, um contrato entre presentes é aquele que for concluído telefonicamente entre dois sujeitos.

**Contratos onerosos:** contrato em que cada uma das partes sofre um sacrifício patrimonial – seja este consubstanciado numa prestação constitutiva do próprio contrato (por exemplo, mútuo oneroso) ou objecto de obrigação decorrente de contrato (por exemplo, compra e venda) – auferindo, simultaneamente, uma vantagem.

**Contrato gratuito:** é o contrato nos termos do qual uma das partes apenas sofre um sacrifício patrimonial e a outra só auferir uma atribuição ou vantagem. É o caso típico da doação.

**Acto de administração:** em sentido lato, é qualquer acto que tenha por fim a gestão normal de um património, conservando o seu valor e fazendo-o frutificar; em sentido restrito, opõe-se acto de mera administração a acto de disposição: o acto de administração tende a manter os direitos no património e não pode, em princípio, acarretar a sua transmissão. É doutrina pacífica que entra na mera administração tudo quanto diga respeito a prover à conservação dos bens administrador e a promover a sua frutificação normal.

**Acto de disposição:** acto que implica a alienação de direitos de um património, ou a sua oneração, tendo como efeito a diminuição deste ou a alteração da sua composição, no que respeita aos seus elementos estáveis. São actos de disposição os negócios que alterem a própria substância do património, que importem a substituição de uns bens por outros, etc.

**Fruto (art.º 212, nº 1, do CC):** diz-se fruto de uma coisa tudo aquilo que ela produz periodicamente, sem prejuízo da sua substância. Distinguem-se os frutos naturais, que provêm directa e espontaneamente da coisa, e os frutos civis, que são rendas ou interesses que a coisa produz em consequência de uma relação jurídica.

**Forma:** os negócios jurídicos podem, em princípio, ser validamente celebrados por qualquer forma: este é o princípio da liberdade de forma ou da consensualidade, que se encontra consagrado no art.º 219 do CC. No entanto, a lei excepciona numerosos negócios deste princípio, prescrevendo para a sua celebração uma determinada forma (forma legal); por outro lado, as próprias partes podem convencionar que o ou os futuros contratos que vierem a celebrar terão de revestir uma dada forma legal (forma convencional). Quando o acto carece de forma legalmente prescrita, é nulo – art.º 220 do CC.

**Documento:** segundo o artigo 362.º do CC, um documento é qualquer objecto elaborado pelo homem com o fim de reproduzir ou representar uma pessoa, coisa ou facto. Podem ser escritos ou não escritos.

**Documento autêntico (art.º 363.º, nº 2, do CC):** é o documento exarado, com as formalidades legais, pelas autoridades públicas, nos limites da sua competência ou dentro do círculo de actividade que lhe é atribuído, pelo notário ou outro oficial público provido de fé pública.

**Documento autenticado (art.º 363, nº 3, do CC):** documento particular cujo conteúdo é confirmado pelas partes perante o notário que, em consequência, nele lavra um termo de autenticação.

**Certidão:** documento autêntico destinado a comprovar actos constantes dos registos ou arquivos de qualquer repartição pública.

**Formalidades *ad substantiam*:** diz-se que uma formalidade é *ad substantiam* quando ela própria é um requisito de validade do acto jurídico. Quanto a lei exige determinada forma para um acto, está-se, em regra, perante uma formalidade *ad substantiam*.

**Formalidades *ad probationem*:** uma formalidade diz-se *ad probationem* quando é apenas necessária para a prova de certo acto e a sua inobservância não acarreta a nulidade do mesmo.

**Coacção:** Acto exercido por alguém sobre o declarante que impede ou vicia a formação da vontade deste. A coacção pode ser física ou moral.

Há coacção física ou absoluta quando alguém é fisicamente obrigado ou impedido de emitir uma declaração negocial: tal declaração é totalmente ineficaz (art.º 246 do CC). A coacção física exclui completamente a vontade do declarante pelo que há quem entenda que o acto é nulo e quem o considere mesmo inexistente.

Há coacção moral, psicológica ou relativa (arts.º 255 e 256 do CC) quando a formação da vontade é viciada pelo receio de um mal de que o declarante foi ilicitamente ameaçado com o fim de obter dele a declaração; a ameaça tanto pode dizer respeito à pessoa, à honra ou património do declarante como de terceiro: a declaração emitida sob coacção moral é anulável. Não constituem coacção moral nem a ameaça do exercício normal de um direito nem o temor reverencial.



**Dolo (arts.º 253 e ss. do CC):** há dolo quer o agente tenha actuado com intenção de enganar, quer a sua actuação não tenha sido intencionalmente enganadora, mas apenas conscientemente indutora de engano, quer ele tenha, intencionalmente ou apenas conscientemente, por acção ou por omissão, mantido o erro em que o declarante se encontrava.

**Condição (art.º 270 do CC):** é uma cláusula acessória típica dos negócios jurídicos. Diz-se que um negócio jurídico é celebrado sob condição, quando as partes subordinam a um acontecimento futuro e incerto a produção dos seus efeitos (condição suspensiva) ou a sua destruição (condição resolutiva). A condição é, pois, um acontecimento futuro e incerto – quanto ao seu acontecimento e quanto à altura em que este ocorrerá.

**Conversão (art.º 293 do CC):** um negócio jurídico totalmente nulo ou anulado pode ser transformado num negócio válido de tipo ou conteúdo diferente, desde que contenha deste os requisitos essenciais de substância e forma e sempre que o fim prosseguido pelas partes permita supor que elas o teriam querido, se tivessem conhecimento da invalidade.

**Doação (art.º 940 do CC):** contrato pelo qual uma pessoa, o doador, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou direito ou assume uma obrigação em benefício de outra (o donatário), que aceita.

**Caducidade (arts.º 328 e ss. do CC):** designa-se por caducidade a extinção não retroactiva de efeitos jurídicos em virtude da verificação de um facto jurídico em sentido estrito, isto é, independentemente de qualquer manifestação de vontade.

Como forma extintiva dos direitos, a caducidade opera quando o direito não é exercido dentro de um dado prazo fixado por lei ou convenção.

**Penhor (art.º 666 do CC):** garantia real de uma dívida, que se constitui pela entrega ao credor, pelo devedor ou por um terceiro, de uma coisa móvel que fica a garantir o cumprimento da obrigação. O penhor implica, em princípio, a entrega da coisa, embora esta possa ser dispensada por não convir às partes.

**Penhora:** acto judicial de apreensão dos bens do executado, que ficam à disposição do tribunal para o exequente ser pago por eles. Tipo de realização coactiva de prestação.

**Coisas imóveis (art.º 204 do CC):** prédios rústicos e urbanos e respectivas partes integrantes, as águas, as árvores, arbustos e frutos naturais enquanto estiverem ligados ao solo, e os direitos inerentes aos imóveis mencionados.

**Coisa fungível (art.º 207 do CC):** a coisa que pode ser substituída por outra do mesmo género, qualidade e quantidade. O empréstimo de uma coisa fungível é um mútuo (art.º 1142 do CC); o empréstimo de uma coisa infungível é um comodato (art.º 1129.º do CC).

**Locação (art.º 1022 do CC):** contrato pelo qual alguém se obriga a proporcionar a outrem o gozo temporário de uma coisa mediante retribuição. Chama-se arrendamento a este tipo de contrato quando o objecto sobre que incide é imóvel, e aluguer quando é móvel.

**Arrendamento (art.º 1023 do CC):** modalidade do contrato de locação. Diz-se contrato de arrendamento a locação de coisa imóvel, isto é, o contrato pelo qual alguém se obriga a proporcionar a outrem o gozo temporário de coisa imóvel mediante retribuição (renda).

**Alimentos:** prestação que tem geralmente por objecto uma quantia em dinheiro paga mensalmente e destinada a prover a tudo quando é indispensável ao sustento, habitação e vestuário de uma pessoa, que não pode por si assegurar a sua subsistência; os alimentos compreendem ainda a instrução e educação, no caso de o alimentando ser menor. Os alimentos são fixados por acordo ou pelo tribunal, tendo em conta as possibilidades económicas de quem os presta e a necessidade de quem os recebe, devendo atender-se à possibilidade de este último prover por si à sua subsistência.

**Prova:** num sentido lato, demonstração da realidade de um facto ou da existência de um acto jurídico. Pode ser feita por confissão de uma das partes. Quando resulta de documento, diz-se documental; quando é feita por meio de peritos, diz-se pericial.

**Núncio:** pessoa que age em nome e por conta de outrem, havendo previamente recebido desta indicações precisas sobre o que deve fazer. O núncio não emite uma declaração de vontade própria em lugar e em nome d outrem, como na representação, mas transmite apenas a vontade de alguém; não representa na vontade, representa na declaração.

**Simulação (arts.º 240 e ss. do CC):** diz-se que um negócio é simulado quando, por acordo entre o declarante e o declaratário e no intuito de enganar terceiros, existe divergência entre a vontade real e a vontade declarada. O negócio simulado por ocultar um outro – negócio dissimulado, cuja validade é apreciada independentemente da simulação – simulação relativa (por exemplo, finge-se vender e não doar, por motivos fiscais); mas pode, para além do negócio aparente, não existir na realidade vontade das partes de realizar qualquer negócio – simulação absoluta (por exemplo, o devedor finge vender bens seus a alguém para os subtrair à garantia real dos seus credores, mas na realidade não realiza nenhum negócio). A simulação pode ser inocente ou fraudulenta, consoante, respectivamente, visar apenas enganar terceiros – o mesmo é dizer ter sido realizada com *animus decipiendi* – ou prejudicá-los – feita com *animus docendi*. A nulidade pode ser arguida, segundo o regime geral, a todo o tempo e por qualquer interessado, podendo igualmente ser arguida pelos próprios simuladores entre si e pelos herdeiros legitimários que pretendam agir em vida do autor da sucessão contra os negócios por ele simuladamente celebrados com o fim de os prejudicar (isto é, se a simulação for fraudulenta). No entanto, não pode a nulidade ser oposta pelo simulador a terceiro de boa fé (aquele que desconheça a simulação no momento em que foram constituídos os seus direitos), considerando-se sempre de má fé o terceiro que adquiriu o direito posteriormente ao registo da acção de simulação, quando haja lugar a registo.

**Reserva mental:** quando uma pessoa faz uma declaração negocial não conforme à sua vontade real, com o propósito de enganar a outra parte. Se a reserva mental não for conhecida deste último, o negócio é válido, não sendo afectado pela reserva mental do declarante. Se esta for do conhecimento do declaratário, o regime aplicável é o da simulação do negócio, sendo este, portanto, nulo. A doutrina qualifica a reserva mental como absoluta quando, declarada uma vontade negocial, o declarante não quer realmente nada, e como relativa sempre que o declarante afirma querer certo negócio, mas quer, na realidade, outro.

**Erro:** de um modo geral, o erro consiste numa representação inexacta da existência ou qualidades de uma coisa ou facto ou da existência ou interpretação de uma regra de direito. No domínio dos negócios

jurídicos, a existência de erro de uma das partes pode ser relevante e ter consequências sobre a validade do próprio negócio. Esse erro pode ser de dois tipos: erro na formação da vontade (erro-vício) ou erro na transmissão da vontade, isto é, na declaração (erro-obstáculo).

O erro na formação da vontade é tomado em consideração pela lei quando é essencial. Pode referir-se à pessoa da outra parte ou ao objecto do negócio: nesse caso, o negócio é anulável quando a outra parte conhecesse ou não devesse ignorar a essencialidade para o declarante do elemento sobre que incidiu o erro (arts.º 251 e 247 do CC). Mas o erro pode também referir-se a outros motivos determinantes da vontade, que não sejam a pessoa do declaratório nem o objecto do negócio, e nesse caso só é fundamento de anulação do negócio se as partes tiverem reconhecido, por acordo, a essencialidade do motivo sobre que incidiu o erro (art.º 252 do CC).

O erro que intervém no processo de formação da vontade pode ser simples ou qualificado por dolo. Diz-se que há erro qualificado por dolo, quando a causa do erro foi o dolo ou engano de outrem, relevante para o regime de invalidade do negócio viciado; sempre que a causa do erro não é tomada em consideração no regime anulatório do negócio, está-se em presença de um erro simples; dado que o erro qualificado o é, tipicamente, por dolo do declaratório ou de terceiro, a este se aplicam os artigos 253.º e 254.º do CC, tendo os artigos 251.º e 262.º por objecto o erro simples.

**Temor reverencial (art.º 255, nº 3, do CC):** o respeito e o receio de desagradar, experimentados por uma pessoa em relação a outrem de quem dependa ou a quem se encontre subordinada. O artigo 255.º, nº 3, do CC, estabelece que não constitui coacção o simples temor reverencial, não podendo, portanto, ser este invocado como fundamento de anulabilidade dos seus actos jurídicos.

**Estado de necessidade (art.º 339 do CC):** situação em que se encontra uma pessoa que, para remover o perigo actual de um dano (quer do agente, quer de terceiro), destrói ou danifica coisa alheia, provocando um prejuízo inferior ao que estava iminente. O autor do dano, embora não tenha praticado um acto ilícito, deve, no entanto, indemnizar o lesado pelo prejuízo sofrido.

**Validade:** um negócio jurídico é válido quando, sendo substancial e formalmente conforme às disposições legais que lhe são aplicáveis, produz normalmente os efeitos jurídicos para que tende.

**Eficácia do contrato:** produção dos efeitos jurídicos próprios do contrato. Quanto um contrato contenha todos os requisitos, substanciais e formais, necessários à sua formação, é válido e por isso, em princípio, apto a produzir os respectivos efeitos jurídicos.

**Escritura pública:** é um documento autêntico, realizado pelo notário, que constitui a forma legal de alguns negócios jurídicos.

**Incapacidade:** qualidade de pessoa privada pela lei do gozo ou do exercício de certos direitos. A incapacidade diz-se de exercício quando a pessoa não pode exercer os seus direitos ou cumprir os seus deveres, por si só e livremente. Incapacidades de exercício, embora em termos algo diversos, são os menores, os interditos e os inabilitados. De um modo geral, são anuláveis os actos praticados por incapaz de exercício.

**Incapacidade accidental (art.º 257 do CC):** situação de uma pessoa embriagada, perturbada psicologicamente ou em situação equiparável, que a torne ocasionalmente privada do uso da razão e da vontade.

**Interdição:** situação jurídica de uma pessoa que se encontra, total ou parcialmente, privada do exercício pessoal e livre dos seus direitos, em virtude de uma decisão judicial. Podem ser declarados interditos todos aqueles que, por anomalia psíquica, surdez-mudez ou cegueira, se mostrem incapazes de governar a sua pessoa e bens (art.º 138 do CC). A interdição só pode ser decretada quando a pessoa, afectada por qualquer daquelas situações, o esteja actualmente, sendo essa afectação incapacitante e permanente para o governo da sua pessoa e bens, embora não tenha de ser necessariamente irremediável. A interdição torna o sujeito incapaz de exercício, equiparando-o à situação de menor.

**Inabilitação (art.º 152 do CC):** situação jurídica de uma pessoa que, em virtude de decisão judicial, não pode, por si só, realizar determinados actos jurídicos, carecendo da autorização de um curador. Tais actos são, nomeadamente, os de disposição de bens entre vivos, podendo ainda a administração do património do inabilitado pode ser entregue, no todo ou em parte, ao curador. “Podem ser inabilitados os indivíduos cuja anomalia psíquica, surdez-mudez ou cegueira, embora de carácter permanente, não seja de tal modo grave que justifica a sua interdição...” – art.º 152 do CC. A inabilitação corresponde a uma limitação de menor extensão da capacidade de exercício do sujeito. Enquanto os interditos são equiparados aos menores, sendo a sua incapacidade suprida pela representação, os inabilitados carecem de autorização do curador, pelo qual são assistidos e não representados, e apenas quanto aos actos já referidos.

**Fiança:** é uma das garantias especiais das obrigações, de natureza pessoais. “O fiador garante a satisfação do direito de crédito, ficando pessoalmente obrigado perante o credor” – artigo 627.º, nº 1, do CC. A fiança, que normalmente é convencional, mas que também pode ser imposta por lei, tem o conteúdo da obrigação principal e cobre as consequências legais e contratuais da mora ou culpa do devedor.

**Termo incerto (art.º 278 do CC):** termo que se consubstancia num acontecimento, que, sendo certo quanto à sua verificação, é incerto quanto ao momento em que se verificará. Por exemplo, a morte. Quando há prazo, o termo é certo.

**Redução (art.º 292 do CC):** um acto jurídico parcialmente inválido (parcialmente nulo ou anulado) pode subsistir na parte válida, a menor que se mostre que não teria sido concluído sem a parte viciada, isto é, que esta era essencial à configuração ou ao fim do negócio. Há casos em que a redução opera por força da lei; por exemplo, se a taxa de juros estipulada num contrato de mútuo for superior aos limites fixados no artigo 1146.º do CC, considera-se reduzida a esses máximos.

**Interrupção da prescrição:** a contagem do prazo prescricional pode ser interrompida por um acto que inutiliza para a prescrição todo o prazo até aí decorrido, começando a correr, em princípio, novo prazo a partir do acto interruptivo. O acto interruptivo pode ser do próprio titular do direito, por citação ou notificação judicial que experimenta, directa ou indirectamente, a intenção daquele de exercer o seu direito. Resultando a interrupção de citação, notificação ou acto equiparado, o novo prazo prescricional só começa, em princípio, a correr depois de transitada em julgado a decisão que põe termo ao processo (art.º 323 e ss. do CC).

**Suspensão da prescrição (art.º 318 e ss. do CC):** há determinadas situações previstas na lei em que o prazo prescricional não começa a correr ou, se já o estava, o seu curso se suspende.